

A estrutura familiar no quadro de



15385/03

JPBC_CE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**A Estrutura Familiar no Quadro de Precarização Social:
Permanência ou Mudança?**

Aissa Romina Silva do Nascimento

João Pessoa
2003

AISSA ROMINA SILVA DO NASCIMENTO

**A Estrutura Familiar no Quadro de Precarização Social:
Permanência ou Mudança?**

CE
316.356.2 (043)
7244e

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Monteiro
Moreira

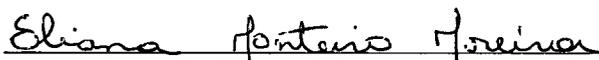
Área de Concentração:
Sociologia Urbana

A Estrutura Familiar no Quadro de Precarização Social: Permanência ou Mudança?

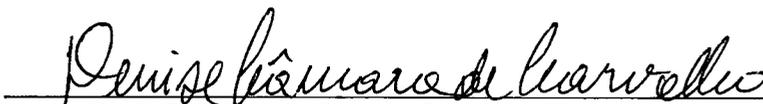
Aissa Romina Silva do Nascimento

Dissertação aprovada em 17/03/2003

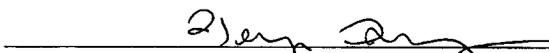
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Eliana Monteiro Moreira (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPb)



Profª Drª Denise Câmara Carvalho (Examinadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



Profª Drª Tereza da Nóbrega Queiroz (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPb)

*Dedico esse trabalho àquela que sempre me
conduziu, ao longo da vida acadêmica, com
bastante carinho e dedicação; a grande
professora e amiga,*

Eliana Monteiro Moreira

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas, de modos diversos, foram extremamente importantes na construção deste trabalho. Agradeço a todas e, em especial:

À Deus pela sabedoria que me concedeu e por ter iluminado sempre meus caminhos;

À CAPES, agência financiadora, pela bolsa de estudo que possibilitou a realização de nosso estudo no Mestrado;

À Professora Eliana Monteiro Moreira, pela orientação segura e pelo incentivo e dedicação transmitidos ao longo desse estudo;

A minha família que suportou as minhas mudanças de humor durante a elaboração dessa pesquisa;

Aos meus colegas de mestrado: Rubens, Tânia, Nicinha e Francynaldo, pelos momentos de angústias, expectativas, descobertas e pela divertida convivência;

Às famílias da comunidade Padre Hildon Bandeira, personagens dessa história, pela forma como nos acolheram e por nos permitir adentrar em seus cotidianos;

À equipe de pesquisa, nas pessoas de Gisânia, Lourdes, Edna e Christina que muito me ajudaram a desvendar os caminhos da comunidade Padre Hildon Bandeira;

Ao companheiro Roberto Luiz de Araújo Lima, pelos momentos de carinho e discussões sobre esse trabalho;

Ao professor Marconi Pimentel Pequeno, por toda gentileza e atenção que sempre me concedeu;

À amiga Joana D'arc de Souza Cavalcanti, pelo estímulo constante e pelos momentos de angústia compartilhados;

Aos funcionários do PPGS, Nancy Azevedo e Agamenon, pela atenção e disponibilidade;

Ao professor Artur Perrussi, por suas valiosas e pertinentes observações;

Enfim, a todas as pessoas que sempre me incentivaram e acreditaram no meu potencial.

RESUMO

A família se constitui como um tema de extrema importância para a sociologia tradicional. Partindo dessa evidência, o presente trabalho procura demonstrar algumas das importantes transformações que atingem atualmente os grupamentos familiares, focalizando particularmente seus instrumentos de análise sobre algumas famílias pertencentes às camadas populares da cidade de João Pessoa/Pb. Pretende-se aqui demonstrar como elas se estruturam, bem como evidenciar as mudanças oriundas da precarização das formas de vida ou da falência dos elementos que lhes servem de base de sustentação. Assim, constata-se que a família, como revelam os relatos das pessoas entrevistadas, continua sendo uma instituição que serve de referência à atribuição dos papéis sociais dos indivíduos, sobretudo no que se refere à transmissão de valores, à orientação dos comportamentos, etc. É necessário ainda destacar as dificuldades enfrentadas por tais famílias, bem como os fatores que influem de forma negativa sobre a educação dos filhos, a sociabilidade, assim como a emergência e a disseminação do fenômeno da violência que permeia o seu cotidiano.

RÉSUMÉ

La famille se constitue comme un thème d'extrême importance pour la sociologie traditionnelle. En partant de cette évidence, notre travail essaie de montrer quelques-uns des plus importants changements concernant actuellement les groupements familiaux. Pour cela, on met en évidence les familles qui appartiennent aux segments populaires de la ville de João Pessoa-Pb. De cette façon, on cherche démontrer comme celles-ci sont structurées, de même que dévoiler les modifications qui découlent des précarités et de l'échec des éléments qui lui donnent support. En effet, on peut constater que la famille, comme le disent les gens interrogés, demeure une institution de référence dont le rôle essentiel consiste en fournir les outils nécessaires à l'orientation des comportements, à la transmission des valeurs, etc. Il faut désormais mettre en évidence les difficultés subis par la famille et les changements qui touchent d'une façon négative l'éducation des enfants, la sociabilité de ses membres, ainsi que l'émergence des phénomènes liés à la violence quotidienne qui l'atte

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	Crescimento médio anual da população brasileira, por período	33
GRÁFICO 2	Distribuição das famílias, segundo o sexo do responsável (%) – Brasil, 2000	35
GRÁFICO 3	Número de pessoas por domicílio – Brasil	48
FOTO 1	Visão geral da comunidade Padre Hildon Bandeira	52
FOTO 2	Uma das entradas da comunidade Padre Hildon Bandeira	71
FOTO 3	Vista da comunidade São Rafael	72
FOTO 4	Um dos becos da comunidade Padre Hildon	74
FOTO 5	Lavanderia comunitária da Padre Hildon	75
FOTO 6	Uma das ruas da comunidade Padre Hildon	76
FOTO 7	Bate-papo na lavanderia comunitária da Padre Hildon	83

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Pessoas de 15 anos ou mais de idade, casadas, segundo o tipo de união – Brasil (%)	35
TABELA 2	População urbana nas regiões	47
TABELA 3	População municipal e subnormal 1996, situação e projeção para o ano 2000 Grande João Pessoa	62
TABELA 4	Crescimento dos aglomerados – Grande João Pessoa 1992/1997	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas
- BNH – Banco Nacional de Habitação
- CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
- FAC – Fundação de Ação Comunitária
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
- SEPLAN – Secretaria Municipal de Planejamento
- SETRAPS – Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social

SUMÁRIO

RESUMO	vi
RÉSUMÉ	vii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE ABREVIATURAS	x
INTRODUÇÃO	12
1 FAMÍLIA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ...	17
1.1 A Importância da questão da família	25
1.2 A família e sua reorganização na contemporaneidade	28
1.3 As famílias pobres no contexto urbano	36
2 A VIDA FAMILIAR NAS CIDADES	40
2.1 A urbanização e a dinâmica da pobreza	45
2.2 João Pessoa e sua urbanização	51
2.3 A exclusão social e seus atores urbanos	53
2.4 A outra face da pobreza urbana: o crescimento no número de favelas	61
3 A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO: SEUS MOMENTOS METODOLÓGICOS	65
3.1 O trabalho de campo	69
3.2 A escolha da área: breve caracterização sócio-econômica	70
3.3 A comunidade Padre Hildon e seu cotidiano	77
3.4 Nossos entrevistados	85
4 O SENTIDO DA FAMÍLIA NAS FALAS DOS SUJEITOS	89
4.1 A família na construção dos valores	90
4.2 Os rearranjos de papéis no cotidiano familiar	95
4.3 A sociabilidade e solidariedade com os vizinhos	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	111
ANEXOS	
ANEXO A ROTEIRO DE APOIO USADO NAS ENTREVISTAS	

INTRODUÇÃO

Neste novo século, a população urbana de nosso país se defronta com diversos desafios, destacando-se, entre eles no nosso entendimento, a conquista de melhores condições de vida.

Na cidade, cada vez mais são tecidas diversas relações sociais, políticas e econômicas caracterizadas por alta complexidade e densidade, pois ela não é composta apenas por aspectos físicos e geográficos, como salienta Kowarick (1992 p.13): “É, portanto, teia viva de relações sociais e, no caso da cidade orgulhosamente capitalista, é também expressão imediata de uma forma de exploração social e econômica”.

Tomando como referência a realidade brasileira, podemos ver com clareza a materialização desses processos. Nos últimos 30 anos, nossa sociedade assiste ao agravar das desigualdades, destacando-se no cenário mundial como uma das que apresentam maiores taxas de concentração de renda do mundo. Se fizermos uma retrospectiva histórica dessas questões, veremos que as raízes desse processo não são recentes. Vejamos.

A literatura tem demonstrado que, desde nosso passado escravocrata, tem se construído uma mentalidade de indiferença à desigualdade, à exclusão, havendo em consequência o desenvolver de uma postura de naturalização/banalização das injustiças sociais. De início os índios foram, os alvos primeiros, depois os negros e assim seguimos uma ordem de exclusão. Dessa forma, podemos observar uma trajetória brasileira do “conviver” com práticas de negação de direitos, sobretudo os mais básicos, como à saúde, à moradia, à educação. Nas palavras de Telles (in DINIZ, LOPES e PRADI, 1994, p.102); “em que tradição, cultura e lei se encontram em uma experiência que não abre lugar para o indivíduo se reconhecer como cidadão”.

O que podemos constatar é que nossa realidade vem sendo marcada por grandes fossos de pobreza, tanto em áreas rurais quanto em áreas urbanas. Entretanto, nos tempos atuais, há uma enorme concentração de pobres nas regiões mais desenvolvidas, em decorrência da grande precariedade de trabalho, bem como do arrocho salarial, ou melhor, da crise salarial, tendo como rebatimento altos índices de desemprego. De tudo isso, decorre, a cada dia, um grande percentual de pessoas que não conseguem escapar das garras da exclusão social, decorrente sobretudo do processo econômico, tornando-se vítimas desses desajustes.

As cidades situadas em regiões em vias de desenvolvimento entram nesse cenário, igualmente como reflexo do que vem ocorrendo em nível global, vindo o desemprego a desencadear sobre os indivíduos uma série de conseqüências, com repercussões danosas também sobre a vida familiar, comprometendo-a seriamente. Os que possuem emprego em sua maioria, sobrevivem com um salário mínimo vergonhoso, incapaz de suprir as necessidades básicas do dia-a-dia. Daí a existência de vida cada vez mais sacrificada, convivendo com políticas econômicas que não têm como prioridade a resolução de tamanho desequilíbrio. A falta de emprego, bem como as condições precárias de vida, levam muitas vezes, a um quadro de reordenamento, readaptação de valores, sendo a vida reduzida cada vez mais à mera "sobrevivência".

O quadro econômico instável do país aliado às desigualdades sociais, sobretudo a partir da década de 1980, período marcado por uma fase de grande recessão econômica, leva o Estado a adotar diferentes planos de estabilização política que em nada conseguiram reverter o crescimento da deterioração das condições de vida, levando segmentos cada vez maiores da população a viverem num cotidiano de vulnerabilidade, privações e de exclusão social e política.

O conviver com a insegurança, com as "carências" e com os "não-acessos" de ordem material, social etc. constitui o horizonte diário desses indivíduos, os quais passam a

agir e representar o mundo e suas experiências sob a influência desses sentimentos. A transitoriedade expande-se a todos os aspectos da vida, marcando também a relação com o trabalho: a exemplo da não especialização/qualificação, que tem levado os sujeitos a constantes mudanças de ocupação, tendo que se submeter aos chamados “bicos”. São essas virações que têm assegurado a subsistência, fragilizando não só a identidade do trabalhador, como também suas relações com os amigos e vizinhos (também estes igualmente vivenciando situações de instabilidade) e, até mesmo, com a família, que, por sua parte, vem sendo duramente atingida pelas condições de precarização. O que se tem observado é que em famílias moradoras de áreas pobres este quadro tem provocado sérios reatamentos na sua estruturação e composição, em decorrência de uma sociedade totalmente marcada pelo desequilíbrio, pela dificuldade de tornar-se equitativa. Como enfatiza Telles (in DINIZ, LOPES e PRADI, 1994, p.104):

Uma sociedade que não abre lugar para o indivíduo e o cidadão, em uma sociedade na qual a insegurança, quando não a violência, são a regra da vida social, é em torno da família que homens e mulheres constroem uma ordem plausível de vida: é o espaço que viabiliza a sobrevivência cotidiana através do esforço coletivo de todos os seus membros; é o espaço no qual constroem os sinais de uma respeitabilidade que neutraliza o estigma da pobreza; é o espaço ainda no qual elaboram um sentido de dignidade que compensa moralmente as adversidades impostas pelos salários baixos, pelo trabalho precário e pelo desemprego periódico.

Autores que vêm estudando a família, como Bilac (1991; BILAC in CARVALHO, 1995; BILAC in RIBEIRO e RIBEIRO, 1995), Carvalho (1995) e Sarti (in CARVALHO, 1995; SARTI in RIBEIRO e RIBEIRO, 1995; SARTI, 1996), afirmam que a família é o *locus* primário onde se desenvolvem as sociabilidades primeiras dos indivíduos. É ela que dá um ordenamento a estes. O que acontece nos seus arredores, na realidade a sua volta, interfere na maneira como se organiza, no seu sistema de relações, papéis, formas de reprodução social e na estrutura de suas funções econômicas. Como diz Sarti (1995 in CARVALHO, p.39), é:

Um problema comum aos estudos sobre a família [...] à análise das famílias hoje, pela extraordinária rapidez da mudança nas suas relações internas nas últimas décadas. Já não sabemos tão claramente o que somos.

Essas mudanças correspondem a uma ação deliberada, no sentido de um projeto emancipador que instituiu novos padrões de comportamento, mas que só foi possível por mudanças, na realidade exterior à família, que afetaram de maneira decisiva esta esfera da vida social, transformando-a fatalmente.

A família então tenta se estabelecer nesses espaços, exercendo as funções de orientadora, de responsável pelo bem-estar e pela a segurança a seus membros, posicionando-se como referência quando se trata da reelaboração do universo sociocultural de seus componentes. Contudo, apesar dessas atribuições, a ausência e precariedade das condições econômicas têm levado as unidades familiares a assumirem na maioria das vezes, novas configurações, embora continuem a constituir o *locus* onde os indivíduos constantemente recebem estímulo, suporte para lidar com as adversidades, os descompassos do dia-a-dia, as privações, a falta de direitos e, principalmente, de espaço de participação efetiva na sociedade.

Como pensar em tal cenário em regras, normas, condutas que não sejam alteradas, reformuladas seguindo as ordens desse cotidiano que costumeiramente revela a quebra de suas próprias regras, acenando para um quadro de desestabilizações, de incorporação de novos “valores”, leis, enfim, de novas referências? Há uma violência que não é apenas física, mas que talvez possa constituir a pior de todas, a da negação do indivíduo como cidadão pleno. Vejamos o que diz novamente Telles (in DINIZ, LOPES e PRADI, 1994, p.107):

Na ausência da lei, dos direitos e da justiça como referências ordenadoras da vida social, as dificuldades da convivência cotidiana tendem a ser equacionadas inteiramente no interior dos códigos morais da vida privada.

A família não só como provedora material da existência, mas, sobretudo, como referência moral, como repassadora de valores, normas de comportamento, são aspectos que procuramos aprofundar, investigando em que essas dimensões foram atingidas com as reordenações/transformações por que vêm passando nos últimos tempos essa instituição.

Para efeito de melhor estruturar os momentos de nossas reflexões, o trabalho

obedeceu à seguinte ordenação: o Capítulo 1º introduzimos a problemática da família – nosso olhar principal – fazendo uma breve retrospectiva de como essa instituição vem se estruturando ao longo dos distintos períodos de nossa história, bem como o perfil dessa em nossa contemporaneidade, e como se organizam as famílias pobres no contexto urbano.

No 2º Capítulo voltou-se para situar a cidade, o contexto urbano como cenário maior onde ocorre também os processos de desigualdade e de exclusão social. O objetivo foi apresentar como a urbanização, que ocorreu em nossa realidade, também contribuiu para gerar precarizações crescentes ao longo do tempo, detendo-nos especialmente no caso de João Pessoa, como sua expansão vem sendo marcada pelo processo expressivo de favelização.

O 3º Capítulo intentou apresentar os procedimentos metodológicos empreendidos na realização de nosso trabalho de campo em seus distintos momentos: a escolha da área, seguida de breve caracterização, os objetivos que perseguimos acompanhados das suposições que nortearam o processo investigativo; os critérios utilizados na seleção dos sujeitos e os instrumentos utilizados no levantamento das informações.

A análise das falas dos sujeitos entrevistados quanto ao sentido/significado atribuído à família, ao lado das transformações por que esta vem passando, compuseram o conteúdo do nosso 4º e último Capítulo.

1 FAMÍLIA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Iniciaremos nossa análise pelo período colonial brasileiro, pois nesse deu-se o início da formação de um modelo que se tornou o ponto de partida para todos os estudos sobre a família no Brasil, o da família patriarcal.

A pluralidade de composições é a característica principal desse modelo; de acordo com Samara (1987, p.30):

A família brasileira é resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e com tendências conservadoras na sua essência. Esse modelo genérico de estrutura familiar, comumente denominado patriarcal, serviu de base para caracterizar a família brasileira como um todo.

Podemos dizer que em nosso país, desde os primórdios de nossa colonização, tivemos diversas influências que levaram ao surgimento de várias formas de organização familiar. Estas, bem como a vida doméstica, sofreram grandes influências de alguns elementos que marcaram profundamente a formação da sociedade brasileira, tais como: a diversidade e a estratificação de nossa sociedade. Nesse sentido, revela Algranti (1997, p.85):

O próprio caráter de uma sociedade estratificada, na qual a condição legal e racial dividia os indivíduos entre brancos e negros, livres e escravos, dificulta a tentativa de buscarmos de norte a sul do país, no mundo urbano e rural e ao longo de quatro séculos, padrões semelhantes de vida e de organização familiar, até mesmo no interior de uma determinada camada da população.

No início do período da colonização, cada navio português, francês ou espanhol que aqui aportava deixava uma leva de europeus que aqui se instalavam, “casando-se” com nossas índias. A partir dessa mistura, nasceram os primeiros brasileiros. A miscigenação ocorrida entre imigrantes europeus, índios e negros trouxe conseqüentemente a troca de valores, costumes etc., e isso foi determinante na construção da família patriarcal brasileira. Sua estrutura leva a perceber que era composta verticalmente através dessa mistura de raças,

ao mesmo tempo em que se expandia horizontalmente através do casamento com a elite branca. Essa família apareceu com um traço de classe, constituindo grupo excepcional e privilegiado dos que dispunham do poder econômico criado pela extensão dos latifúndios e pela numerosa escravaria. Sua expansão na sociedade brasileira aparece estreitamente ligada a esse tipo de produção que dominou a vida do Brasil-Colônia, como coloca Almeida (1987, p.55): “[...] caracterizado pela produção para a exportação, a devastação da terra e o trabalho escravo”.

No período de 1930-1950, vários autores, em especial Freyre (1969), Viana (1955, 1973) e Cândido (1951), partiram do pressuposto da existência de uma família patriarcal rural e extensa no século XIX e anteriores, e que se transforma em nuclear quando transplantada para um ambiente urbano e moderno, no século XX. Para esses teóricos, o fortalecimento da família patriarcal se explica pela própria estrutura colonial: época em que o governo português não conseguia se fazer representar em toda a Colônia, tomando o proprietário de terras as rédeas do poder local. O sistema de parentesco era a forma pela qual os indivíduos se reconheciam no mundo: ser filho, parente, compadre, cabra, escravo do senhor proprietário conferia os limites e possibilidades para cada indivíduo.

A família colonial, a grande família patriarcal, proprietária e rural que, na visão desses autores, foi a responsável pela construção da Nação brasileira assumiu diversas formas na visão de Algranti (1997, p.87):

Tantas foram as formas que a família colonial assumiu, que a historiografia recente tem explorado em detalhe suas origens e o caráter das uniões, enfatizando-lhe as multiplicidades e especificidades em função das características regionais da colonização e da estratificação social dos indivíduos.

Na sociedade patriarcal, havia a tendência de diferenciação extrema dos dois sexos e de total subordinação das mulheres aos homens. O domínio das mulheres era restrito à casa- grande, no espaço limitado entre a capela, a sala de jantar e a cozinha. O modelo

patriarcal conferia demasiada ênfase à autoridade do marido, ao seu papel de senhor detentor de total autoridade sobre os demais membros da família. A figura da mulher estava ligada à total dependência, pois, conforme Samara (1987, p.34), as mulheres eram: “ociosas e recatadas, [...] teriam [...] um estilo de vida restrito ao lar, segregadas e com raras oportunidades de aparecer em público”.

Podemos dizer que o modelo patriarcal era composto assim: um extenso grupo formado pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, submetidos à autoridade do patriarca, dono das riquezas: da terra, dos escravos e do mando político. Ainda tinha como características traços como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco.

A casa-grande teria sido o símbolo desse tipo de organização, núcleo para o qual convergia toda a vida econômica, social e política da região, de forma mais ou menos ordenada. Entretanto podemos verificar que, durante esse período, já encontramos não apenas a família nuclear da época, mas também outros arranjos diferenciados de organização, como nos mostra Algranti (1997, p.87), ao relatar a respeito de algumas formas de relacionamento encontradas no espaço do domicílio:

Por vezes encontramos domicílios compostos de padres com suas escravas, concubinas e afilhadas, ou então comerciantes solteiros com seus caixeiros. Em alguns domicílios verificamos a presença de mulheres com seus filhos, porém sem marido; também nos deparamos com situações em que um casal de cônjuges e a concubina do marido viviam sob o mesmo teto. Isso sem falar nos filhos naturais e ilegítimos que muitas vezes eram criados com os legítimos.

Gilberto Freyre (1969) notabilizou-se, em *Casa-Grande e Senzala*, como o grande teórico da família brasileira, servindo de referencial para outros estudos que ora o contestavam, ora ampliavam suas hipóteses. Sua linha teórica foi, certamente, uma das mais

importantes da cultura brasileira, abordando de maneira poética o espaço, os cheiros, as cores e até os barulhos do mundo da casa-grande e do complexo familiar. Freyre foi também pioneiro em explorar toda uma documentação rica para o estudo da vida sexual e da família na Colônia.

Já Oliveira Viana (1973), por sua vez, em *Populações Meridionais do Brasil*, obra que teve como objetivo compreender as características originais da sociedade brasileira, descreve como ela era organizada em torno das “famílias senhoriais” de tradições aristocráticas que comandavam os clãs parentais e que substituíam instituições de ordem administrativa e política, num sistema caracterizado pela concentração fundiária, escravidão, dispersão populacional e descentralização administrativa. Para o autor, essa sociedade podia ser apreendida através de seus tipos sociais, suas instituições sociais, seus usos e costumes. Na classe dos tipos sociais, Viana situa o lugar dos indivíduos na sociedade: governantes, chefes ou chefiados, ou seja, o “oligarca”, o “mandachuva”, o “afilhado” etc. Complementando esse pensamento, apoiamo-nos nas reflexões de Cavalcanti (2002), ao analisar a obra acima citada do autor.

(Segundo ele), nossas relações sociais haviam se desenvolvido com base no grande domínio rural, fincado na imensidão do território tropical. O ruralismo e o escravismo de nossa formação, demonstrando bem as forças dos fatores geográficos e raciais, eram os responsáveis por um padrão de sociabilidade centrado na família e na autoridade pessoal do grande proprietário, que tudo absorvia (p.27).

Em seu clássico sobre a família, *The brazilian family*, Cândido (1951) procurou informar as mudanças que vinha sofrendo a família patriarcal colonial e rural na fase de transplantação para o século XX. Esse mesmo autor buscou caracterizar o desdobramento desta num ambiente moderno, marcado como urbano/industrial, centrando sua análise no início das transformações a partir da chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, no surgimento de uma vida social na Colônia. Essa nova sociabilidade inclui o estabelecimento de oportunidades de estudo e outras formas de ascensão social.

No transcorrer do século XIX, esse modelo familiar se modifica, tendo como sinal a redução dos laços de dependência dos filhos em relação ao poder patriarcal, dando assim maiores chances de autonomia aos filhos no exercício de suas carreiras profissionais ou políticas.

A permanência, em parte, da economia latifundiária explicava a manutenção de enormes desigualdades sociais no país, junto às relações semipatriarcais, sobretudo nos Estados do Norte. Ao mesmo tempo, o desencadear da economia industrial na região Sudeste leva a família a se transformar: a mesma se nucleariza para atender melhor às demandas da sociedade moderna.

Com esse resgate, verificamos como a família foi analisada nos primeiros trabalhos de Freyre, Oliveira Viana e Cândido, mostrando como essa instituição era determinada pelos princípios da classe dominante, sendo a partir destes que se configurava toda a sua organização.

No final do século XIX, nosso país passa por uma mudança expressiva de ordem política, trazendo significativas transformações na ordem econômica e social. Dessa forma, a sociedade latifundiária e patriarcal toma um caminho que a levará a um contínuo processo de desagregação. Estava em formação a sociedade burguesa, trazendo em seu bojo uma forte ideologia liberal que iria afetar e transformar profundamente os costumes que perpassavam a instituição familiar vigente. Essa sociedade burguesa que se iniciava aos poucos começou a implantar novos valores, costumes que iriam enraizar-se em nossa sociedade.

Junto às mudanças que estavam ocorrendo nas diversas esferas da sociedade brasileira, formas diferenciadas de interpretação buscaram acompanhar essas transformações sociais. Quatro linhas de pensamento destacaram-se nessa fase: a linha católica, a positivista, a liberal e a socialista.

O pensamento católico, que surge no Brasil no início do século XIX, marcava-se

pelo seu caráter autoritário/radical. Possuindo uma posição conservadora, essa corrente iria pregar um modelo de família totalmente hierarquizado, em que a figura do pai/marido seria mantida como dominante no seio da unidade familiar. Essa hierarquização é notória tanto no espaço do lar, como também fora dele, principalmente no trabalho externo. Os papéis familiares encontravam-se definidos pelo pensamento da Igreja. Esse modelo foi nada mais do que a repetição do modelo patriarcal vigente no período de nossa colonização, ficando novamente a figura da mulher entrelaçada ao total domínio do homem, mais uma vez totalmente ordenada por ele.

Quanto à linha positivista oriunda da França, foi implantada no Brasil também no início do século XIX. O estabelecimento da ordem era o seu lema, estando sob sua regência o assegurar a industrialização e a boa expansão do progresso. Nessa concepção, a família possuía uma função singular na preparação de cidadãos para servir à pátria. Para tanto, a mulher estava responsabilizada por toda atividade familiar, competindo a ela todas as atividades da casa, enquanto ao homem ficava reservado a atuação exclusiva no espaço da esfera social. Cabia assim à figura feminina, novamente, apenas o espaço da unidade familiar, não sendo concedido a ela a independência e muito menos igualdade de direitos no campo do trabalho. A mulher continuaria a “reinar” sobre todos os afazeres domésticos, “majestosamente” confinada ao espaço exclusivo da casa. O homem continuava no topo da hierarquia, como sempre à frente de tudo.

Uma outra linha de pensamento presente também nessa fase de transformação de nossa sociedade foi o pensamento liberal, que levou o Brasil a iniciar vários movimentos de independência e revoluções que marcaram nosso cenário no início do século XIX. Essa corrente estava condicionada pela expansão e manutenção da liberdade e do progresso. O pensamento liberal foi bastante criticado e combatido pela Igreja, que o acusava de anarquista, por achar que ele comprometia a ordem e os bons costumes da família, levando-a a um

processo de desestruturação. Para eles, foi à própria Igreja que contribuiu para a desorganização familiar: primeiro, por colocar a mulher voltada cada vez mais para as práticas e devoções místicas/religiosas, tirando-a constantemente de dentro da unidade doméstica, levando-a a afastar-se das responsabilidades da casa; em segundo lugar, incutindo na mulher o desinteresse e repúdio em relação às solicitações sexuais do marido. Para o pensamento católico, havia uma supervalorização da pureza e abnegação do próprio corpo, em detrimento do que era associado aos afetos e à sexualidade, expressões tão importantes na construção dos relacionamentos.

Para os pensadores positivistas, tanto a linha católica de pensamento, como a liberal eram incapazes de instituir e reorganizar a nova estruturação familiar: a primeira, por ser totalmente conservadora e defensora de idéias retrógradas; e a liberal, por desagregar a unidade familiar, comprometendo diretamente a ordem da sociedade.

Outra linha de pensamento que marcou nossa sociedade nos primórdios do século XX foi a socialista. Vinda através, sobretudo dos imigrantes italianos teve grande penetração nas camadas populares e preocupou-se com a resolução dos problemas no âmbito do trabalho, da saúde e da moradia, ou seja, das condições de vida que estes imigrantes estavam vivendo em nosso território. Aqui também o homem é figura-chave na estrutura da família, ficando restrita sua atuação ao espaço externo da unidade doméstica responsável pela reprodução familiar quanto a mulher, continuava a lhe ser reservado o espaço da casa.

De forma geral, todas essas correntes não proclamavam alterações no âmbito da estrutura familiar, preocupando-se apenas as que se davam na ordem política e social da sociedade, não sendo posto em questão, portanto, mudanças nos papéis do homem e da mulher no espaço da família, mesmo que esta fosse espelho das desigualdades sociais e dos reajustes da sociedade, resultantes das modificações por que vinha passando. As similitudes com o tradicional modelo de família patriarcal ficam no âmbito dos papéis destinados ao

homem e à mulher, mas algumas transformações na ordem dos valores ocorreram, até mesmo porque a estrutura da sociedade, naquele momento, era mais urbana, assumindo assim características próprias da urbanização: não existiam mais as extensas famílias que ordenavam o casamento de seus filhos de acordo com interesses políticos e econômicos, como outrora. A família que se urbanizava também não contava mais com as relações de compadrio (agregados, servos, escravos); o que prevalecia agora era o núcleo formado pelos parentes de sangue (tios, primos, avós). Ocorre também uma diminuição do autoritarismo do homem sobre a mulher, mesmo esta ainda sendo dependente economicamente daquele. À mulher, é permitida agora a participação, um tanto limitada, é verdade, mas ela já ultrapassa o limite doméstico, executando atividades profissionais, participando de atividades de lazer, entre outras. O número de filhos diminuiu, e a infidelidade do homem, antes explícita e regra geral para garantir a masculinidade, passa a ser menos “escancarada”, ocorrendo modificações também no modo de educação dos filhos.

A mais diferenciada das modificações ocorreu, sem dúvida, com o nascer da classe operária, dando origem a uma outra forma de família resultante da participação feminina no trabalho. Aos poucos, esta entra num processo decisivo de reformulação ou talvez de readaptação das suas formas de organização. De fato, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a perda de exclusividade na tarefa de educar os filhos, a impessoalidade nas relações sociais, o controle de natalidade e o enfraquecimento dos vínculos de parentesco correspondem, na opinião de Cândido (1951), às principais mudanças para o estabelecimento de uma família moderna. Podemos assim observar que a condição urbano/rural foi o referencial para determinar esse novo tipo familiar.

Era consenso que o processo de urbanização/industrialização da nossa sociedade no século XX, alternado com o fenômeno da migração, tinha retirado da esfera da família o controle da produção para os empresários capitalistas juntamente com o Estado, contribuindo,

assim, para o enfraquecimento das relações de parentesco, para a diminuição do tamanho da família, bem como para a redução do poder do pai e do marido. Entretanto o padrão de moral patriarcal foi mantido, como, por exemplo: o tabu da virgindade para as mulheres, a virilidade para os homens, e a dupla estrutura familiar, resquícios de uma sociedade escravista, na qual uma era legalmente representada pelo núcleo conjugal e seus filhos e a outra assentada sobre a total violação dos direitos dos menos afortunados.

Dessa forma, podemos constatar que os reordenamentos familiares, as formas diferenciadas de se organizar assumidas por estes não são exclusividade de “nossos tempos modernos”. O que verificamos hoje em dia, no tocante à composição de vários lares brasileiros, não é nenhuma novidade, não é algo que nunca existiu, pois não é de causar surpresa que essas maneiras possíveis de organizar os relacionamentos humanos já tenham sido experimentadas alguma vez em algum lugar. As pessoas buscam nas novas modalidades de relacionamento novas respostas às suas expressões afetivas.

No próximo item, iremos analisar como a família passa a se estruturar no Brasil contemporâneo.

1.1 A importância da questão da família

Antes de tratar da problemática sobre a família tendo a realidade brasileira como referência, gostaríamos de enfatizar a relevância desse tema.

Segundo Prado (1981), a origem do termo *família* vem do latim *famulus*, que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Esta expressão surge entre os romanos, inventada para caracterizar a organização marcada pela presença de um chefe, que mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e um certo número de escravos. Lembra também Bilac (in CARVALHO, 1995, p.31): “desde então, o termo família tem designado

instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si do ponto de vista de sua estrutura e funções”. Desta forma a variabilidade histórica da instituição família desafia a formulação de um conceito mais abrangente e/ou geral desta. Sua complexidade vem constituindo objeto de estudo sob diferentes enfoques e suscitado muitas discussões. Os debates sobre esta questão têm ocupado grande espaço nas Ciências Sociais.

Para Sarti (apud SARTI, 1996), tratar a questão da família não é fácil, pois, em virtude de constituir uma realidade que nos é muito próxima, é algo que se confunde com o que nós somos, fazemos parte, tornando-se elemento de nossa identidade pessoal. Além desse complicador, um outro fator contribui para dificultar ainda mais uma análise das famílias hoje: a extraordinária rapidez com que vêm ocorrendo mudanças nas suas relações internas.

Apesar da dificuldade que se tem em definir família, todos nós sabemos o que seja, uma vez que dela somos parte integrante. O que vem ocorrendo é que grande parte das pessoas tem como definição sua própria realidade, sendo incapazes, por conta disto, de fazer abstrações acerca de sua natureza.

Retomando ainda Sarti (1996), ela mostra que, ao longo da história, nenhuma sociedade existiu sem que tivesse vivido à margem de alguma noção de família, isto é, de alguma forma de relação institucional entre pessoas do mesmo sangue. Na opinião de Prado (1981), a composição dessa unidade social varia de acordo com o tipo de sociedade e a época vivida; com isto, o modelo ideal também sofre mudanças.

Apoiando-nos no ponto de vista dessa autora, achamos pertinente fazer uma retrospectiva de como esta instituição vem se estruturando ao longo do tempo, identificar as transformações e rearranjos por que tem passado no interior da realidade brasileira, em seus distintos momentos de desenvolvimento.

Um dos aspectos que influenciaram nas mudanças na família foi sem dúvida a questão da individualidade, sobretudo no mundo contemporâneo, que se faz notar no seio da

família. Compartilhando essa idéia, vejamos o que coloca Sarti (in CARVALHO, 1995, p.43):

No mundo contemporâneo, as mudanças ocorridas na família relacionam-se com a perda do sentido da tradição. Vivemos numa sociedade onde a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da História. [...] A afirmação da individualidade sintetiza o sentido das mudanças atuais, o que tem implicações evidentes nas relações familiares, fundadas no princípio da reciprocidade e da hierarquia.

Observamos que, nos tempos atuais, ocorre um conflito no espaço familiar, dado a tentativa de equilibrar as questões da individualidade e da reciprocidade. Essa junção irá, sem dúvida, abrir brechas para outros padrões de relação familiar, entrando aí redefinições de papéis, valores, comportamentos, enfim um cenário de nova estruturação, reordenação da família. Com isso, irá ocorrer uma redefinição na hierarquia familiar: a autoridade permanece, mas agora ela não mais pertence a uma única pessoa; assim como também as relações entre pais e filhos sofrem adaptações conseqüentes dessa individualidade, que antes não fazia parte desse espaço.

A entrada da questão da individualidade dá-se inicialmente através da mulher, que, a partir de um determinado fato histórico, começa a ter a possibilidade de um controle de sua sexualidade, de sua capacidade de reprodução. É o que diz Sarti (in CARVALHO, 1995, p.43): “a possibilidade de controle da reprodução que permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação na esfera pública”.

É evidente que tal mudança, nas relações familiares propicia à inserção da mulher no mercado de trabalho, contribuindo com toda uma reorganização em relação à educação dos filhos, a horários, ao relacionamento com o marido, enfim, mudanças de várias ordens.

1.2 A família e sua reorganização na contemporaneidade

A sociedade contemporânea, sobretudo nas últimas décadas, revela como a família vem passando por grandes mudanças. Renovam-se o modo de entender e o modo de

viver o amor e a sexualidade, a fecundidade e a procriação, o vínculo familiar, a paternidade e a maternidade, enfim, o relacionamento entre homem e mulher. Isto vem ocorrendo, naturalmente, pelo fato de que a família participa dos dinamismos próprios das relações sociais.

Hoje, predomina o consenso de que não podemos mais falar em família, no singular, mas em famílias, no plural. Aspectos próprios dos recortes de região e de classe devem ser levados em conta, como bem lembra Giddens (2000, p. 63): “Houve muitos tipos diferentes de família e sistemas de parentesco em diferentes sociedades e culturas”. Essa instituição há tempos vem assumindo em seu universo relações bastante diferenciadas, expressando mudanças significativas nos padrões de convívio familiar.

A acelerada evolução dos modos de vida nas últimas décadas do século XX, sobretudo num sistema de globalização, tanto de mercados como de subjetividades, modificou substancialmente os esquemas familiares, de tal modo que ocorre uma reformulação da instituição ou, pelo menos, da sua estrutura. De acordo com Carvalho Filho (2000, p. 16):

O sistema capitalista, dentro dessa perspectiva, não é só produtor de valores de uso, mas também uma grande *máquina* de produção de subjetividades com seus desejos e sensibilidades. Subjetividades que se desterritorializam, adquirem novos contornos em um movimento incessante. A família, nesse movimento de destruição e criação, está dentro desse processo.

No processo de transformação contínua por que passa a sociedade, insere-se também a família, procurando encontrar estratégias as mais diversificadas para se adaptar a estas transformações. Estas ocorrem de uma forma totalmente desigual e de acordo com as particularidades de cada lugar, como bem afirma Giddens (2000, p.61):

Há uma revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com outros. É uma revolução que avança de maneira desigual em diferentes regiões e culturas, encontrando muitas resistências.

A família, da forma como vem se modificando e se estruturando nos últimos tempos, impossibilita, como afirmamos, ser identificada como um modelo único ou ideal.

Pelo contrário, ela vem se delineando como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares. Na sociedade moderna, muitas vezes, parece mais decisivo, para a própria realização pessoal, crescer na carreira profissional, dando mais importância às relações funcionais que se caracterizam pela competição individualista. Além disso, difunde-se uma sensibilidade que considera qualquer vínculo como uma amarra mortificante, parecendo desejável livrar-se de qualquer relacionamento mais profundo.

A família, menor célula organizada da sociedade, é *locus* de produção da identidade social básica do indivíduo. É afetada também pelo processo de desenvolvimento socioeconômico de onde sofre influência em sua estrutura, num processo que é histórico, como afirma ainda Carvalho Filho (2000, p. 15):

A família, como toda e qualquer instituição, não paira no céu na sua imutabilidade. Vive em um cenário marcado pelo seu passado, pelos ciclos econômicos e sociais e não está desvinculada de todo um processo histórico. Sem entendê-la nas suas configurações mais gerais seria impossível compreender o nexo das falas e atitudes das pessoas com todo o seu conjunto de representações sociais.

É esse movimento incessante que vem levando a família cada vez mais a resignificar os papéis, valores e regras sociais. Aos poucos ela vai assumindo outros valores, agora tidos como que necessários para acompanhar essa fase. Nas palavras de Sarti (in CARVALHO, 1995, p.43):

O amor, o casamento, a família, a sexualidade e o trabalho, antes vindos a partir de papéis preestabelecidos, passam a ser concebidos como parte de um projeto em que a individualidade conta decisivamente e adquire cada vez mais importância social.

O entrelaçamento do amor, a sexualidade e a fecundidade, que tradicionalmente constituíam o núcleo do matrimônio e da família, nestas últimas décadas, parecem dispensáveis, podendo-se viver a sexualidade sem a fecundidade, a sexualidade sem o amor, a fecundidade sem a sexualidade.

A partir do final da década de 1970, sobretudo, as separações cada vez mais frequentes ganharam na sociedade brasileira a forma legal do divórcio, causando o afrouxamento das normas morais tradicionais que proibiam a simples separação de fato, ou o aborto. Estes requisitos serviram para debilitar a concepção tradicional da instituição familiar.

No plano das relações familiares, a hierarquia e os papéis estavam predeterminados, eram definidos previamente. Apenas obedecia-se a este modelo. Com o desenvolvimento de uma dimensão individual, o que era “estático”, porque pré-determinado, assume novos contornos; criam-se condições para o estabelecimento do conflito, do questionamento do tradicional, isso em termos de papéis familiares. A família agora passa por novas configurações, reordenamentos, na maneira como se estrutura, como se forma.

Lembra-nos igualmente Sarti (1995) que duas são as principais áreas de onde nasceram os espaços para estas mudanças alterando a ordem familiar tradicional: uma primeira diz respeito à autoridade patriarcal, e a segunda está na divisão dos papéis, daí resultando em reformulações nas relações entre homem e mulher, entre pais e filhos. Não há mais papéis e obrigações claramente definidos entre estes, não há mais um único referencial; seguem agora arranjos diversificados que vão sendo definidos de acordo com as necessidades de cada grupo familiar, atendendo a suas particularidades, suas características próprias, de posição social, das áreas onde estes grupos estão inseridos e, sobretudo, considerando-se o grau de inserção econômica que esta instituição ocupa na sociedade.

Hoje as famílias vêm passando por diversas adaptações; é através delas que os sujeitos mantêm as relações junto à sociedade, mas, mesmo tendo passado por essas transformações, os esquemas familiares, sua estrutura essencial, continuam vigorando, uma vez que constitui, em suas várias formas, fundamento da sociedade humana, pois é dentro dela que se criam os laços afetivos necessários à transmissão da cultura, dos valores ideológicos e morais. Nas palavras de Vitale (1995, p.90), ela é um dos canais privilegiados responsáveis

pela socialização entre o homem e a sociedade: “a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo”.

Para alguns autores, a família brasileira continua sendo composta pelo modelo nuclear. Um autor que vai analisar a família sobre este modelo é Romanelli (1991), defendendo que o “modelo predominante de família na sociedade brasileira” continua a ser o da família nuclear, constituída por marido, esposa e filhos, e considerada como unidade duradoura e forma modelar da vida doméstica:

O “modelo predominante na sociedade brasileira” é o da família nuclear, aquela que tem na sua formação a dominância masculina, exercida em uma estrutura hierarquizada de poder e autoridade, a divisão sexual do trabalho, a presença de vínculos afetivos entre marido e esposa e entre pais e filhos e o controle da sexualidade feminina (ROMANELLI, 1991, p.32).

Nesse modelo composto de pai, mãe e filhos, o homem sai para o trabalho para “ganhar” o pão, enquanto a esposa, especialmente se tem filhos pequenos, fica em casa para cuidar das crianças, tomar conta do lar, cozinhar, lavar etc. Se for economicamente necessário, a esposa pode também assumir algum trabalho para ser executado em troca de alguma remuneração, desde que este possa ser combinado com as tarefas domésticas. Este é o modelo valorizado que nos é apresentado desde criança, indicando o que “deve” e o que “tem” de ser uma família, a imagem de família sonhada e veiculada na mídia como algo a ser seguido. Por fazer parte de nossa cultura, vem sendo constantemente reproduzido por intermédio dos diversos “espaços de socialização”, a exemplo da escola, da igreja etc. Quem não se enquadrar nesse modelo é considerado fora do padrão de “normalidade”.

Entretanto, há tempos que a figura do patriarca ao lado da mulher, junto aos filhos, ficou em álbuns como lembranças dos clãs do final do século passado. O que encontramos agora em nossa sociedade é uma amplidão, uma elasticidade de arranjos familiares. O número de famílias compostas por agregados é grande, reunindo filhos de

relações anteriores. Há grande dissolução das uniões e a formação de novas famílias, nas quais os papéis parentais se tornam confusos com a convivência “dos meus, dos teus e dos nossos filhos” e toda a gama de novas relações que surgem no seio das famílias. Como afirma Toledo (in *Folha de São Paulo*, 1998, p.A3):

A família brasileira da virada do século não é única, mas múltipla. Transformações sociais e culturais que se processaram nas últimas décadas acomodaram as maneiras como as pessoas costumam se agrupar sob um mesmo teto.

Dessa forma, aquele modelo predominante na sociedade brasileira, a que o autor se refere, vem abrindo espaço para outros tipos de família. A partir da década de 1970, as famílias têm tentado acompanhar um processo de mudança de não apenas de ordem econômica, mas, sobretudo, de valores, papéis etc. No momento em que o papel de provedor e a chefia da família não são mais monopólios apenas do componente masculino, sua forma muda; e isto ocorre também por conta da inserção feminina no mercado de trabalho e do crescimento das famílias monoparentais com chefia feminina. Essas mudanças também vão ser responsáveis pelas transformações na estrutura da família, como reforça Romanelli (1995, p.77):

Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundará em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias. O fato de as mulheres, em particular as esposas, tornarem-se produtoras de rendimentos e parceiras importantes na formação do orçamento familiar, confere-lhes nova posição na estrutura doméstica e tanto altera os vínculos que as unem ao marido e aos filhos, quanto contribui para o redimensionamento da divisão sexual do trabalho. Nessas circunstâncias, parte dos afazeres domésticos são redistribuídos entre esposa e marido, cabendo a este dividir com a mulher tarefas que eram realizadas exclusivamente por ela.

Dessa maneira, a mulher pode usufruir seu próprio dinheiro, possibilitando obter mais autonomia e, conseqüentemente, mudar a ordem dos papéis familiares. Essas mudanças foram decisivas para a família nos últimos tempos. Dessa forma, a concepção até então hegemônica revela-se insuficiente para acompanhar o processo de transformação que vem

ocorrendo hoje em seu próprio interior e que nos aponta para igual movimento no que se refere aos padrões culturais predominantes. Contudo, mesmo com o processamento de todas essas mudanças, a mulher, como responsável exclusiva pela família, continua constituindo um percentual pequeno em nossa sociedade. Vejamos o gráfico abaixo.

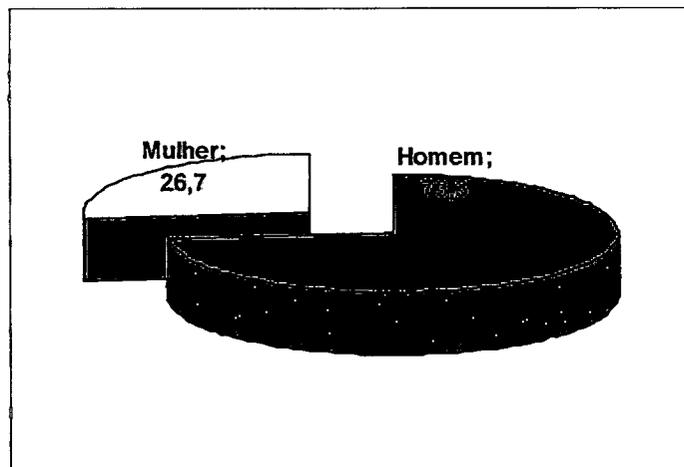


GRÁFICO 1: Distribuição das famílias, segundo o sexo do responsável (%) – Brasil, 2000.

FONTE: IBGE, Censo Demográfico (2000).

Nasce então a família moderna, com a progressiva eliminação da hierarquia, emergindo uma certa liberdade de escolha. Não há mais só um tipo de organização da família: o “clássico” pai, mãe e filhos cede espaço hoje para outras formas. De fato, nos modelos “tradicionais”, o marido assumia o seu primado, sendo reservadas à mulher preferencialmente as tarefas domésticas e a relação entre pais e filhos, centradas dentro de certa visão de autoridade e disciplina. Hoje as famílias vêm assumindo novos padrões de comportamento, no campo da sexualidade, da paternidade, da maternidade, da procriação, do trabalho e da repartição das tarefas domésticas.

A família constitui uma rede de relacionamentos que define o rosto com o qual cada um participa dos diversos ambientes que frequenta diariamente, quer no espaço doméstico, quer no encontro com outras pessoas.

Um grupo de pessoas é reconhecido como família quando se configura uma

relação de plena reciprocidade entre os sexos e entre as gerações. É um recíproco pertencer. Essas características qualificam a família como complexo simbólico. Podemos observar como exemplo disso: quando alguém quer demonstrar que venceu a estranheza em relação a um ambiente ou a uma pessoa, diz que se tornou “familiar”. Mesmo estando distante espacialmente, a família é importante e está presente como realidade simbólica, pois ela proporciona orientações éticas e culturais. Em torno dela, são vividas experiências humanas básicas que duram no tempo, independentemente da vontade das pessoas envolvidas, tais como a paternidade, a maternidade, a filiação, bem como a relação entre as gerações. Podemos colocá-la como enraizadora da pessoa no tempo, por meio das relações de parentesco. Esses caracteres constitutivos da realidade familiar assumem nos tempos atuais, novos contornos.

Outro tipo de “família” que vem crescendo no mundo, mas que em nosso país ainda não faz parte de nossas estatísticas, é aquela composta de homossexuais assumidos, que se tornam pais por adoção, por inseminação ou mesmo pelo método natural. Esse tipo de arranjo familiar é cada vez menos incomum, apesar de os envolvidos preferirem manter-se menos expostos à sociedade.

Essas mudanças na família brasileira podem ser constatadas a partir da pesquisa sobre esta temática realizada pelo Datafolha (em Setembro de 1998), onde essas novas formas de estruturação foram reveladas, por exemplo quanto ao papel da família brasileira, dados revelam que esta vem diminuindo, como podemos observar pelo gráfico que se segue:

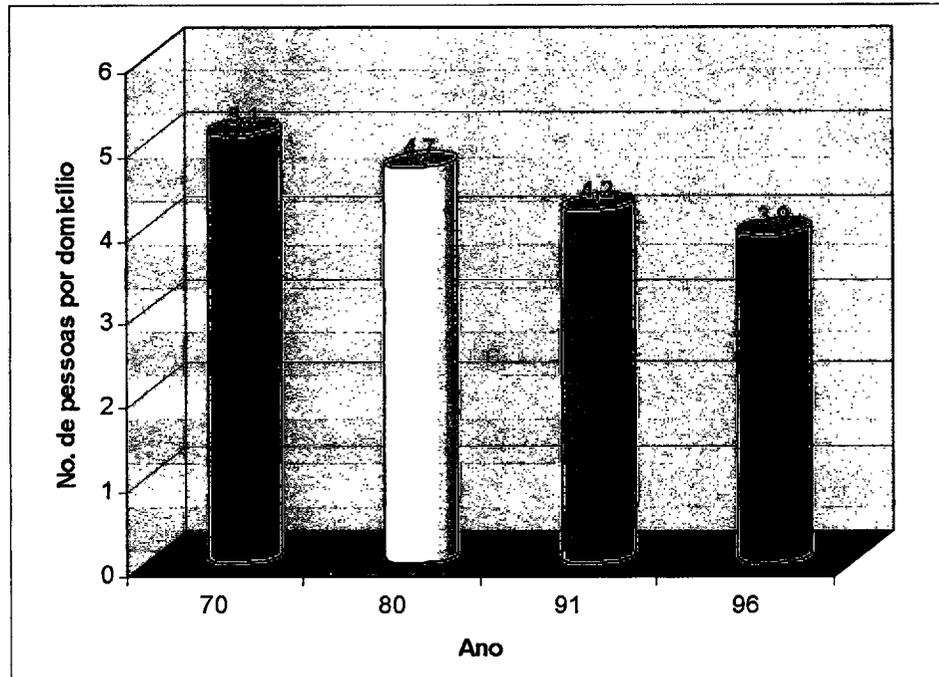


GRÁFICO 2: Número de pessoas por domicílio – Brasil.

FONTE: IBGE, Censo (1970, 1980, 1991) e Recontagem (1996). apud *Folha de São Paulo*, Família (especial), p. A3, 20 set. 1998.

Mesmo com todas essas reacomodações, o tipo de união que ainda prevalece, com um percentual bastante significativo, continua sendo o casamento civil e o religioso, como as informações desta outra tabela sugerem:

TABELA 1

Pessoas de 15 anos ou mais de idade, casadas, segundo o tipo de união – Brasil (%)

TIPO DE UNIÃO	ANO			
	1970	1980	1991	2000
Civil e Religioso	64,6	63,8	58,0	50,1
Só Civil	14,1	16,3	18,4	17,3
Só Religioso	14,4	8,1	5,2	4,3
Consensual	6,9	11,8	18,4	28,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE. Censo Demográfico (1970, 1980, 1991, 2000).

Se essas alterações têm marcado as estruturas familiares em geral, foi o que procuramos verificar junto as famílias inseridas no interior de espaços socioeconômicos precarizados de uma determinada comunidade com estas características existentes no meio

urbano de João Pessoa. São essas indagações que formam o conteúdo do próximo item.

1.3 As famílias pobres no contexto urbano

Diversos estudos procuram mostrar como as condições de vida dos sujeitos vivendo em áreas expostas a problemas sociais graves/precarização social vêm interferindo sobre os núcleos familiares, levando-os algumas vezes a responder por reordenamentos os mais variados. Não estamos com isso apontando de forma categórica, uma relação causal entre estes fatores, no entanto sinais concretos existem, como também pesquisas que indicam a pertinência de se levar em consideração tais fatores.

Bilac (in RIBEIRO e RIBEIRO, 1995) nos revela que, durante os anos de 1970 a 1980, os estudos sobre família começam a se voltar para as camadas populares. Assim, o que vai constituir agora objeto de análise será a questão do nível econômico, das condições de vida, ou seja, como a sociedade define, modela e transforma a maneira como estas se estruturam, a partir desse fator econômico. Como diz a autora: “a família não é mais buscada para explicar a sociedade, mas, ao contrário, é a sociedade que se introjeta na família; são os processos macrosociais que lhe conferem seu princípio de explicação” (p.45).

Em seus estudos, Bilac (apud DUHRAM, 1986) parte da análise de classes, cuja divisão se efetuava entre: operários de fábrica x trabalhadores manuais da cidade, moradores de favelas, e assim por diante. Para ela, Bilac (apud SADER e PAOLI, 1986; MACHADO, 1990, p. 47), a imagem da família nesses segmentos assim se apresentava:

Uma família que é inicial e basicamente nuclear, mas que pode vir a se ampliar – principalmente em certas fases de seu ciclo de vida – para abrigar parentes ascendentes ou descendentes. Uma família que se baseia na articulação entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado, mas que, reiterada, embora intermitentemente, termina por recorrer ao trabalho feminino remunerado e, dada a precariedade deste, ao trabalho das crianças e jovens, ao mesmo tempo em que busca prolongar a escolarização dos filhos.

Num país onde os recursos de sobrevivência estão cada vez mais difíceis, devido ao desmonte dos serviços públicos, somados à fragilidade dos sindicatos e partidos políticos como instrumentos de mediação entre o indivíduo e a sociedade, enfim, diante da ausência da eficácia das instituições públicas, mostra Durham (1978) que, entre os pobres, o processo de adaptação ao meio urbano e à vida cotidiana é estruturalmente mediado pela família. Essa questão foi retomada por Telles (1992, p.320), que afirma:

Mais do que apego à tradição persistente, à valorização da família por suas hierarquias internas, traduz o fato muito concreto de que a sobrevivência se ancora nos recursos pessoais e as energias morais que ela é capaz de mobilizar.

A importância da família para os pobres não se constitui apenas enquanto elo afetivo, mas, sobretudo, como núcleo de sobrevivência material e espiritual (SARTI, 1996). É imprescindível destacar que, para este segmento social, o significado de família associa-se ainda àqueles em que se pode confiar (WOORTMANN, 1987, apud SARTI 1996). Sua delimitação não se vincula apenas à pertinência a um grupo genealógico e à extensão vertical do parentesco, mas vai além dessa horizontalidade e ou verticalidade. Cada vez mais é composta por aqueles com quem convivem ou conviveram.

Entre as famílias pobres, não há *status* ou poder a ser transmitido. O que define a extensão familiar é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá. Dispor-se às obrigações morais é o que define a pertinência ao grupo familiar.

A situação de pobreza e exclusão social em que se encontram as famílias pobres acarreta uma delimitação para esse segmento social, na busca de melhores condições de vida, afetando diretamente na forma como estas se estruturam, se organizam enquanto grupo familiar, como nos mostra Telles (in DINIZ, LOPES e PRADI, 1994, p.104):

Essa ordem de vida se estrutura em um equilíbrio muito frágil. Qualquer "acaso", seja o desemprego ou a deteriorização das condições de salário e trabalho, seja a doença, invalidez ou a morte dos provedores principais, pode

jogar as famílias nas fronteiras da miséria [...] a sobrevivência cotidiana depende de um esforço coletivo, as condições vigentes no mercado (e na sociedade) terminam por desfazer- real ou virtualmente- a eficácia possível das estratégias familiares. E, no limite, ameaçar uma ordem de vida estruturada.

Um dos fatores que contribuíram para essa situação foram, sem dúvida, as sucessivas recessões econômicas agravadas desde o começo dos anos 80, como também a inserção da mulher no mercado de trabalho. Esses, somados ao ritmo constante em que vem mudando a sociedade, sobretudo na era da globalização, têm tido interferência direta sobre a família. Novos padrões são assimilados: como vimos em outro momento, o que outrora se apoiava sobre um modelo único e hierarquizado tendo como cabeça a figura do homem/marido, agora cede espaço para outras maneiras de organização. Daí resulta os novos arranjos ou reordenamentos familiares tão aparentes em nossa sociedade, mais precisamente durante as últimas quatro décadas.

Discutir o significado da família, quer como fonte reprodutora, socializadora e de consumo, quer como primeiro espaço organizado da sociedade e *locus* de produção de identidade social básica do indivíduo, faz-se necessário e de grande importância, por nos evidenciar os rebates das intensas e rápidas transformações pelas quais vem passando a sociedade brasileira, marcada também pelo acirramento de uma pauperização crescente. O que dizer das famílias pobres, excluídas, habitantes das favelas? Com certeza a problemática torna-se ainda mais intensa.

A nossa contribuição para o estudo do cotidiano familiar dessas famílias dá-se pelo fato de fornecer informações acerca das imagens desses indivíduos sobre ela, como espaço que habita, interfere e define os seus sistemas de valores, de práticas construídas constantemente. Consideramos que a relação entre a forma como se estrutura/organiza o grupo familiar a partir de como se percebem na cidade e, sobretudo, no espaço segregado que ocupam irá desvelar a dinâmica que essa precarização da vida exerce sobre a família no seu

cotidiano.

A aceleração do processo de urbanização e seus rebates sobre a vida dos indivíduos, em nosso cenário, é uma problemática que vai contribuir também para causar algumas reformulações nas relações familiares. A apreensão desse cotidiano familiar, das formas como se estrutura nesse espaço fragmentado, leva-nos à vinculação também das práticas dos sujeitos, interesses e valores por eles criados e reelaborados, constituindo assim eixos balizadores de nosso estudo.

2 A VIDA FAMILIAR NAS CIDADES

Antes de entrarmos diretamente em nossa problemática – as famílias pobres e sua estruturação/organização, achamos pertinente fazer uma reflexão sobre o processo de urbanização no sentido de encontrar aí raízes, no que se refere às mudanças que vêm ocorrendo na qualidade de vida, com interferências seguramente na organização, ordenação das sociabilidades, modos de vida e dos vínculos afetivos.

Desde sua gênese, a cidade tem como característica ser um lugar de encontro. É nela que se dão as relações cotidianas que vão além do âmbito doméstico. É através dela que se estabelecem códigos de sociabilidades, sendo também o espaço dos conflitos.

Autores como Simmel, Wirth e Park (in VELHO, 1979) trabalharam aspectos variados do indivíduo no espaço da metrópole, ou seja, no espaço urbano. Levando em conta as cidades do início do século XIX, procuraram compreender as características desse novo espaço e seus novos padrões que levavam o indivíduo a assimilá-los, ora positivamente, ora agindo estes negativamente sobre seus moradores.

Simmel (in VELHO, 1979), ao estudar a problemática do espaço urbano, procurou analisar os aspectos psíquicos dos indivíduos, mostrando como as relações desenvolvidas nesse espaço levam os indivíduos a tornarem-se cada vez mais calculistas, onde a tirania do dinheiro leva estes a criarem as relações sociais sob a égide puramente monetária. Neste trecho, o autor deixa claro suas reflexões:

A mente moderna se tornou mais e mais calculista. A exatidão calculista da vida prática, que a economia do dinheiro criou, corresponde ao ideal da ciência natural: transformar o mundo num problema aritmético, dispor todas as partes do mundo por meio de fórmulas matemáticas. Somente a economia do dinheiro chegou a encher os dias de tantas pessoas com pesar, calcular, com determinações numéricas, com uma redução de valores qualitativos a quantitativos (in VELHO, 1979, p.14).

As relações baseadas nos afetos são na cidade tidas como características da vida

do campo, lugar que tem como perfil dos indivíduos esse tipo de relação social. Na metrópole, no meio urbano, esses traços sentimentais não são constantes nos vínculos sociais; nesse espaço, o estilo de vida ganha outros tons, que são caracterizados pelo impulso racional, como podemos apreender nessa outra passagem de Simmel:

Pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana e não estão apenas muito intimamente ligadas à sua economia do dinheiro e caráter intelectualístico. Tais traços devem colorir o conteúdo da vida e favorecer a exclusão daqueles traços e impulsos irracionais, instintivos, soberanos que visam determinar o modo de vida de dentro, ao invés de receber a forma de vida geral e precisamente esquematizada de fora (in VELHO, 1979, p.15).

Como podemos ver, o que vai caracterizar a forma de vida da grande metrópole é um alto grau de impessoalidade, ou seja, as relações sociais vão sendo cada vez mais baseadas num profundo estado de se nivelar tudo e todos uniformemente pela economia do dinheiro. Nas palavras de Simmel constitui a atitude *blasé*.

O dinheiro, com toda sua ausência de cor e indiferença, torna-se o denominador comum de todos os valores; arranca irreparavelmente a essência das coisas, sua individualidade, seu valor específico e sua incomparabilidade. Todas as coisas flutuam com igual gravidade específica na corrente constantemente em movimento do dinheiro (in VELHO, 1979, p.16).

O que ocasiona todo esse processo anterior que destacamos, será uma imensa situação de reserva, de um para o outro, de relação de indivíduos, levando-os cada vez mais a se isolarem na própria cidade, criando o que hoje denominamos condomínios fechados. Lugares onde há um certo nivelamento de pessoas que possuem um mesmo perfil de bens, de acesso a produtos de consumo que pessoas de camadas inferiores não têm acesso. Um espaço onde, cada vez mais, as relações vão se constituindo objetivamente, não cedendo quase lugar para as relações subjetivas.

Mostrando uma outra particularidade do espaço urbano, Wirth (in VELHO, 1979) revela o urbanismo como modo de vida, evidenciando a influência que as cidades exercem sobre a vida social dos indivíduos, as alterações na natureza humana, na ordem social. A

cidade moderna torna-se um eixo em torno do qual gira a vida humana, sendo a partir dela que a vida do homem moderno é estruturada. Como diz o autor: “a cidade [...] é o centro iniciador e controlador da vida econômica, política e cultural” (p.91). Podemos observar que as cidades trazem, junto com o seu crescimento, mudanças nos modos de vida, características que são próprias de sua natureza de desenvolvimento.

A questão do espaço urbano, com o processo de globalização, assume novos contornos, novas definições. Nas palavras de Santos (2000, p.79): “os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros”.

O surgimento das cidades não deve ser pensado apenas como consequência das transformações econômicas, mas também como uma necessidade intrínseca do ser humano. Das necessidades de sociabilidades, do comunicar-se, enfim, do estabelecimento de trocas com o outro. Há muito tempo que as cidades se deparam com inúmeras tentativas de organizar seus espaços públicos e privados, de construir espaços habitáveis, de sanear as favelas, etc. O fato é que nas cidades, é contínua a problemática de agregar problemas de desigualdades sociais, cada vez mais de difíceis soluções, levando assim a um espaço de acúmulo constante dessa questão. Vejamos o que diz Fani Carlos (1992, p.34):

O espaço urbano se reproduz na contradição/luta. De um lado estão necessidades do processo de valorização do capital – enquanto condições gerais da produção – em que o indivíduo se perde, cria-se o estranhamento, o distanciamento e o desencantamento do mundo, a cidade dividida e vendida aos pedaços, espelha a segregação do habitante, expulsando-o para a periferia da malha urbana. De outro, ocorre à reprodução da vida humana em todas as suas dimensões, enquanto retomada dos lugares, recriação de pontos de encontro, e de busca de identidade com o outro.

A dinâmica avassaladora do capitalismo no final do século XX com certeza foi fator detonador de uma série de transformações que vem marcando o cenário das cidades. A nova ordem desse sistema, a chamada globalização, traz no seu bojo uma série de novos problemas sociais, novas demandas sociais como bem lembra Santos (2000, p.19):

A globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes.

Durante o processo acelerado de industrialização e em consequência também do processo de urbanização que marcaram o cenário das cidades brasileiras desde o início do século XIX, ocorre um crescimento igualmente rápido da pobreza, visibilizada pelas invasões/ocupações clandestinas, pelo crescimento de moradias cada vez mais precarizadas marcando as paisagens urbanas. Lembrando Kowarick (1979, p.41): “as favelas são consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas”.

Na modernidade, é na cidade que a vida contemporânea encontra seu *locus* ideal, sua base. Nela ocorrem mudanças que caracterizam as sociedades modernas. O mundo é visto através da cidade, lugar onde construímos todo um referencial de espaço, de identidade.

Num mundo globalizado, as leis do mercado, seguindo os ditames do mundo capitalista, vão moldando tudo e todos; como afirma Martins (1997, p.30): “A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria”. Normas de convivência são estabelecidas, novos “valores” que surgem e os que já existem vão sendo reformulados, levando dessa forma a cidade a tornar banal os dramas urbanos, encarados agora como que naturais, tornando cada vez mais rotineiros, incorporados ao nosso cotidiano.

Conforme Santos (2000, p.83): “Hoje, vivemos um mundo da rapidez e da fluidez”. Nessa nova ordem do capitalismo, os problemas urbanos se agudizam, a pobreza, a exclusão social, a degradação ambiental, passam a assumir novas configurações. Como também lembra Bauman (1999): “ele traz como parte intrínseca de sua composição a intensificação da problemática de exclusão, do separar: uma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão”

(BAUMAN, 1999, p.9).

Nada mais é definitivo nessa ciranda, tudo está propenso a mudar ou ser reformulado. Essa nova fase do capitalismo leva os indivíduos a estarem sempre em movimento. Como diz ainda este autor: “Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis” (p.8)

É cada vez maior o número de pessoas que trabalham mal, que nem trabalho possui, ou que não têm onde morar, ou moram de forma sub-humana, enfim pessoas que tentam sobreviver mesmo sob péssimas condições.

A pobreza urbana se instala, de maneira rotineira, tendo nas favelas a tradução deste processo. A insegurança faz-se presente em muitas ruas da cidade, e os que dela tentam fugir encontram, no enclausuramento do espaço de moradia, a saída mais imediata. São os chamados “enclaves fortificados”, como bem denomina Caldeira (1997).

O processo de expulsão de uma grande parte da população que vive nas franjas da cidade dá-se violentamente, pois, nessa sociedade que se diz “moderna”, muitos se tornam moradores de rua. Nas cidades, hoje o espetáculo da exclusão é rotineiro; somos constantemente atropelados por uma avalanche de acontecimentos políticos, sociais e econômicos que se fazem numa rapidez estrondosa. A fragilidade das relações de sociabilidade, de trocas básicas de convivência já faz parte de nosso contexto. Sendo assim, a intolerância e o estranhamento em relação ao outro assumem, na frieza do extremo processo de individualidade, sua forma mais perversa.

O cenário de violência é constante, não apenas aquela manifestada por crimes, mas um outro tipo de violência, nas palavras de Melo (apud GUERRA, 2002, p.154) denominada de “violência branca”. Essa mesma autora vai defini-la como sendo:

Um tipo de violência disseminada na sociedade da forma excessivamente cruel, porque torna invisível uma grande parte da população, cuja mera visão de pobreza explícita nos incomoda, no afã que temos de só enxergar o belo, o feliz, o saudável, e nunca permitir a visibilidade daqueles que não contam para os padrões da cidadania, aqueles que estão inclusos no subterrâneo da linha da pobreza.

Dessa forma, para um grande contingente populacional de nossa sociedade, ocorre uma normalização/naturalização de problemas como: a miséria, a doença, o desemprego e, sobretudo, a perda de oportunidades de inserção social. Um cotidiano de ausências, de exercício de direitos rotineiramente negados pelo próprio Estado, bem como pela própria sociedade. É assim que a população pobre enfrenta seu cotidiano expresso na velha frase do “vamos escapando”.

2.1 A urbanização e a dinâmica da pobreza

A urbanização que se deu tanto nos países mais desenvolvidos, como também nos países em desenvolvimento, guardando-se as devidas especificidades históricas, tem sido acompanhada de uma série de problemas de ordem social, deixando setores expressivos da população relegados a um quadro de extrema pobreza, miséria e de exclusão social.

Num país jovem como o Brasil, de dimensões continentais e abrigando regiões de contrastes tão acentuados, as cores desses problemas assumem tons ainda mais intensos. Alguns fatores influenciaram o agravar desta situação. A forte crise que atingiu o meio rural – com a expansão e reordenação das atividades produtivas, a utilização de novas tecnologias aplicadas à produção, associadas a novas formas de relações de trabalho e de gestão, o desmantelamento da pequena produção familiar – contribuiu para o aumento do fluxo dessas populações para as cidades, provocando o crescimento drástico do desemprego, resposta de um mercado de trabalho que não tinha como absorver todo esse contingente populacional. Esse processo provocou, segundo palavras de Santos (1987, p. 12): “desruralização, as

migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentrada”.

O processo de urbanização ocorrido no cenário brasileiro teve momentos distintos que contribuíram para o estabelecimento do contexto atual. Vejamos um pouco como se deu a história desse processo.

Um primeiro momento abrange a década de 1930, momento em que a forma como a população estava distribuída refletia particularidades dos inúmeros ciclos econômicos. Nosso país caracterizava-se por constituir uma sociedade eminentemente rural, na qual a população estava organizada de forma atomizada, ou seja, havia concentrações populacionais separadas, sem uma definição. Nossas cidades eram pequenas e estavam praticamente todas localizadas na parte do litoral. Nesse período, o cenário mundial sofreu uma grande crise econômica e, embora atingindo o Brasil, foi a fase onde ocorreu um grande impulso demográfico e econômico, durante, mais precisamente, o ciclo do café. Tal situação contribuiu para a dispersão de uma grande parcela da população, que, deixando o campo, segue em direção a várias áreas ainda interioranas, bem como provoca grande movimento migratório em direção das cidades.

Na década de 1940, tem-se uma explosão da urbanização em virtude da expansão das atividades industriais nos grandes centros, fonte de atração da mão-de-obra não ocupada ou sub-ocupada das áreas rurais. Encontrando um reforço deste quadro em 1960, as cidades vão passar por uma nova onda de crescimento decorrente da modernização, bem como dos problemas ocorridos no campo que mencionamos acima. Esses migrantes, por possuírem baixa escolaridade, reduzida formação ou nenhuma experiência profissional, se vêem forçados a aceitar trabalhos precários, temporários e de baixa remuneração para sobreviver, situação esta que os empurra para viver nas periferias onde a moradia é mais barata, ou ocupar os loteamentos irregulares, dos centros urbanos, fazendo proliferar as favelas, as ocupações/invasões e os cortiços clandestinos, como lembra Kowarick (1979).

É importante lembrarmos não só esse processo acelerado de industrialização/urbanização, que ocorreu nesse período citado anteriormente, como também no período do chamado “milagre econômico”, para marcar as mudanças ocorridas nos planos político, social e econômico e que contribuíram para, segundo ponto de vista de Santos (1987, p. 13): “abortar a nossa cidadania [...] eliminação do embrião de cidadania que então se desenvolvia”.

Todo o crescimento econômico ocorrido, só veio agravar a concentração de riqueza e alargar ainda mais as injustiças que já existiam em nosso país.

Continuando a retrospectiva sobre a expansão da urbanização brasileira, observa-se que seu ápice ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, nos chamados “anos de chumbo”, por coincidir com o período pleno do golpe militar, época que termina com 67,59% do total da população residindo em centros urbanos, como podemos ver na TAB. 2. Nos anos 1970, o crescimento urbano mantém-se em patamares elevados, 4,44% ao ano, e na década de 1980, todas as regiões brasileiras concentram nas cidades a maioria de seus habitantes, como revela o GRÁFICO 3.

TABELA 2
População urbana nas regiões (%)

REGIÕES	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Norte	37,38	45,13	50,32	59,04	62,35	69,83
Nordeste	33,89	41,81	50,46	60,65	65,21	69,04
Sudeste	57,00	72,68	82,81	88,02	89,29	90,52
Sul	37,10	44,27	62,41	74,12	77,21	80,94
Centro-Oeste	34,22	48,04	70,84	81,28	84,42	86,73
Brasil	44,67	55,92	67,59	75,59	78,36	81,23

FONTES: *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE; *Contagem da população*, 1996, IBGE.

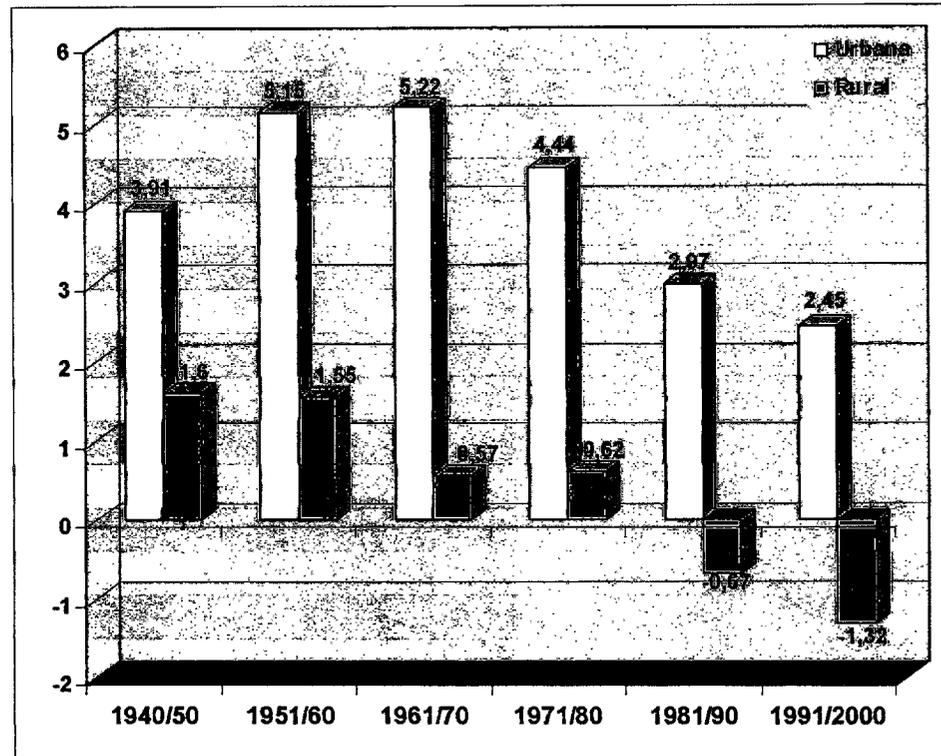


GRÁFICO 3: Crescimento médio anual da população brasileira, por período.

FONTE: IBGE. *Anuário estatístico do Brasil*.

Esse acelerado processo de urbanização ocorrido nas cidades junto já a outros problemas advindos do processo de industrialização contribuiu para que outros, como a questão da pobreza, começassem também a provocar mais desestabilidades.

O fenômeno das favelas mesmo, além de universal e engloba várias denominações e aspectos, parece também acompanhar a onda de urbanização acelerada que o mundo atravessou após a II Guerra Mundial, mas apresenta-se com características diversas tanto em países desenvolvidos, como também nos chamados países em desenvolvimento. Em nosso país, tal fenômeno faz parte de nossa história desde a virada do século passado, como lembra Zaluar e Alvito (1998, p. 7-8).

Na visão destes autores, desde seu início a favela representa:

Lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade, o "outro", distinto do morador civilizado.

Sendo assim, a favela, desde seu surgimento, começa a ser percebida como problema, inspirando um imaginário preconceituoso, no qual os cidadãos que nela habitam são tidos como não-cidadãos, pessoas que sempre serão “suspeitas”, pois a pobreza continua associada a uma “patologia”, sobretudo em uma sociedade moderna, em que vem associada a males, nas palavras da Caldeira (1997, p. 161): “muitas vezes associados à criminalidade”.

Dessa forma, manter um distanciamento dos pobres é uma prática que vem marcando cada vez mais o cenário das grandes cidades. Para tanto, são construídos espaços de confinamento, a exemplo dos que destacamos anteriormente, como sendo referidos por Caldeira (1997), os enclaves fortificados ou condomínios fechados, que expressam um novo estilo de segregação urbana. Santos (1987) também enfatiza essa problemática do aumento da segregação espacial e da privatização dos espaços públicos, pois a intensificação desses enclaves só faz traduzir a nova redefinição territorial do espaço. Os pobres, além da falta dos bens básicos de sobrevivência, se vêem também privados dos bens naturais, como: a água, as áreas de lazer etc, por se tornarem estes bens de consumo.

Bauman (apud FLUSTY, 1999) apresenta-nos uma variedade de denominações dos espaços no mundo moderno. Dentre as denominações que ele utiliza, podemos trazer para nossa análise a referência ao espaço “espinhoso”, definindo o espaço delimitado por grades, muros para manter afastados os vagabundos, aqueles tidos como desordeiros, marginais. Junto a esta denominação, o mesmo autor faz também referência ao espaço “nervoso” ou espaço “vigiado”, constantemente monitorado pelas estações de segurança. Todas essas definições consideram o espaço como proibido e conseqüentemente como pertencente a uma determinada população, qual seja, a abastada que usa dessas separações para proteger-se e evitar o contato com aquela parcela da população que representa a insegurança, a desordem, a fragmentação. Esses aspectos vão de encontro aos chamados enclaves de que já falamos anteriormente (CALDEIRA, 1997).

Os espaços públicos, assim como os demais espaços da cidade, são regulados pela lógica do capitalismo, como diz Verás (2000, p.64), “que os transformam em mercadoria”. A principal característica desse novo arranjo que o espaço assume, sem dúvida alguma é a segregação espacial, consequência direta desse apartamento/isolamento que as classes abastadas assumem.

A fragmentação do espaço leva a cidade a assumir algumas expressões que, de acordo com Quiroga (2001, p.25): “a consolidação das desigualdades sociais, acarretando um cenário permanente de medos e inseguranças sociais, potencializadas sobretudo pelo caráter contraditório da globalização”.

A imagem que se firma cada vez mais no meio urbano é a territorialização da pobreza, visibilizada principalmente pelas favelas, que Quiroga, Sallet e Sepúlveda (2001, p.28) denominam de “urbanizações privadas”, marcas de confinamentos por conta dos medos manifestos nas cidades, incluindo diversas formas de comunidades fechadas que: “caracterizam, um processo de urbanização por afinidades com condomínios fechados ou outras formas de ocupações seletivas que delimitam com quem compartilhar os espaços”.

Já na obra de Préteceille (1997, p.79), as cidades globais têm como característica:

A apropriação crescente dos espaços centrais de qualidade pelas classes abastadas, seja para a localização das atividades superiores globalizadas ou para sua vida privada e consumo de luxo, é com certeza um dos aspectos espetaculares da transformação das cidades globais.

O Censo do IBGE, realizado em 1991, registra cerca de 1 milhão de moradias ditas irregulares, as moradias nas favelas, com uma população de 4,4 milhões de pessoas. A redução de renda dos assalariados urbanos e o desemprego vêm sendo os fatores que mais têm contribuído para o aumento do número dessas moradias no país.

2.2 João Pessoa e sua urbanização

Se tomarmos como referência uma região como o Nordeste e, dentro dela, o caso específico da cidade de João Pessoa, onde nosso estudo foi realizado, a década de 1970 foi o período em que também se intensificou o processo de urbanização, trazendo no seu bojo conseqüências das mais danosas para amplos segmentos da população, como podemos ver numa rápida retrospectiva.

A política de industrialização nacional trouxe para a cidade, através da SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – a implantação do Distrito Industrial, provocando mudanças importantes na fisionomia dos antigos bairros. Como houve um investimento expressivo no financiamento de habitações, de melhor padrão de construção, novos bairros foram surgindo com a criação e instalação de conjuntos residenciais, resultado das diretrizes políticas governamentais do BNH – Banco Nacional de Habitação – através de Cooperativas (INOCOOP), Institutos, versões locais da COHAB, que agem sob o comando da administração federal (RODRIGUES, 1981, p.21). Estes órgãos representam a lógica da modernização excludente, pois foram decisivos para consolidar todo um mercado imobiliário urbano capitalista. Isto gerou e continua gerando uma maior valorização do solo urbano que teve implicações sobre o processo de seletividade das populações aí residentes, expulsando a população de baixa renda ou sem renda nenhuma. Esta termina por se instalar em terrenos baldios ou clandestinos, realizando ocupações irregulares e desordenadas, geralmente em áreas que apresentam ameaças sérias, como as localizadas em beiras de rios, encosta de barreiras, proximidade de vias de grande circulação, enfim, locais totalmente impróprios para moradia, trazendo enormes dificuldades para muitas famílias.



FOTO 1: Visão geral da Comunidade Padre Hildon Bandeira.
Fonte: Arquivo pessoal (2002).

Como falamos anteriormente, as favelas vêm expressando esta forma perversa do processo de degradação das condições de vida, revelando de maneira peculiar os atuais contornos que a exclusão social tem assumido. Ainda que os pobres estejam mais ou menos espalhados pela cidade, eles vêm se concentrando quer em bairros mais periféricos, quer em áreas de tudo inadequadas ao meio urbano, procurando criar um espaço próprio – reconhecido como *o seu lugar* num espaço – que tem oferecido todos os meios para mantê-los de fora, como entende Santos (1987, p.47): “morar na periferia, é na maioria das cidades brasileiras, o destino dos pobres”.

Autores como Magnani (1984), Caldeira (1984), Zaluar (1985) e Sarti (1996) vêm demonstrando que, para os pobres urbanos, o local de moradia, através das relações sociais que nele se desenvolvem, constitui a base de uma identidade coletiva. Daí a importância atribuída por esses sujeitos ao espaço de moradia, por ser ele que viabiliza a “organização” do cotidiano no atendimento das necessidades básicas de sobrevivência e no estabelecimento dos

laços de sociabilidade, seja através de amizades, seja de outros fundamentais às suas referências identitárias.

Após termos feito uma breve retomada do processo de urbanização no Brasil, concentrando-nos posteriormente no caso de João Pessoa, pano de fundo de nosso estudo, tentamos mostrar os problemas sociais dele decorrente. É sobre uma de suas expressões – a questão de exclusão – que passaremos a tratar em seguida.

2.3 A exclusão social e seus atores urbanos

A temática da exclusão social engloba significações as mais diversas. Consiste num termo bastante escorregadio e ambíguo. Com a nova configuração do capital – a globalização –, esse conceito tem sido objeto de constantes indagações. Não é apenas uma problemática dos países pobres. De acordo com Wanderley (2001, p.16), ela corresponde ao:

Destino excludente de parcelas majoritárias da população mundial, seja pelas restrições impostas pelas transformações do mundo do trabalho seja por situações decorrentes de modelos e estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida.

Podemos observar que o termo *exclusão social* é bastante diversificado e, freqüentemente, utilizado para atender a fatores de ordem econômica, política e cultural. Diversos estudiosos falam da imensa vastidão do fenômeno da exclusão, denominando-o como impossível de ser delimitado. Entretanto compartilhamos aqui o pensamento de Sawaia (1999, p.9), quando interpreta essa problemática da seguinte maneira:

A exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, relacionais e subjetivas. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

Comumente confundida com essa noção está a problemática da pobreza, sobretudo a nova pobreza ou pobreza contemporânea. Vejamos o que diz Wanderley (2001, p.23):

Tem sido percebida como um fenômeno multidimensional atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos...) quanto outros segmentos da população, pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho (migrantes discriminados, por exemplo). Não é resultante apenas da ausência de renda; incluem-se aí outros fatores como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, a ausência de poder. Nesta direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia.

Dessa maneira, buscamos trabalhar com alguns autores que abordam a exclusão social, desde aqueles com forte ênfase no aspecto econômico, passando também por outros que voltam suas análises para a problemática da inserção social. Com isso, poderemos apreender um sentido de exclusão que possa melhor interpretar a realidade por nós pesquisada.

Fazendo um resgate do surgimento do conceito de exclusão social, a maioria dos autores contemporâneos sinaliza os meados dos anos 1980 como o momento em que ele se expande na França em decorrência da publicação, em 1974, do livro *Les Exclus*, de autoria de Lenoir. Este autor define os excluídos como aqueles indivíduos concebidos como resíduos dos trinta anos gloriosos do desenvolvimento. A partir de então, tanto no Brasil quanto na França, o termo *exclusão social* tornou-se polêmico e preocupante entre os cientistas sociais. Entretanto, faz-se necessário considerarmos a contextualização em que o fenômeno da exclusão está inserido, ou seja, é importante levarmos em conta as características de tempo e espaço.

Contudo, falar de exclusão social no Brasil é lembrar que nosso país, desde seu surgimento, comporta uma trajetória de precarização da qualidade de vida da maioria de sua população, como consequência da não-inserção no mercado de trabalho, bem como da

privação de vida cultural, tal como demonstram Martins (1994), Telles (in DINIZ, LOPES e PRADI, 1994), Valladares (1991), Wanderley (1999), entre outros que procuraram apreender essa problemática.

Martins (1994) menciona o fato de em nosso país ainda persistirem práticas de clientelismo, de corrupção, uma história, como ele diz: “a história da espera do progresso” (p.11). O que este autor informa é que, no Brasil, ainda estamos à espera de uma grande transformação social, econômica e, sobretudo, política, porque é justamente na área política que se encontra a verdadeira problemática do atraso existente em nosso país. É dela que, desde o período colonial, sai todo o ordenamento da vida pública que afeta diretamente a vida privada. A distinção do que é público não existe claramente; como enfatiza esse mesmo autor: “A política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado” (p.20). Esse mesmo autor contextualiza todo o nosso passado colonial, mostrando o caráter excludente que sempre fez parte de nosso cenário. O progresso sempre foi esperado, não apenas o progresso da expansão das cidades, mas sobretudo o das relações sociais, da prática dos direitos do cidadão, principalmente do direito de participar das decisões, de questões que comprometem o desenvolvimento do país. O que sempre esteve comprometido nesse cenário foi a realização da cidadania. Segundo Martins (1994), sequer temos uma cidadania, na verdade temos uma pseudocidadania.

Compartilhando também a idéia da inexistência no Brasil de um espaço público de igualdade, Telles (in DINIZ, LOPES e PRADI, 1994) nos mostra como a sociedade brasileira conduz suas relações sociais a partir do uso do “favor”, que mascara o direito à igualdade. Segundo ela, esse recurso está construído sobre bases de desigualdades e de exclusão, contribuindo dessa forma para a formação de uma cidadania fragmentada. A autora nos revela ainda que, no Brasil, o aumento da pobreza urbana não é novidade, e que foi construída há alguns séculos. Na verdade, é tradição em nosso cenário. O problema das

desigualdades sociais vem assumindo diversas formas e está entrelaçado à conquista da cidadania. Como podemos ver, do seu ponto de vista, ela entende que, em nossa sociedade, precisamos perseguir uma cultura que não mantenha mais os privilégios e que seja pautada pela igualdade de oportunidades em relação às políticas sociais, sobretudo a condição plena de cidadão.

De acordo com Valladares (1991), a pobreza urbana se expande descompassadamente junto a um país que se moderniza e alarga-se urbanamente, como resultado do contexto de mudanças econômicas, políticas e sociais que marca o nosso quadro. Todo o processo de pobreza que vem ocorrendo está interligado às transformações surgidas através da industrialização. Esse fenômeno assume suas particularidades de acordo com cada período histórico de nossa sociedade. Dessa forma, para esta autora, pobreza urbana, processo de urbanização e mudanças no quadro político de nosso país formam uma tríade que gera novas formas de desigualdades.

Segundo ainda a ordem de pensamento desta autora, historicamente os discursos sobre a pobreza e os pobres foram ganhando uma gama de sentidos, coincidindo, algumas vezes, com as diversas fases econômicas e políticas vividas por nossa sociedade. Para tanto, ela mostra como, em três momentos de nossa história, foram se expressando esses sentidos: o primeiro seria o do início do século XIX, quando o Brasil vive um período de transição para uma ordem capitalista, ao mesmo tempo em que está em gestação o processo de urbanização e formação de um mercado de trabalho industrial/urbano. Nessa fase, a pobreza é vista aos olhos da elite nacional como um problema, despertando para as precárias condições de vida de grandes segmentos da população, emigravam para os centros urbanos atraídos pela indústria que emergia. Na década de 1930, a pobreza fica bem mais explícita sob as formas de favelas, revelando a desigualdade gerada pelo modelo econômico.

O segundo momento abrange as décadas de 1950 e 1960, quando a urbanização já

havia se instalado em decorrência do modelo capitalista de desenvolvimento, ocorrendo uma ampliação do mercado de trabalho considerado dual naquele momento, pois estava colocado entre o “moderno” (novas tecnologias, criação de novos empregos) e o “tradicional” (artesanal, produtor do subemprego). Esse mercado exclui uma grande parte da população urbana e aumenta os seus níveis de pobreza, que passa agora a ser reconhecida como questão social. Foi nessa fase que os principais centros urbanos do país passaram por um processo de “inchamento”, decorrente da dinâmica da indústria que não possibilitou a criação de empregos suficientes para atender à demanda.

O terceiro momento engloba as décadas de 1970 e 1980, momento de acirramento da crise do modelo econômico que trouxe o crescimento da chamada economia informal, conhecendo-se paralelamente o aumento da concentração de renda e da “propagação da pobreza”. Na chamada fase do “milagre econômico”, houve uma acentuação da miséria, bem como do aumento dos índices de desigualdade social, gerando um grande contingente de população concentrando nas zonas urbanas, dando lugar ao processo de “periferização” das cidades. Agora os pobres, antes denominados “perigosos”, “vadios”, assumem novas designações, passando a serem chamados de “desempregados” ou “subempregados”. Já não há mais a oposição entre pobre e trabalhador. Sendo assim, o trabalho torna-se a categoria fundamental para se pensar o pobre, agora tido como um agente político de transformação social.

Reforçando o enraizamento da pobreza durante esse período, Vêras (1999, p.28-29) afirma: “Fazendo parte de um exército industrial de reserva, pessoas se deslocam do campo esvaziado e buscam melhores condições de vida na cidade. Não são marginais, mas integram as engrenagens produtivas de forma desigual”.

Essa mesma autora ainda nos mostra como a sociedade civil é instrumentalizada pelo Estado, através de suas políticas. Isso fica bastante evidente quando nos deparamos com

a extrema precarização e o processo de exclusão atual de amplos segmentos da população, como, por exemplo, os moradores das favelas, os que vivem nos arredores da cidade, os que habitam os terrenos ainda impróprios pela especulação imobiliária. Estes segmentos são muitas vezes expostos a práticas de manipulação pela lógica de política de governos municipais e estaduais, que passam toda uma ideologia de troca de favores, de benesses, prática que impede que se forme nesses sujeitos o sentido dos direitos a que deveriam ter acesso. É importante lembrarmos que não apenas os pobres, como também toda a sociedade, são levadas, muitas vezes a desenvolver uma relação de troca de favores políticos. O velho clientelismo convive com a modernidade dos interesses de uma minoria que detém o poder, como lembra pertinentemente Martins (1994, p.13): “No Brasil, o atraso é um instrumento de poder”. É por isso que esse mesmo autor coloca que, em nosso país as mudanças são tão vagarosas, lentas, que não ocorre uma mudança na essência dos problemas, ou seja, não se chega a romper com os tradicionais problemas sociais e nem com as relações tradicionais de dominação. Normalmente, o nosso Estado funciona na base do favor, não há distinção entre o público e o privado, o que é público (do povo) é tomado como particular, e como tal é administrado. Há uma certa cumplicidade; e assim, tais práticas e condutas têm sido tomadas como normais.

Para Nascimento (1997), essa problemática da exclusão social se intensifica com o capitalismo contemporâneo, mais precisamente com o processo de globalização, que contribuiu para afetar ainda mais esse processo. Para esse autor ela abrange uma amplitude de situações, como o fato de o indivíduo estar fora do mercado de trabalho, de não poder adquirir um bem de consumo, de não estar inserido num ritmo de consumo. Ainda sob esse aspecto, Wanderley (2001, p.17-18) reforça que:

Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural.

A pobreza e a exclusão nas sociedades contemporâneas mudaram de forma e, portanto, já não se definem apenas pela privação econômica. Incluem falta de educação, saúde, moradia, trabalho. Incorporam uma dimensão moral gerando um conflito nos segmentos populacionais por elas afetados. O trabalho adquire essa dimensão, e a sua precarização atua como um meio que só privilegia uma integração positiva na sociedade. O trabalho significa o caminho de acesso à condição de cidadão. Assim, o indivíduo se encontra excluído sob todos os aspectos; e o pior de tudo é que este vive com seus valores e direitos enquanto cidadão esmagado pela lógica de uma sociedade, que vive à luz de um sistema econômico que ordena e subordina. Leva o cidadão a tornar-se mero consumidor que, como diz Santos (1987, p.13): “aceita ser chamado de usuário”.

No Brasil, a partir dos anos 1980, o conceito de *excluídos* passou a ser visto como algo bem mais estrutural, na medida em que o fenômeno do desemprego, o principal gerador de exclusão, se revelou em grande parte como um subproduto do próprio desenvolvimento, como bem colocou Oliveira (1997).

A problemática da exclusão social foi colocada entre nós, a partir dos trabalhos de Jaguaribe (apud OLIVEIRA, 1997), para quem ela é resultado do fracasso do modelo econômico imperante entre os anos 1930 e 1980, embora tenha suas raízes em nosso passado colonial. Nesse período, os termos *excluído* e *pobre* se identificam; e a exclusão social assume as feições da pobreza (NASCIMENTO apud OLIVEIRA, 1997).

O processo de industrialização se consolida; e o país envereda por um caminho de grandes transformações de ordem econômica, social e política. As cidades passam a ostentar a imagem de uma melhor qualidade de vida. Com isso, ocorre um aceleração do movimento de migração campo/cidade. O resultado desses deslocamentos dá-se na forma de um ritmo intenso de urbanização com um correspondente crescimento desordenado das cidades. Um outro ponto que decorre desse movimento é que, por não estarem às cidades planejadas para

abarcam tamanho fluxo de população, geram-se, como vimos, formas diferenciadas de ocupação do espaço, bem como maneiras diferentes de acomodação destes. Os serviços básicos de infra-estrutura, também não acompanham tamanha demanda. Temos então o cenário perfeito para a proliferação de cortiços, favelas, etc., que vão ser reflexos de uma sociedade apoiada na desigualdade e criadora da exclusão social. Formas precárias de habitação se firmam cada vez mais em nossas cidades, formando um cenário degradante de modo de vida.

Para Buarque (apud OLIVEIRA, 1997), o fracasso do modelo econômico apenas expôs a face cruel e verdadeira da exclusão social no Brasil. Preexistente à crise econômica que se inicia na década de 1980, a exclusão social dela, no entanto, não é resultado, mas essa fase apenas desvendou as suas múltiplas dimensões, oferecendo-lhe uma maior visibilidade com referência a essa fase, este autor enfatiza ainda a circulação de outro conceito, o de “*apartação social*”, tradução adaptada às condições brasileiras, do universalmente conhecido, *apartheid sul-africano*. Nesse quadro, os pobres tornam-se estranhos em seu próprio país, como lembra Nascimento (in DINIZ, LOPES e PRADI, 1994, p.301): “Além de não ter acesso aos bens e serviços essenciais à vida, são destituídos do direito de reclamar, protestar, reivindicar”. Retomando ainda Buarque, este autor mostra que a exclusão social pode ser traduzida como um processo decorrente da precarização e desqualificação social. Procura distinguir desigualdade social e exclusão social, demonstrando que diferenças sociais sempre existiram, só que essa questão surge com a sociedade moderna, significando um rompimento com as idéias de unidade e de mobilidade social, conduzindo o indivíduo a processos de contínuas exclusões. Como lembra Martins (1994, p.294): “uma vez excluído, sempre excluído e cada vez mais excluído”.

Sendo assim, a idéia de um processo de exclusão social parece ser contraditória numa sociedade moderna, pois ultrapassa largamente a questão da desigualdade. O que surge

é uma nova fase, como mostra Nascimento (1994): “o excluído, além de desigual é desnecessário socialmente, ocorrendo, assim, não apenas uma desigualdade no sentido quantitativo, como também qualitativo”.

Compartilhando também essa mesma idéia, Wanderley (1999, p.19) assegura que: “os excluídos na terminologia dos anos 1990, não são residuais, nem temporários, mas contingentes populacionais crescentes que não encontram lugar no mercado”.

Dessa forma, o indivíduo não tem mais espaço, ou melhor, ele tem aquele espaço situado em lugares desqualificados para a especulação imobiliária. No espaço urbano, em nossa sociedade contemporânea, o indivíduo tem o seu valor de acordo com o espaço territorial que ocupa, como reforça Santos (1987, p.112): “o homem passa literalmente a valer em função do lugar onde vive”.

Assumindo essa mesma visão, Rocha (1997, p.131) afirma que há um ciclo de vida das metrópoles que traz: “elevação dos valores imobiliários e conseqüente expulsão dos pobres para a periferia”.

De acordo com Rogers (apud DUPAS, 1999), a exclusão em sua essência é multidimensional, manifesta-se de várias maneiras e atinge as sociedades de formas diferenciadas, sendo os países pobres afetados com maior profundidade. Os principais aspectos em que a exclusão se apresenta dizem respeito à falta de acesso a emprego, a bens e serviços, à falta de segurança, justiça e cidadania.

Uma das dimensões graves desse processo de precarização é o crescer de outro- o de favelização. Vejamos seu posicionamento neste próximo item.

2.4 A outra face da pobreza urbana: o crescimento do número de favelas

São inúmeras as carências que refletem a nossa realidade, afetando principalmente

a população de baixo poder aquisitivo. A questão do crescimento acelerado da pobreza nos centros urbanos tem como expressão mais visível o surgir de áreas densamente ocupadas por populações detentoras de precárias condições socioeconômicas que nelas se instalam, na expectativa de, nas proximidades, encontrarem formas que garantam sua subsistência.

A ocupação do espaço urbano, para muitos, é um sério problema. Numa sociedade cada vez mais mercantilizada, o espaço consagra mais desigualdades e injustiças, levando, dessa forma, a constituir-se, nas palavras de Santos (1987, p.43): “um espaço sem cidadão”.

Cada vez mais, as cidades são projetadas para atender às exigências da economia, do mercado, e não das necessidades sociais. O direito à moradia é constantemente confundido com o direito de possuírem uma casa. Em decorrência disso, o discurso que predomina é aquele que não leva em conta a questão do direito a ter direitos. Nesse discurso político predominante, não é oferecido ao cidadão o direito de ter não apenas o espaço da casa, mas, sobretudo, os direitos aos elementos básicos à sobrevivência de todo o cidadão. As favelas são o resultado direto dessa obliteração, como podemos ver na TAB. 3.

TABELA 3
População municipal e subnormal 1996, situação e projeção para o ano 2000 –
Grande João Pessoa

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO MUNICIPAL		POPULAÇÃO SUBNORMAL	
	1996	2000	1996	2000
João Pessoa	549.270	584.698	114.637	122.031
Cabedelo	34.676	36.913	11.882	12.648
Bayeux	84.178	89.607	34.284	36.495
Santa Rita	105.584	112.394	33.911	36.098
TOTAL	773.708	823.612	194.714	207.272

FONTES: *Anuário Estatístico da Paraíba* - 2000. IDEME.

A expansão urbana em João Pessoa, como nos demais centros urbanos, vai tornando visível esse processo: de crescimento das favelas. De acordo com dados da FAC – Fundação de Ação Comunitária –, existem na cidade cerca de 105 favelas ou aglomerados

subnormais¹. Esse número corresponde a um recente levantamento realizado por esse órgão em 2001, mostrando com isso também o alastrar-se do empobrecimento de segmentos importantes da população.

TABELA 4
Crescimento dos aglomerados – Grande João Pessoa 1992/1997

MUNICÍPIOS	AGLOMERADOS		DOMICÍLIOS		CRESCIMENTO	
	1992	1997	1992	1997	Aglomerados	Domicílios
					1992/97	1992/97
João Pessoa	94	108	16.899	24.363	14,89%	44,17%
Cabedelo	14	19	1.982	2.583	35,71%	30,32%
Bayeux	21	21	5.352	7.494	0,00%	40,02%
Santa Rita	20	24	5.573	7.362	20,00%	32,10%
TOTAL	149	172	29.806	41.802	15,44%	44,17%

FONTES: Pesquisa direta, FAC, 1992/1997.

O que tem contribuído para o aumento desse processo de favelização tem sido o déficit habitacional no Estado e o êxodo rural. No ano de 2001, diversas favelas da nossa cidade receberam calçamento e drenagem, através do Programa Federal Habitat Brasil, este, resultado de convênio firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Ministério do Planejamento.

Mosaico de conflitos, composições e relações diversas, esse é o perfil da favela. Em seus barracos irregularmente dispostos pelos becos estreitos, são vividas relações de sociabilidade entre os vizinhos, amigos que convivem no mesmo espaço de pobreza, miséria, enfrentando o cotidiano, em sua maioria sem ou quase sem nenhuma fonte de renda, discriminados e excluídos.

De fato a favela é o espaço da habitação precária e improvisada, da falta de arruamento, da escassez de serviços públicos, espaço do “não”, território da pobreza. É assim que podemos defini-la na sociedade contemporânea, pois é nessa que tal problemática tornou-se mais visível. É sobretudo na favela que encontramos o marginal, o delinqüente, o “outro”, aquele que não é tido como igual a “nós”, como cidadão, pois essas categorias são sinônimas

¹ Um eufemismo utilizado pelos órgãos da prefeitura para não dizer favela.

de desordem e violência. Cada vez mais essa visão negativa do pobre urbano, habitante dos morros, favelas e cortiços é reforçada principalmente pelos meios de comunicação que, em sua maioria, trazem à nossa casa apenas a imagem do medo, da violência associada apenas aos pobres. Nas cidades, cada vez mais o espaço das favelas representa o não-espaço, lugar da desordem, cenário do caos.

A maneira como essa população vive expressa em que condição de cidadania se encontra boa parte da população brasileira caracterizada pela negação de seus direitos fundamentais. Nas palavras de Melo (2002, p.158):

Pobreza, e conseqüentemente, marginalização das populações criam sérios obstáculos à realização dos direitos políticos e civis, na medida em que as privações enfraquecem os laços de solidariedade, e a marginalização econômica e social dificulta a participação política.

É nesse cenário urbano, marcado por tantos problemas sociais, que se deu o recorte de nosso estudo, procurando ver como estes têm refletido sobre os sujeitos no enfrentar das privações por eles geradas. O foco de nosso interesse foi o contexto familiar, procurando observar as possíveis transformações que vêm enfrentando como rebatimento das condições socioeconômicas que acabamos de esboçar.

3 A REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO: SEUS MOMENTOS METODOLÓGICOS

Nosso processo de investigação teve como eixo norteador o trabalho teórico, através do qual alguns questionamentos foram sendo delineados. Baseados neles, delimitamos os objetivos deste estudo:

- apreender, junto às unidades familiares, se o quadro de precarização socioeconômica a que estão expostas afeta/interfere na organização/estruturação da família e em que sentido estas reordenações vêm se dando;
- investigar, se através dessas modificações que a família tem conhecido, se estas vêm se expressando voltadas mais para o seu “fechamento”, ou seja, defesa do clássico modelo pai/mãe/filhos, que marcou o modelo patriarcal, ou por formas mais “flexíveis”, intermitentes de relações afetivas;
- verificar se a família enquanto instituição mantém essa posição de referência na produção e repasse não só das condições materiais, mas também de valores morais e de sociabilidades.

Na busca desses objetivos, algumas suposições conduziram nossa procura, quais sejam:

- as condições de extrema pobreza em que vivem os sujeitos têm levado a uma modificação do próprio significado de família, bem como levando à redefinição dos papéis tradicionais assumidos pelo homem e pela mulher no interior da unidade familiar;
- a precariedade a que estão expostos os moradores de áreas pobres tem

provocado, muitas vezes a desestruturação dos laços afetivos fazendo com que a família deixe de ocupar o espaço que sempre ocupou, ou seja, de responsável pela educação dos filhos e pelo repasse de valores éticos e morais.

Alguns caminhos metodológicos foram fundamentais neste nosso processo de busca: o levantamento bibliográfico serviu de suporte às reflexões sobre família – eixo central de nosso estudo – sendo complementado com leituras sobre o que constitui o pano de fundo da nossa problemática: as questões da pobreza urbana e da exclusão social. Essa fase foi contínua, pois representou um momento de muita importância para balizar as apreensões sobre a realidade das famílias, no encaminhamento de nosso trabalho de campo. Ao lado da bibliografia especializada, encontramos referências interessantes também em monografias e dissertações que consultamos tanto na UFPB, como na UFPE.

Foram feitas visitas institucionais, para obtermos informações mais atuais e detalhadas concernentes à distribuição das comunidades e seus moradores expostos a condições socioeconômicas precarizadas e fundamentais para precisarmos a área em que iríamos desenvolver nosso estudo. Assim foram visitados os seguintes órgãos:

- FAC – Fundação de Assistência Comunitária. Esta instituição, ligada à Secretaria de Ação Social do Estado, atua em áreas denominadas de baixa-renda (espaços de favelas) onde atuam tanto na recuperação, como na construção de casas, tendo, portanto, informações sobre os seus moradores, através da promoção de programas como: “É Pra Nascer”, “É Pra Morar”, entre outros. Através destes contatos, tivemos acesso a um relatório sobre aglomerados subnormais, editado por esse órgão e datado de 1998, no qual aparecem informações concernentes à área onde desenvolvemos nosso trabalho de campo, a comunidade Padre Hildon Bandeira, a qual consta de 253 domicílios. Após várias idas a esse órgão, conseguimos informação quanto ao

número de domicílios (298) divulgado pelo novo Relatório sobre Aglomerados Subnormais, no mês de outubro/2002;

- SEPLAN – Secretaria de Planejamento Municipal. Nela tivemos oportunidade de adquirir um mapa atualizado da cidade por divisão dos bairros, onde podemos visualizar melhor a área e sua localização. Também conseguimos, através de um técnico, um mapa localizando todas as comunidades/ favelas da cidade;
- IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba. Neste órgão, consultamos o Anuário Estatístico – Ano 2000, no qual consta o total de domicílios da comunidade Padre Hildon Bandeira, um total de 253, dados estes baseados também no Relatório sobre Aglomerados Subnormais da FAC – 1998. No mencionado anuário há uma projeção até o ano 2000. Sendo assim, essas informações são iguais às obtidas na FAC;
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tentamos conseguir dados mais precisos através das informações do Censo 2000, especificamente sobre a comunidade escolhida. Entretanto esse órgão ainda não tem disponível os números relacionados a aglomerados subnormais. A previsão é que tais informações estejam disponíveis ao público até o final do ano. No momento de nossa consulta nesse órgão, foi-nos permitido acesso ao Anuário Estatístico do IDEME (2000).

Também buscamos dados socioeconômicos, bem como conhecer um pouco da história da comunidade junto a uma ONG denominada AMAZONAS. Esta organização possui um trabalho voltado para prevenção de doenças sexualmente transmissíveis junto a áreas de favelas da grande João Pessoa. Infelizmente, este órgão não efetua trabalho na área que estudamos.

- A SETRAPS – Secretaria de Trabalho e Promoção Social, junto a ela, tentamos conseguir informações quantitativas sobre a localidade. Lá, fomos orientados a consultar a FAC, pois, segundo técnicos da SETRAPS, nesse órgão poderíamos consultar o Relatório sobre Aglomerados Subnormais – 1998, em que constam dados sobre as favelas de João Pessoa. No entanto tais informações não existem na SETRAPS.

No trajeto de busca, iniciamos a pesquisa exploratória para conhecer melhor a comunidade, ir estabelecendo os primeiros contatos com seus moradores, explicitando o motivo de nossas idas sistemáticas, bem como o objetivo de nosso estudo. Com o interesse de agilizar nosso trabalho, ordenamos nossos contatos em torno de alguns critérios: escolher pessoas que tivessem uma penetração forte na comunidade (Agentes de Saúde, da Associação de Moradores, entre outros), aquelas com período longo de moradia na área, de maneira que pudéssemos contar com informações mais detalhadas sobre a história do lugar. Estas visitas eram sistematicamente descritas em nosso diário de campo, nosso primeiro instrumento de coleta, no qual registramos todas as conversas informais, impressões, as observações durante cada contato, enfim, registros que foram de grande valia tanto nos nossos retornos ao campo, chamando a atenção para os aspectos a serem aprofundados, como, principalmente no momento de análise das nossas entrevistas. Esses primeiros momentos de observação foram de grande importância, pois, a partir deles, traçamos o caminho a ser percorrido. Como bem lembra Minayo (1996, p.107): “Essa ‘informalidade aparente’ reveste-se porém de uma série de pressupostos, de cuidados teóricos e práticos que podem fazer avançar ou também prejudicar o conhecimento da realidade proposta”.

O instrumento utilizado na coleta das informações da entrevista foi o gravador, e nas observações do cotidiano, as anotações registradas no diário de campo.

Os critérios utilizados para a escolha das famílias basearam-se nos seguintes

aspectos:

- Tempo de residência no local – buscamos entrevistar famílias que moravam desde o início da comunidade, bem como aquelas que ali estivessem há menos tempo;
- A situação de casamento e família – como um dos nossos objetivos era verificar os possíveis rearranjos/reordenamentos, foi necessário entrevistar famílias que estruturavam da forma diferente do modelo tido como padrão: a família nuclear; e famílias em que os cônjuges estivessem na segunda união, ou que pelo menos um deles já estivesse na segunda união (casamento ou união consensual).

Quanto às análises de nossas entrevistas, elas tiveram sua organização a partir dos eixos temáticos sugeridos em nosso próprio roteiro (ver anexo). Decidimos nos centrar nas imagens apreendidas e expressas pelos sujeitos de como percebem a família, suas mudanças, procurando trabalhar as imagens, referências, os “desenhos” por eles traçados acerca das suas vivências. A contribuição foi sem dúvida muito pertinente. As falas foram meios fundamentais através dos quais conseguimos ter acesso às dimensões mais subjetivas e saber como estas se materializavam na vida destes sujeitos.

3.1 O trabalho de campo

As visitas foram ocasiões aproveitadas também para recolhermos subsídios para a elaboração do roteiro de entrevista. Com a construção deste, um pré-teste foi realizado, para sentirmos a clareza e a pertinência das questões e das modificações a serem introduzidas.

As entrevistas foram complementadas pela observação do cotidiano, pois é a

partir dessa observação sistemática que podemos apreender os vários aspectos do dia-a-dia e identificar como se estruturam as famílias, enfim, captar a realidade e compreender os processos por elas vivenciados.

Muitas vezes, os depoimentos constantes nas entrevistas não coincidem exatamente com os comentários do dia-a-dia, sobre o que as pessoas fazem de suas vidas e a sociedade de que elas participam. O cotidiano é o corriqueiro e o que se vive de modo imediato. Nele, as observações, opiniões, comentários vão sendo elaborados e colocados à parte. Nessa busca e na articulação dos elementos encontrados, procuramos construir uma interpretação destes. Nesse processo de interpretação, de desvendar o sentido do discurso, da vivência à qual ele está acoplado, colocado, não poderíamos deixar de lado os dados de nossas observações sobre o cotidiano da comunidade e das pessoas, sobre os comportamentos, comentários, etc. Estes dados constituem detalhes que foram sendo recolhidos e anotados diariamente após cada visita à comunidade e constituíram informações essenciais, fornecendo-nos uma visão mais geral do universo cultural de nossos entrevistados, em decifrar as manifestações tais como: um “pisar” de olhos, as modificações na modulação da voz, ao se falar de um determinado assunto, foram de extrema relevância, porque nem sempre o fazer e o dizer coincidem necessariamente, dando uma visão mais ampla do modo de vida, que só pode ser construído com base na consideração do que se diz, do que se faz, como se reage, como elementos que se interagem e se complementam.

3.2 A escolha da área: breve caracterização socioeconômica

A comunidade Padre Hildon Bandeira é, dentre outras inúmeras áreas denominadas pelos órgãos municipais e estaduais como aglomerados subnormais ou “comunidades”, o retrato do desenvolvimento urbano desordenado que ocorreu na cidade de

João Pessoa nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1970. Ela está localizada numa área entre os bairros Torre e Expedicionários, Zona Sudeste da cidade. Espalha-se da encosta da Avenida Beira-Rio, direção centro-cidade, até a margem esquerda do rio Jaguaribe. O estar situada na Avenida José Américo de Almeida (a Beira-Rio), via de fluxo intenso e constante de veículos (é uma via de acesso a bairros nobres da orla), representa para seus moradores risco constante de acidentes automobilísticos, em consequência do número de automóveis que circulam em alta velocidade, sobretudo nos horários de grande circulação.



FOTO 2: Uma das entradas da comunidade Pe. Hildon Bandeira.
AUTOR: Arquivo pessoal (2002).

Do lado contrário, na direção bairro/centro, há um desdobramento desta, mas que já recebe outra denominação: Brasília de Palha, que se encontra na parte alta que sai da margem da avenida em direção aos bairros Expedicionários e Torre, onde a favela faz seu limite.

A comunidade Padre H. Bandeira apresenta uma inclinação leve da Avenida Beira-Rio em direção ao rio Jaguaribe, de onde partem as ruas de traçado irregular, por conta

exatamente do declive do terreno. O rio faz fronteira com a comunidade São Rafael, ligada àquela por uma ponte, pela qual circulam diariamente seus moradores.



FOTO 3: Vista da comunidade São Rafael.
AUTOR: Arquivo pessoal (2002).

A separação que houve entre as comunidades, com a construção da avenida, terminou sendo não apenas de natureza espacial, mas também traduziu um sentimento de rivalidade entre seus moradores: superioridade dos situados da parte alta – Brasília de Palha – por conta de melhor localização, expressa pelo tratamento desqualificado dado aos moradores da parte baixa – Padre Hildon –, denominados de “ratos de esgoto”, por estarem expostos às inundações resultantes dos entulhos de lixo depositados no Rio Jaguaribe, impedindo a livre passagem de suas águas. Do mesmo modo, os moradores da Padre Hildon se referem aos da Brasília de Palha como “bestas, metidos, importantes”, por estarem mais bem situados e próximos de bairros residenciais melhor estruturados.

Apesar dessas rivalidades, as duas comunidades mantêm vínculos, por

participarem de um mesmo programa de distribuição de pão e leite, promovido pela Fundação de Apoio Comunitário (FAC), na sede da Associação dos Moradores que fica justamente na Padre Hildon. Neste lado, também se encontra uma gama de pequenos comércios (mercadinho, quitanda, padarias) e serviços (bares, oficinas etc.) de propriedade de alguns moradores que aí residem. Já na parte alta, encontram-se três escolas (a Nossa Senhora da Boa Esperança e a Cônego Sinhá Bandeira, ambas oferecendo apenas o ensino fundamental, e a Raul Córdola, que oferece os dois níveis de escolaridade). Há ainda uma creche comunitária, uma igreja Católica e um posto de saúde, que atende aos moradores de ambas as comunidades. Com este entrecruzamento de serviços, os moradores estão de qualquer forma em contato direto.

Ao longo de nossas visitas, vimos que há uma expectativa a se diminuir esses conflitos, tendo em vista a instalação, pela Secretaria de Saúde Estado, do Programa Federal da Saúde da Família (PSF), esse fato representou para eles uma grande aquisição, uma vez que os mesmos se queixavam, como os moradores da São Rafael, da ausência desses serviços, implicando terem que se deslocar para buscá-los nos bairros vizinhos ou nos mais distantes.

A organização espacial da Padre Hildon faz com que as ruas construídas na declividade do terreno sejam irregulares: algumas não têm saída ou estão localizadas em becos estreitos e tortuosos.



FOTO 4: Um dos becos da comunidade Pe. Hildon.
AUTOR: Arquivo pessoal (2002).

Na comunidade existe uma cooperativa de lavadeiras, construída antes das casas hoje existentes. O idealizador desta cooperativa foi Padre Hildon Bandeira (que deu o nome à área), através da obtenção de financiamento da Prefeitura, segundo o depoimento de moradores mais antigos. O espaço da lavanderia é utilizado tanto pelos moradores da Brasília de Palha, como pelos da Padre Hildon. Ai elas lavam e passam as roupas de suas clientes, como também as roupas de suas próprias famílias. As pessoas que fazem parte da cooperativa contribuem com uma taxa simbólica de R\$ 1,00 (um real) por mês, entregue ao presidente da Associação dos Moradores, para fazer face às despesas de manutenção (energia, água e conserto/substituição, compras de torneiras etc.) da mesma.



FOTO 5: Lavanderia Comunitária da Pe. Hildon.
AUTOR: Arquivo pessoal (2002).

Diferentemente da comunidade São Rafael, a Padre Hildon tem suas ruas calçadas, e suas casas apresentam um padrão de qualidade inferior de construção, com instalações igualmente precárias. Os sistemas elétrico e de esgoto encontram-se igualmente instalados, porém nem todas as casas fizeram a ligação desses sistemas para o interior de suas residências, devido às reais condições financeiras de seus moradores. As despesas para ligação das casas com a rede de esgoto devem ser assumidas pelos próprios moradores.



FOTO 6: Uma das ruas da comunidade Pe. Hildon.
AUTOR: Arquivo pessoal (2002).

No período em que foi iniciada a urbanização da área, antes da implantação da rede da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA), uma galeria era utilizada para o depósito dos dejetos, mantendo-se esta, ainda hoje, em pleno funcionamento. É um esgoto a céu aberto, ligado diretamente das casas para o rio, só contribuindo para o aumento da poluição que vem ocorrendo ao longo dos anos, sem que haja a menor intervenção por parte dos órgãos competentes. O acúmulo de dejetos reduz as margens, ocasionando, como dissemos, inundações no período de chuvas, com o transbordamento das águas atingindo diretamente a população ribeirinha.

De acordo com dados cedidos pela FAC – Fundação de Ação Comunitária – através do relatório sobre aglomerados subnormais (2001), a comunidade é composta por 298 domicílios e formada por uma população com características socioeconômicas predominantemente de baixa renda, cuja média de renda familiar gira em torno de 1 a 2 salários mínimos.

A comunidade se defronta com o espectro constante do desemprego, da falta de ocupação, da falta de capacitação profissional, o que agrava ainda mais o quadro de oportunidades. As poucas pessoas que trabalhavam na área eram compostas pelos que não tinham qualificação, ou eram quando muito semiqualeificados.

Quanto ao nível de escolaridade, pelo que nos informaram, a grande maioria dos homens adultos ou estava situada entre os analfabetos ou entre os semianalfabetos, deparando-se, para ganhar a vida, com funções um tanto precarizadas como: vigilantes, biscateiros, pedreiros, serventes, pequenos comerciantes, etc. A situação das mulheres não era muito diferente. Quando tinham algum trabalho, desempenhavam funções de faxineiras, lavadeiras, empregadas domésticas, manicuras ou cabeleireiras, revendedoras de cosméticos, atividades igualmente intermitentes e de baixo nível de remuneração. Quanto aos jovens, podemos observar que uma grande parcela não trabalhava, tendo freqüência constante nas ruas, bares e esquinas. De acordo com depoimentos das pessoas antigas da comunidade, muitos deles ficavam planejando onde roubar ou dividir o produto do roubo. Os que estudavam freqüentavam as escolas situadas nos bairros vizinhos (Torre, Expedicionários, Castelo Branco e adjacências).

Na seção seguinte, apresentaremos como a vida da comunidade se organiza, apesar das dificuldades com as quais se defronta.

3.3 A comunidade Padre Hildon e seu cotidiano

Esse tópico retrata a nossa experiência na Comunidade Padre Hildon Bandeira, onde, em Janeiro de 2002, iniciamos o trabalho de investigação.

Em nossas andanças pela comunidade, procuramos identificar os lugares onde havia uma maior participação no dia-a-dia dos moradores. Algumas pessoas, por serem moradores bastante antigos e respeitados, foram de grande importância no acesso à comunidade. Giseuda (Agente de Saúde), mais conhecida por Gil, incluiu-se no meio dessas pessoas, pois, em virtude do papel que desempenha, conhecia todos os moradores e, pelo que podemos ver, em geral se dava bem com todos. Ela nos levou em suas caminhadas diárias, visitando as pessoas doentes, as que tinham acabado de dar à luz, as que estavam grávidas, entre outras. Sua função é a de acompanhar esses sujeitos, controlar os cartões de vacina das crianças, lembrar as consultas e repassar essas informações para os médicos do PSF (Programa Saúde Família), que se encontra instalado na comunidade Brasília de Palha, situada, como falamos anteriormente, do outro lado da Padre Hildon. Através dela, pudemos conhecer um pouco mais alguns moradores, pois nos forneceu informações mais detalhadas de que precisávamos sobre a área. Informações que, sozinhas, dificilmente teríamos como obter. Por onde andávamos, fazia questão de nos apresentar:

Essa estudante é da Universidade e está aqui fazendo um trabalho dela e vai querer saber assim, como a gente vive aqui, as nossas dificuldades, como a família se organiza, viu! Vamos receber ela bem, ajudar ela. É só marcar um dia e hora, e ela vem conversar (Diário de Campo).

Uma outra pessoa que também é referência na comunidade é o Sr. Alcides. Ele vive na área há mais de 20 anos, atualmente estando aposentado como vigia de uma firma que prestava serviço à UFPB. Ao saber que éramos também estudantes da mesma Universidade, tratou-nos de forma muito cordial, colocando-se, por conta disso, muito disponível às nossas indagações. As vezes, até nos acompanhava para apresentar as pessoas, se fazendo valer sempre dessa referência à Universidade, como se fôssemos velhos conhecidos:

Essas meninas aqui são da Universidade, são minhas amigas e vieram, aqui, fazer um trabalho do estudo delas. São gente boa. Elas querem conversar. É um trabalho sério (Diário de Campo).

À medida que nossos contatos foram se tornando mais freqüentes, cada vez mais as características de vida dos seus moradores iam sendo descortinadas. Uma das particularidades que percebemos foi o entusiasmo dos mais antigos da comunidade, em conversarem acerca de suas vidas, bem como da situação da comunidade desde quando ali chegaram para se instalar. Esses depoimentos foram de enorme valia, pois, como já dissemos aqui, apesar de serem áreas com uma história de ocupação já bastante longa, não existem registros fornecendo dados mais detalhados sobre as mesmas. Em todos os órgãos visitados que trabalham com esses “bairros de ocupação”, essa carência foi sentida. As informações, quando encontradas, eram dispersas, incompletas.

Nas falas dos moradores, havia uma unanimidade em afirmar-se o significado que tinha aquele espaço, pelo sentimento de sociabilidade vivenciado, pelo fato de terem um local certo para se fixar e criar os filhos. Hoje contam-nos com orgulho as dificuldades atravessadas na educação dos filhos, tentando desviá-los das drogas, da bebida, da bandidagem, da violência muitas vezes cometida pelos “maus moradores”. Estas referências apareciam com força em suas evocações. Notamos que dentro da própria comunidade, existem espaços mais precários que os demais, ocorrendo uma verdadeira estratificação, como é o caso dos moradores que vivem a beira do rio. Estes são os “miseráveis” dos miseráveis. As famílias aí estabelecidas passam fome literalmente, durante semanas, faltando-lhes de tudo no espaço da casa.

Visitamos algumas dessas famílias, em que a fome, as doenças, as privações, entre outras mazelas, afetavam constantemente seu dia-a-dia. Dentre essas “carências”, enfrentavam também a violência dos “maus moradores”, desordeiros da área que, durante as noites, se reuniam à beira do rio para planejar roubos, drogar-se e perturbar o sossego dos moradores dessa parte da comunidade. Eles subiam nos telhados das casas quebrando telhas,

batendo nas paredes, roubando os poucos pertences que ficavam no quintal, enfim promoviam verdadeira ameaça. Uma das entrevistadas que morava nesse espaço nos revelou:

Minha fia, aqui a gente não pode saí todo mundo de casa, não. Tem que ficá alguém em casa, senão quando chegá não tem nada. Eles leva tudo, mermo não tendo nada de valor. De noite, nós não consegue dormi, eles sobe na casa, ficam fazendo zuada, entram no banheiro que fica do lado de fora da casa. Eu fico com medo deles invadi a casa e matar a gente tudinho (ENTREVISTADA 14).

Esse depoimento só fez denunciar a aviltante condição de pobreza, de miserabilidade em que estão mergulhadas essas famílias. A fala dessa entrevistada nos fez refletir: Como podiam criar seus filhos num lugar como este, onde impera tanta violência, fosse ela resultado da falta de condições dignas de sobrevivência, incluindo aí: moradia, saúde, educação, trabalho o que chamamos de violência estrutural-, ou estivesse relacionada a agressões tanto verbais quanto físicas, entre outras? Tal cenário interfere diretamente na forma como se organizam, estruturam essas famílias. Vejamos esses relatos:

Eu procuro tirá meu filho das influências, dos elementos. Eu vim pra qui muito preocupada por causa das criança, principalmente pelo meu menino. Ele já vai pela cabeça de qualquer pirrai. Ai encontra alguém querendo lhe dá drogas e ele pode até segurar; e é bem capaz dele trazê para dentro de casa, ele não vai sabê o que é e só vai fazê o que o povo qué. Meus menino, como os filhos de todo mundo, gosta de brincá ali pra baixo e tem perigo deles pegarem alguma droga e querê experimentá porque tem muitos malandros por ali. Tem pirraio que diz como fulano faz isso escondido da mãe. Isso preocupa a gente (ENTREVISTADA 16).

Uma outra entrevistada compartilhou a mesma problemática. Vejamos:

Logo quando eu vim morar aqui, isso aqui era uma tranqüilidade. A gente dormia aqui com a porta aberta. Lavava roupa estendia ali, amanhecia o dia as roupa estendida. Às vezes eu me esquecia de apanhá, cansada, enfadada. Era uma vida de muito sacrificio. Um dia deixei as roupa dormir do lado de fora. Vixe, meu Deus? Será que ainda tá, meu Jesus? Quando eu vinha olhá, tava as roupas do mesmo jeito. Hoje em dia, ninguém pode deixá uma saia do lado de fora. Isso aqui é murado, mas ninguém não pode deixá uma faca, uma foice, qualquer coisa que a gente quiser aí; não amanhece nada, nadinha. Hoje em dia, ninguém pode deixá nada, deixou, levou. É um caso sério. Aqui tem uma qualidade de gente, que a gente vévi porque é o jeito. Eu sei que todo canto, hoje o mundo tá completo de quem não presta. Não é só aqui, é aqui e em todo canto. Aqui você tá dormindo num sono, quando pensa que não, um tiroteio de bala no meio do mundo. É aquela gritaragem, um corre-corre. Dá logo um mau está na pessoa, ficá sem controle, vendo a hora dá um negócio e a pessoa morrê de vez (ENTREVISTADA 18).

Esse depoimento deixa claro a chegada, na comunidade, de práticas de roubo, cuja existência não era comum, atingindo, por completo, a tranquilidade de seus moradores.

Dos moradores da comunidade com quem tivemos oportunidade de conversar, todos eles haviam tido uma experiência de humilhação, sofrida ora por conta da própria condição de pobre, favelado; ora pelo fato de morarem numa área cujas características visibilizavam as próprias condições pessoais de dificuldades que estavam vivenciando. Assim, na escola, no ônibus, nos hospitais, muitas vezes sentiam profundo descaso, indiferença, situações de grande constrangimento.

Já para os que não fizeram parte da construção da comunidade, o falar do cotidiano, da vida naquele local vinha fortemente marcado de sentimentos negativos pela falta de perspectivas que a área oferece e pelas reduzidas possibilidades de que este quadro venha trazer alguma mudança em suas vidas. Estar situada a comunidade nas proximidades do centro da cidade e possibilitar facilidade de acesso também a outros bairros nas circunvizinhanças já não representava mais para estes moradores recentes as vantagens das “virações” que em outros tempos desempenhavam, pois as dificuldades vêm se tornando cada vez maiores. Esta falta de horizonte traduz a gravidade da problemática de falta de emprego que vem assolando o cenário nacional, atingindo de forma perversa os segmentos mais vulneráveis.

Apesar dos “limites” materiais apontados, a vida na comunidade segue o seu curso de aparente “normalidade”, sendo o dia-a-dia organizado dentro dos espaços por eles traçados. Durante a semana, o cotidiano se resumia, para os adultos, nessa perambulação a busca do que fazer, na ocupação do tempo em conversas nos barzinhos locais ou nas calçadas. Como muitos dos moradores é de procedência interiorana, essa prática de conversar defronte das casas é ainda muito comum, sobretudo no cair da tarde. Assim a rua ocupa um ponto importante na manifestação das sociabilidades e é muito procurada também pelas crianças

pois, as casas não dispunham de quintal, que a ela se dirigiam desenvolvendo as brincadeiras mais variadas: bola de gude, jogo de bola, corrida de bicicleta, entre outras. A elas, vinham-se juntar também alguns homens, na brincadeira procurando preencher o tempo.

A Associação dos Moradores, bem como as atividades promovidas pela Igreja Católica (reuniões de casais, organização de bingos beneficentes etc) ou pela Igreja Nazareno, situadas na comunidade Brasília de Palha e São Rafael, comunidades vizinhas que atuam nessa área, promoviam o encontro dos membros da comunidade, uma vez que não dispunham na localidade de nenhum outro lugar de lazer. O encontro nos barzinhos estava para os homens, como a lavanderia comunitária existente na comunidade constituía um espaço eminentemente feminino, desempenhando para as mulheres muita significação, pois na fala de todas, as referências eram constantes, representando para as mesmas: local de trabalho onde lavavam e passavam (incluindo as roupas da clientela, forma de assegurar a entrada de algum valor suplementar aos “parcos” orçamentos domésticos da própria família) por onde igualmente circulava a vida de todo mundo, suas angústias, anseios, projetos, problemas, assuntos domésticos como a troca de receitas culinárias, de remédios caseiros, tudo girando em torno do eixo principal: a difícil e perversa falta de dinheiro. Não era à toa que faziam deste espaço um dos mais procurados em suas manifestações de sociabilidade. Podemos observar bem isto inúmeras vezes durante as conversas que mantínhamos enquanto lavavam ou passavam roupa. Tentamos apreender em fotos um pouco a “dinâmica” que esse espaço representa. Além da lavanderia, a vida das famílias se desenvolvia nos afazeres domésticos, no levar as crianças à escola, nas habituais visitas às casas de amigos ou no papear nas calçadas.

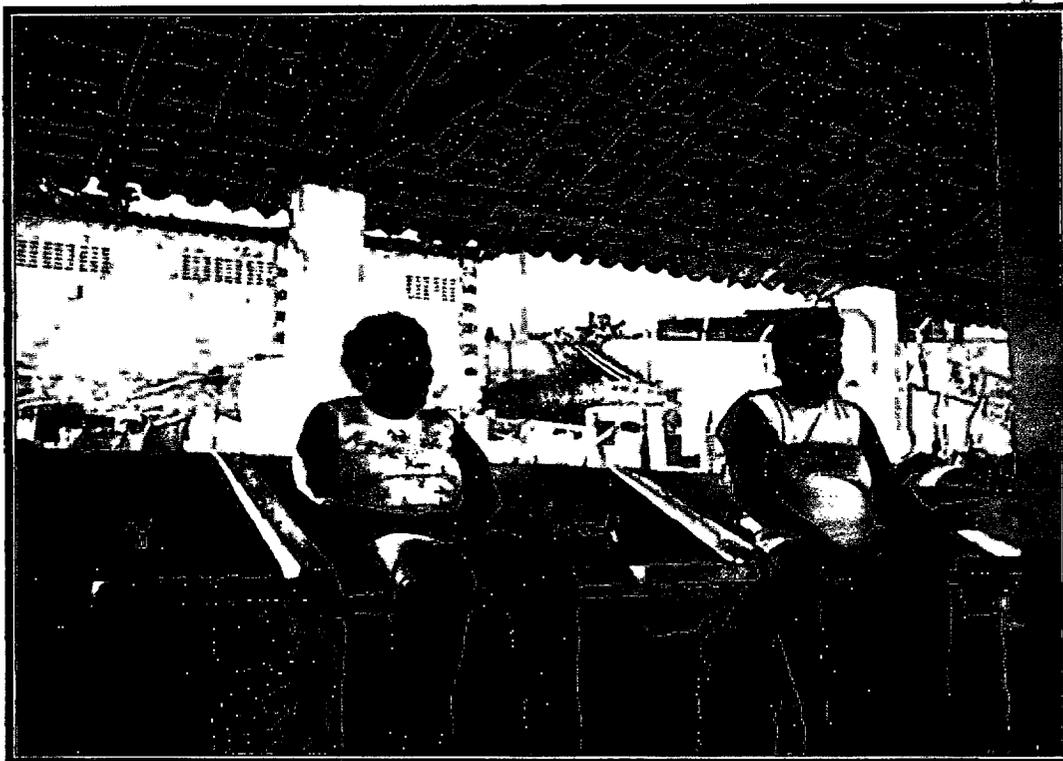


FOTO 7: Bate-papo na Lavanderia Comunitária da Pe. Hildon.
AUTOR: Arquivo pessoal (2002).

Assim, esses contatos sistemáticos que mantivemos significavam ter acesso aos aspectos contraditórios de sua realidade: momentos descontraídos, afáveis ao lado de outros de grande tensão, medo, constrangimento por parte dos moradores. Esse “adentramento” na privacidade da comunidade se reveste, portanto, dessa dupla face por permitir o acesso a situações que trazem à tona o cotidiano de precarização e violência que vivenciavam constantemente naquela localidade. Procuramos registrar alguns desses momentos em nosso diário de campo pelo que representaram de impacto e revolta na vida de seus moradores, interferindo a ponto de provocar, interrupção, por uns dias, do nosso trabalho de campo, tal o clima que a comunidade viveu.

Um deles foi a ocorrência da tentativa de estupro de um adolescente com uma criança de 1 ano e poucos meses. Nós que na ocasião estávamos realizando uma entrevista ficamos de tudo impedidos de continuá-la pelo clima que tomou conta da comunidade,

agravado com a presença do carro de polícia, o entra e sai de pessoas, levando até que algumas das mercearias fechasse as portas por medida de segurança.

Este fato não permitiu que a comunidade retomasse seu ritmo normal durante vários dias o que interferiu enormemente no desenrolar de nosso trabalho, pois as pessoas ficaram esquivas, negando-se quase a conversar conosco e quando isto se dava era dando um tom de recomendação, alarme para que tivéssemos cuidado. Estes fatos nos soaram como uma espécie de advertência e por isso mesmo resolvemos, como tática nos afastar por uns dias da área até que as coisas se normalizassem.

Depois deste incidente retomamos o ritmo de nossas entrevistas. Este só foi quebrado por nos termos defrontado com outro problema igualmente sério também na área da violência: em decorrência de bebida, um dos moradores quase comete um desatino, pois estando armado com um facão investiu contra sua própria filha tentando matá-la.

Cenas como essas, só tivemos oportunidade de registrar por estar na ocasião no local. Quando indagados da existência de problemas dessa ordem, os entrevistados eram omissos, talvez temendo alguma repercussão com efeitos mais danosos. Essas situações só fizeram se somar às tantas outras que costumeiramente presenciavam-os na comunidade, tendo como conseqüência do agudizar o clima de indignação e de medo. Para nós, elas “denunciaram” a condição de vida desses lugares, levando seus moradores a fazerem uso desta “linguagem” em seus desatinos, intensificando ainda mais os problemas, em vez de atenuá-los. Esses fatos terminaram por comprometer a própria natureza das relações entre as pessoas. Um gênero esquivo, “opressivo” de relação/comunicação, começa a aflorar nas pessoas através de aspectos nada habituais, pois era comum encontrarmos nesses espaços, mesmo marcados por intensa pobreza, cordialidade, acolhimento, fazendo com que nossas buscas prosseguissem sem problema. Hoje a situação é totalmente diferente. Cada ocorrência vem originar uma postura de reserva, desconfiança. Com isso, as pessoas se mostram cada vez

menos disponíveis e, quando se dispunham, as entrevistas traduziam este clima vivenciado pelo laconismo crescente ou desinteresse dos informantes, até o caso extremo de esquivar-se agressivamente. Situação como essa, por pouco vivenciamos quando a comunidade estava ainda sob o impacto da ocorrência de um caso de estupro. Uma senhora havia se disposto a ser nossa entrevistada, chegando até a marcar o dia e horário. Ao chegarmos no momento acertado, ela, ao nos avistar, entrou precipitadamente em casa fechando a porta em nossa frente, fazendo questão de mostrar o quanto éramos indesejadas.

Ao lado dessas expressões abertas de violência, outro aspecto que nos chamou a atenção, por ter efeitos diretos no sentido de desqualificação dos moradores, foi o fato de as ruas não disporem de nome e nem as casas de números. Essa questão da especificação do local para esses sujeitos tinha forte significação, pois remetia à própria questão da sua referência identitária: "Sou reconhecido porque moro na rua tal". Ao chegarem as correspondências, eram entregues na Associação de Moradores, que procedia à entrega sem os devidos cuidados de manter a privacidade e inviolabilidade das mesmas. Nós mesmos tivemos oportunidade de ver, na presença de inúmeras pessoas, muitas cartas chegarem já abertas ou meio abertas, ficando expostos à curiosidade de todos assuntos relativos a movimentos bancários, questões financeiras, ações judiciais. Tudo era sabido e conhecido.

Em relação aos lugares mencionados como ponto de encontro, por ocasião de nossas entrevistas, comentaram não ter as pessoas compromissos que os obrigassem a sair de casa todos os dias. Quase todos se queixaram de não existir na comunidade nenhum lugar de lazer. Durante todo o dia, a intensa vida da comunidade girava em torno da rua: mulheres nas calçadas, homens nos barzinhos, conversando, bebericando, jogando sinuca; crianças jogando bola, soltando pipa; e, no final da tarde, o vaivém dos moradores em direção à Associação para pegar o pão e o leite. Na comunidade, um dia não é muito diferente do outro, eles

simplesmente se repetem. Este estilo de vida sem grandes variações, nos faz lembrar uma reflexão de Caldeira (1984, p. 133/134):

Homens e mulheres, jovens e velhos vivem o cotidiano de diferentes maneiras. Entretanto, todos eles, enquanto estão imersos na realização das atividades e pequenas tarefas do dia-a-dia, têm do cotidiano a mesma percepção: a de que ele é sempre a mesma coisa, que se repete a cada novo período (dia, semana, ano).

Esta circularidade é quebrada apenas, pelos momentos de festa (no período do carnaval, pelos ensaios e forró de São João com os grupos locais, as festas de fim de ano casamentos coletivos, ocorrências de algum fato violento, como anunciaram as falas de algumas moradoras. Dentro dessa organização, estruturavam suas vidas.

3.4 Nossos entrevistados

Neste item nos ocuparemos de fazer uma breve apresentação dos sujeitos que foram incluídos em nosso estudo, homens e mulheres de diferentes idades, residentes na comunidade Padre Hildon Bandeira. Foram falas que não se limitaram às questões diretamente ligadas ao nosso objeto, mas ricas de comentários paralelos sobre diferentes fatos e aspectos da comunidade, relatos de experiências, opiniões etc., colocados em um momento específico, aquele que coloca frente a frente pesquisador e pesquisado, tendo como intermediador apenas um gravador ou um caderno de anotações. Nesse momento em que interferem os mais variados elementos, ocorre uma troca entre as pessoas envolvidas: umas aprendem com as outras. Cada entrevista é uma experiência singular: o que foi dito foi único/exclusivo naquele momento. Sendo assim esta se torna única. A fala da entrevista expressa não apenas às subjetividades ali presentes, mas também experiências pessoais da

vida, em um certo grupo social, de uma determinada sociedade, em um tempo específico, em um certo lugar.

Os nossos entrevistados possuíam entre 20 a 70 anos e em geral tinham, como já mencionamos anteriormente, condições ocupacionais as mais variadas: comerciantes, donas-de-casa (a maioria), faxineiras, lavadeiras e desempregados, tendo também um bom número de aposentados.

A maioria residia na área há mais de 10 anos, vindos de cidades do interior da Paraíba. Esses mais antigos vieram junto com suas famílias tentar melhores condições de vida, fugindo das dificuldades do meio rural. Os mais novos já faziam parte da 2ª geração. Sendo assim, eram nascidos e criados na área.

Quanto ao grau de instrução, constatamos: uns eram analfabetos, outros só sabiam assinar o nome; havia os que estudaram apenas o ensino fundamental e alguns, ainda, que se encontravam estudando, cursando um supletivo. Mas a maioria não ultrapassou o ensino fundamental.

Em geral, a renda média era de no máximo, 1 salário mínimo, R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), incluindo aí todos os rendimentos dos componentes da casa que possuíam alguma ocupação (filhos, cônjuges).

Dessas 18 entrevistas que realizamos com casais, apenas 5 foram feitas com os homens, pois, no momento em que procurávamos conversar com estes, a maioria não queria falar conosco, dizendo que o que suas esposas expressassem eles partilhariam. Vimos, nessa atitude, uma grande resistência por parte dos homens em conversar, trocar idéias sobre família, relacionamento marido/mulher etc. Todos foram unânimes em afirmar que os assuntos sobre casa, família, educação dos filhos, relacionamento marido/mulher, cabiam exclusivamente à mulher, sendo responsabilidade exclusiva dela.

A realização de algumas entrevistas com as mulheres coincidiu com a chegada dos maridos, ocasião em que pudemos perceber por parte dessas, algumas mudanças no ritmo da conversa e reservas nas suas falas diante da presença dos companheiros. O jogo de fisionomia e a troca de olhares foram bastante reveladores do embaraço ressentido, algumas delas chegando até a transmitir um certo sentimento de medo.

Houve ocasiões em que fomos alvo de hostilidade por parte dos moradores, que fizeram questão de mostrar o descontentamento pela nossa presença na área, como questionou abertamente uma das moradoras, quando nos apresentávamos bem como falávamos sobre o objetivo de nosso estudo:

E pra quê isso? Pra qué você quer saber da minha vida?, da vida da gente aqui? Não tenho nada pra falá! (Diário de Campo).

Essa fala revela um pouco como foram certas dificuldades de entendimento de estudo. A entrevistada foi uma das poucas pessoas que fez questão de mostrar sua insatisfação com a nossa presença. Felizmente, ao longo de nosso trabalho o clima que imperou foi o de muita cordialidade como já comentamos.

Foi intenção desse item traçar um pouco o perfil de nossos entrevistados, para ter uma idéia da situação socioeconômica desses.

4 O SENTIDO DA FAMÍLIA NAS FALAS DOS SUJEITOS

Este capítulo teve como suporte as evocações dos sujeitos entrevistados a respeito de seus cotidianos, bem como do que entendiam por família - como a perceberam. Através de suas falas, procuramos verificar em que seus cotidianos interferiram nas suas imagens e referências sobre essa instituição social.

Na “garimpagem” das falas uma das imagens que emergiu com forte tonalidade nas evocações de nossos entrevistados, foi aquela que associa a família à base da vida e de tudo. Ela aparece como uma palavra que reflete um grande sentido para o indivíduo durante toda a sua vida. É o elemento referencial, eixo norteador na sociedade e no mundo, constituindo um lugar que confere estabilidade, refúgio.

Na organização de nossas análises, demos uma sistematização às falas, realizando-a em dois momentos: num primeiro, aglutinamos aquelas que mostraram a importância dada a esta instituição através das figuras do pai e da mãe, estes vistos como repassadores das normas, valores e como referência fundamental para os sujeitos; num segundo momento aquelas falas que se referiam mais às formas, variações dessa instituição, ressaltando as interferências/influências que o meio no qual estavam inseridos vinha comprometendo, modificando, reordenando a sua estrutura.

Na última seção, finalmente procuramos relacionar até que ponto esse quadro contribuiu, reforçou ou suprimiu o modelo tradicional de família, buscando sua explicação nas evocações acerca desta, vendo assim as correspondências com as suposições por nós levantadas.

4.1 A família na construção dos valores

A família apareceu nas falas como o lugar da primeira socialização, desempenhando funções socialmente importantes junto aos seus membros; constituindo, por isso mesmo, um núcleo fundamental com relação ao atendimento de amplo conjunto de necessidades dos indivíduos. Foi mais ou menos geral o sentimento expresso de insegurança quando a família se encontrava em situação de fragilidade econômica e ausente da existência das pessoas tidas como “cabeças”. Em suas evocações, informavam o quanto os problemas enfrentados tendiam a agravar-se, e o quanto, na medida em que a família conseguia interagir nas novas circunstâncias socio culturais podiam contribuir para amenizá-los. Ela funcionava como um “refúgio”, uma referência na formação dos sujeitos, caracterizada como parte de um espaço privado, organizado e atendendo a uma estrutura interna própria. Essas referências apareciam claramente nas falas, daí o papel central que assumia a família para esses sujeitos, como podemos perceber nas falas dessas entrevistadas:

A família é tudo, mulé! Quem vive no mundo sem família? Ninguém nasce sem uma. Você, querendo ou não, vem de uma, e ela vai ensiná tudo pra gente! (ENTREVISTADA 1).

Uma família é coisa de responsabilidade, não é pra todo mundo tê. Purque a família, a gente vévi veendo; não é só de cumida e de roupa que se sai bem, não. Sem ela, a gente não somo nada, entendeu? Principalmente pra dá educação aos filho. É preciso uma boa família pra ensiná a eles sê gente (ENTREVISTADO 10).

Outra de nossas entrevistadas acrescenta o quanto para ela representa a “família”:

A família hoje, que vale é a consideração. Se considerá, é uma família. Não é só o sangue que vale hoje. Muitas veze a gente se vale mais com as pessoa que considera, que vévi ajudando a gente, participando de tudo, né? Das dificuldade, do quê com as pessoa de sangue. A família é união também, é contá em todas hora, não tê fuxico, esse leva - traz não! Uma pessoa sem família, sozinha no mundo, já pensô? Deve sê muito rim, né? Purque a família dá rumo à pessoa (ENTREVISTADA 18).

Uma outra entrevistada também segue essa mesma posição:

Minha família é muito importante pra mim. Sem ela, eu não seria ninguém. Não sei como eu viveria na terra (ENTREVISTADA 2).

Mesmo exposta à situação de pobreza em que vivia, a família continuava sendo o lugar de referência onde eram passados e repassados todos os ensinamentos da vida. Valores como honra, respeito, dignidade e acima de tudo honestidade apareciam nos depoimentos de alguns sujeitos como elementos – pilares sob os quais essa instituição, segundo eles, se apóia:

Eu sempre digo a meus fio: Você seja honesto; só porque somo pobre, que vamo matar, roubar? Não! Não é assim. A gente só deve pegá no que é nosso. Se num é, pédi licença, pergunta se pode mexê (ENTREVISTADO 3).

Sem dúvida alguma, o trabalho e o estudo, bem como a procedência de um ambiente familiar “construído” positivamente, existindo bom entrosamento entre seus membros, conferiam a estes moradores um caráter de dignidade, pelo fato de terem conseguido conquistar um lugar “correto” na sociedade. Essa identidade positiva vinha-se contrapor a todo o ambiente negativo e excludente que conheceram em suas buscas por moradia. Foi neste ambiente onde desenvolveram também suas sociabilidades. Nas alusões que faziam, estava sempre presente a dicotomia casa-rua, em que se associava à primeira (a rua) o valor positivo (limpeza, ordem) e os negativos (sujeira, desordem) à segunda. Com certeza os planos de “melhorar de vida”, passava pelos meios mais viáveis, como já foi dito anteriormente, o trabalho e o estudo.

Essa idéia de família como matriz no repasse de valores foi reforçada em outra fala:

Insino a eles o certo. Eu digo: Não minta, respeiti os mais véio. E também fico de olho nas amizades. Isso é muito sério. As má companhia. Porque aqui, minha fia, tem muito disordeiro, gente rim que só faz o mal e que leva os outros pra fazer também. Aqui tem muito maconheiro, que roba, que faz safadeza (ENTREVISTADO 5).

Por essas referências, verificamos como, para esses sujeitos, os “cabeças” da família, são fortes as percepções da importância/responsabilidade de serem os únicos

responsáveis pela mediação entre o mundo a sociedade e seus filhos. Várias vezes percebemos, tanto na fala, como em nossas visitas e observações, que aos pais cabia, na maioria das vezes, a última palavra nas decisões sobre a casa e, sobretudo, sobre a vida dos filhos. Segundo eles, cabia, aqui, não só a educação transmitida na escola, como também a educação de casa. Esta era assegurada a todo preço, nem que para isso tivessem que fazer apelo a formas agressivas, pois, de acordo com uma de nossas entrevistadas, de vez em quando bater era a solução:

Antes só eu dava conta da educação dos minino. Agora ele tá entrando no meio. Muitas veze, ele diz: Penha, não deixe os minino ir pra rua. Aí eu digo: Dinho, toma conta de Edivan, dá uma empestada nele; e ele só queria batê. Eu tenho até medo, porque ele bate demais e ele sabe que batê não vai resolvê. Agora, quando eles me desobedece demais, eu meto o pau, que eu reclamo, mas ele não me obedece. Tem que aprendê. Eu tento passá educação pra eles, vou na escola saber como eles tão, mas, aqui, ficando brincando na rua com esses minino mau educado, que só diz palavrão, ficam brincando de coisa de gente grande, umas brincadeira feia.... Esse meu minino mais velho é danado. Depois que ele cresceu, eu tô em cima dele direto, e o pai ajudando também (ENTREVISTADA 16).

Nessa fala, pode-se perfeitamente perceber o envolvimento, tanto da mulher como do homem, no processo de educação dos filhos, mostrando o sentido que ocupava a família como espaço de referência no repasse dos valores e formação dos sujeitos. Tivemos oportunidade de verificar o quanto essas atribuições eram significativas para as pessoas que entrevistamos, invalidando assim uma de nossas suposições de que exatamente o estado de precarização em que viviam esses sujeitos comprometeriam exatamente este papel da família. Ao contrário, havia forte preocupação de manter uma disciplina: a questão de se evitar más companhias, de distanciar-se dos “maloqueiros”, dos maconheiros. Tudo isso se manifesta nas falas através das evocações das imagens do “certo”/“errado”, marcações, portanto, de uma estrutura de valores a ser zelada.

Muitas vezes as próprias condições de vida inviabilizavam a manutenção desses valores. A mesma entrevistada, ao mesmo tempo em que mostrava toda uma preocupação

com a educação dos filhos, procurando deixá-los o máximo possível fora da rua, num outro momento, expressou que não conseguia proceder dessa maneira, por ter que se ausentar de casa para procurar trabalho e por não ter quem cuidasse dos mesmos:

Os minino, eles vevem mais na rua do que em casa. Aí fica só nós dois (ENTREVISTADA 16).

Uma outra entrevistada falou acerca do que representava educar os filhos e da importância de ter um envolvimento conjunto do homem e da mulher nesse processo, como ele na formação dos filhos. Vejamos o que ela transmitiu sobre o papel dos pais nesse processo educativo:

Pra mim, os dois devem ser responsável pela educação dos filho. Dizem que o homem sempre culpa a mulher quando acontece alguma coisa, mas não tem nada a vê, os dois são pai, então os dois devem educar. Mas, assim, cada um educa de uma maneira só, não; eu educo de um jeito, o pai educa de outro. Assim não pode sê. O menino chega até a ficá até sem vergonha de mais. Eu chamo ele (o filho) e digo: “Eu já lhe falei, eu não quero que você faça isso!”. Ele me entende melhó duque o pai, porque ele fala, e ele não tá nem ai, debocha da cara do pai, chama até o pai de safado. Agora, se eu falar grosso com ele, ele me atende. Teve um tempo desse que tava chamando palavrão, desse que aprende na rua. Eu reclamei com ele, e ele não chamou mais. Agora, se fosse o pai dele, ele não tava nem aí.

A gente tem que reprendê a criança, purquê, se não, vai sê uma criança que não vai obedecê mais o pai; vai me respondê e isso tem que cortá, purquê a gente somos mãe e não pode deixá o filho tomá fôlego da gente. Meu marido reclama comigo, quando eu reclamo com o menino. Termina eu sozinha para educá ele, mostrá que ele tem que respeitar pai e mãe, não dizê palavrão. E aqui, de vez enquanto, tem umas situação ruim (ENTREVISTADA 11).

Esse depoimento nos fez ver que, embora situados em espaços tão precarizados, nem por isso a mulher e o homem abdicaram do seu papel na formação e organização do saber dos filhos.

Para essas pessoas, sem dúvida não era nada bom morar num ambiente de tantas apreensões, com cenas de violência explícita (alcoolismo, drogas, brigas) que mexiam rotineiramente com suas vidas. Muitos moradores, por viverem nesse ambiente de favela, sofriam todo tipo de humilhação, estigma e era através do trabalho, do ter alguma ocupação,

que procuravam mostrar que naquele espaço, também moravam pessoas de bem, que tinham valores a zelar, caráter

e que não viviam roubavam:

O que interfere muito aqui também é as mães, que às vezes, porque tem duas crianças, porque duas crianças às vezes (pausa) As crianças mesmo brigam, né?! As vezes as mães tomam as dores, entendeu? Quer espancá o seu filho, briga com as mãe, quando as mãe não faz nada, que a mãe bate os filho, quando os filho tá brigando na rua. Ela só sussega se a gente batê, entendeu? Se elas vê bater, elas não diz nada, não. Mas se a gente só colocá de castigo, chamá a criança à atenção e botá pra dentro, elas acham ruim, botam pra esculhambá. E isso, eu acho que em qualquer canto acontece isso também (ENTREVISTADA 11).

E ainda acrescenta:

Eu penso que, se eu e o pai dele não ensiná o certo, dizê como ele deve obedecê os pai né?!, respeitá as pessoa mais velha, sê obediente, porque é nossa tarefa ensiná que ele deve honrá pai e mãe. Deve crescê e sê uma pessoa direita, honesta, mesmo morando aqui nesse ambiente carregado. Vamo procurando ensiná pra ele os valores positivo da família. E também a gente tem a obrigação de colocá ele na vida, na convivência com o mundo, como ele vai se relaciona com as pessoa, trabalhá, não roubá, não sê violento, né? É isso (ENTREVISTADA 11).

Mesmo narrando todas as dificuldades que enfrenta para conviver na área, esta entrevistada ainda diz que gosta muito de morar na Padre Hildon, mostrando claramente a contradição de sua fala, reafirmando o fato de se morar numa favela com suas contradições, conflitos e caráter negativo de quem habita esses lugares. Apesar de tudo, esse espaço oferece vantagens que compensam a violência do dia-a-dia.

Aqui é um canto perto pra tudo, entendeu? E o que só incomoda, às vezes, é os vizinho. Mas é um ótimo lugá prá se morá. É perto de posto de saúde, tudo. Aqui não se tem o que dizer, porque aqui a gente vai até a pé em qualqué lugá. E em Mangabeira, já é um canto longe, é hospitais, tudo distante, né? Aqui não. Aqui é uma comunidade que tem tudo, tudo o que a gente quisé. Tem o presidente que às vezes procura de tudo pra manté a gente, né?, informado, ganhando isso, ganhando aquilo. Aqui eu não tenho o que falá, ótimo lugá prá se morá (ENTREVISTADA 11).

Assim, podemos constatar que o meio onde estão inseridas essas famílias não define exclusivamente a organização destas, sua estruturação, nem tampouco seus papéis. É

evidente que a precarização a que estão expostas contribui para um certo “afrouxamento” das relações, sobretudo no que se refere à educação dos filhos. O que mais mexe com essas, sem dúvida é a questão estrutural mesmo: a falta de emprego, de horizontes, de poder mudar de vida, de sair daquele ambiente em que ocorrem cenas de violência, de confusão.

4.2 Os rearranjos de papéis no cotidiano familiar

No contato com nossos sujeitos, nos seus entendimentos sobre a significação da família, achamos pertinente retomar um pouco Sarti (1996a). Essa autora, procurando analisar a literatura a respeito do significado da pobreza, revela que, no espaço da família pobre, impera uma hierarquia, um padrão de autoridade tradicional, com forte sentido de moralidade. É através desse modelo que se fundamentam as relações familiares, definindo assim os respectivos papéis de cada um de seus componentes.

Para alguns entrevistados, o papel de pai é carregado de grande significação. Nas imagens, o homem aparece ainda como o responsável pela manutenção, bem como pela educação dos filhos. É ele, como chefe de família, que responde pela transmissão de valores sociais e culturais de geração a geração, bem como o que define o bem e o mal, o certo e o errado, enquanto que a figura da mulher vem sempre limitada às obrigações domésticas, embora muitas vezes seja a única a garantir a sobrevivência do núcleo familiar, papel difícil de ser aceito para a maioria dos homens, por tão cristalizados que estão os valores machistas.

Vejamos o teor dessas evocações:

O homem deve ajudar em tudo, alguma coisa de casa, não fazer tudo dentro de casa, só alguma coisa. (ENTREVISTADA 5)

A mulher deve fazer suas obrigações em casa (ENTREVISTADA 5).

Ah! minha fia! A mulé deve ser a rainha do lá. Fazê tudo dentro de casa, lavá as roupa, tomá conta dos filho, fazê a comida, respondê tudo na casa; só não trazê o sustento. Aí cabe só ao home (ENTREVISTADA 8).

As mulé traz as coisa pra dentro de casa é rim pro homem. O homem fica sem força, fica um homem sem moral. Porque não é brincadeira você chegá em casa, vamo dizê assim, eu chego em casa hoje, tem uma galinha torrada pra cumê, sem sabê de onde veio. Que conversa é essa? Hein? Não, não tá certo! Isso fica pru homem. É papel só dele (ENTREVISTADO 10).

Um outro entrevistado demonstra sua posição de “macho”, “dono da moral” da família. Vejamos:

Quando eu tô trabalhando, só eu trago o sustento. Cuido de trazê a comida, pagá as conta de casa, né? Mas agora que to desempregado, ela tá procurando fazê alguma coisa. Aí eu deixo, eu concordo (ENTREVISTADO 12).

Em muitos discursos, a imagem do homem aparecia de forma invariante, sempre a`ssociada aquele de uma figura forte, o patrão da casa, quer fosse ou não o responsável pelo sustento. Á ele era devido respeito e submissão. Cabia ao pai/homem mediante uma “autoridade natural” exercida no espaço privado, manter a ordem e a estabilidade do grupo familiar e provê-lo. As cores vivas das referências sobre a figura do homem não eram dadas só pelas mulheres em suas falas, mas foram igualmente reafirmadas pelos próprios homens que entrevistamos.

Essas falas vêm justamente afirmar a posição tradicional que o homem ocupa em nossa sociedade. Como afirma Carvalho Filho (2000, p. 160): “Os homens são educados para “serem fortes”, duros, sem sentimentos, trabalhadores, capazes de sustentar a família”.

A imagem do homem é toda voltada para a sua masculinidade, a afirmação desta, incluindo aí, todo um tipo de comportamento, atitudes voltadas para essa imagem. Mais uma vez as reflexões desse autor (2000, p.161) nos remete à realidade estudada:

O homem é o “ativo”, que tem a tendência à dominação [...] O “machão” está associado aos valores tradicionais da cultura brasileira, o que significa força e poder, violência, agressividade, virilidade e potência sexual [...] Para isso, ele “internaliza” a figura do pai, que tem como modelo a figura do antigo patriarca.

Um de nossos entrevistados é casado há mais de 15 anos, apenas no civil, e, ao

mesmo tempo, vive com outra mulher já há sete anos. Dessa segunda união simultânea, ele tem 2 filhos; e com a primeira, 3. Para ele, essa situação nos foi comentada em tom de muita naturalidade e certa satisfação por se mostrar no perfil sexual muito bom como homem dando conta de duas mulheres ao mesmo tempo:

Ah! Isso é natural da gente, da natureza do homem, sabe? A minha esposa, a alfa 1 já aceitou. No começo, não; ela até me botou prá fora, fiquei aí uns dias. Mas depois tudo bem. Eu procuro participar também do dia-a-dia dos meus filho de alfa 2, vou na casa dela todo dia, às veze até durmo lá, pra matá a saudade, né? (ENTREVISTADO 7).

Apesar de nos ter revelado que está “bigamia” não era contestada por sua esposa (legítima), o contato com esta nos passou um sentimento totalmente contrário, nos dizendo da dificuldade que esta situação representa para ela até o presente. E nos afirmou:

Eu ainda tenho uma mágoa dele, sabe? Até botei ele prá fora de casa, mas depois eu pensei assim: Ela (a outra) sabia que ele era casado, né? Ele disse que não ia me deixá. Então eu vou pegá meu marido de volta, sabe? (ENTREVISTADA 2).

Esses depoimentos nos remetem às afirmações de Calderon e Guimarães (1994, p.32):

As famílias pensam o modelo transmitido pela ideologia dominante e no seu cotidiano vivem o tipo de família que foi possível construir no seu processo de vida, levando em conta seus valores, suas carências emocionais, sociais e econômicos.

Esse entrevistado, mesmo vivendo um tipo de família tão diferente da tradicional, tenta transmitir aos filhos valores como: respeito aos pais, respeito aos mais velhos, honestidade, entre outros. E, quando indagamos sobre o que achava dos casamentos atuais, ele nos falou:

Hoje em dia tá tudo fora do normal. Antigamente na época dos meus pais existia mais respeito de um pru outro, sabe? A minha mãe dava conta só da casa, de nós e de meu pai. O que ele dissesse era lei, a gente respeitava eles, tinha medo. Minha mãe era a rainha da casa, do lá e fazia tudo pra agradá a agente e ele. Hoje tá tudo mudado, ninguém respeita mais ninguém. E sabe quem contribui pra isso? Foi a televisão, que só insina o que não presta: as novelas mostrando safadezas, os desenhos insinando as crianças a sê tudo violento, desrespeitá os pais. Agora mermo a moda é matá o pai e a mãe. Isso tudo influi muito nas família (ENTREVISTADO 15).

Os entrevistados, tanto homens quanto mulheres, em sua grande maioria reafirmaram a imagem tradicional do homem já tão arraigada em nossa sociedade. Vejamos mais algumas falas que reforçaram esse discurso:

Nóis casamo muito novo, ela tinha quinze ano. E ela teve esse tempo todinho comigo. Trabalhei, e ela nunca trabalhou pra ninguém. Eu toda vida tomei conta da minha casa. Aí ela fei o curso de enfermagem, ai foi trabalha de enfermera. Aí vivia dormindo fora de casa, a noite todinha. Passava a noite trabalhando de plantão. Aí ela mudou, ela mudou comigo, mudou o ritmo que tinha comigo, começô a querê comprá as coisa dentro de casa, pagá as despesa também, querê tê moral na famia. Eu disse: Hei? Pêra. Aí ela mudou tudo, né? Aí eu fiquei mei assim, comecei a esquentá minha cabeça. Eu falei assim pra mim: Essa mulé tá muito cheia de moral. E eu?, como é que fico? Isso não vai dá certo, não! Aí mandei ela imhora, pronto (ENTREVISTADO 10).

E ainda reforça dizendo:

Eu sempre achei que era melhor a mulé fica em casa, tomando de conta da casa e dos filho. Nóis veveu 22 ano sem ela trabalhá, pra ninguém né? E de repente virou a cabeça. Num pode (ENTREVISTADO 10).

O homem traz o sustento. O homem, quando ele inventou-se de tomá conta de uma mulher, é pra dá conta dela, de tudo. Não é pra dá conta dele. Eu tive uma mulhé que trabalhava, a minha primeira mulhé. Adepois que ela foi trabalhá, ela era funcionária federal, ganhava mais do que eu. Mas eu nunca quis que ela comprasse nem um pacote de café em casa, porque pra mim eu perdia a moral pra ela. É assim. Aqui pra gente: Você vê que as mulheres hoje tem muita voz ativa, porque quase todas trabalha. A voz ativa é grande das mulheres. Eu vejo isso em televisão mesmo, eles falando isso em televisão, que a voz ativa das mulheres hoje tá por cima quase de tudo (ENTREVISTADO 10).

O marido/pai tem obrigação de trazer todo o sustento da família. Ele também tem que colocá ordem, moral na família. Agora hoje em dia, tudo tá difícil, né! De repente, é bom que a mulhé comece a ajudá, trazé um dinheirinho, algumas coisa pra ajudá nas despesas da casa. Mas a palavra final tem de sê do homem. Isso é o certo (ENTREVISTADO 13).

A partir desses fragmentos, tão enfatizados sobre o seu espaço de “intervenção” no ambiente familiar, verificamos o quanto o homem se sente ameaçado pelos papéis que as mulheres hoje vêm assumindo. É como se, através deles, os papéis pudessem se deslocar, se secundarizar no interior da família. Tipo do receio sem fundamento, pois o que imperava ainda, tanto do lado feminino quanto do masculino, era a velha imagem do pai todo poderoso, aquele que fica no topo da família, vindo dele todas as ordens sendo ele (o homem), de

preferência, o único responsável, quer no sustento material, quer no aspecto moral, pelo equilíbrio da imagem da família dentro e fora do espaço da casa. Uma das falas transmitiu com bastante clareza isso: o entrevistado disse o que representava para ele, em termos morais, possibilitando sua companheira de que assumisse o sustento dentro de casa.

Na fala de um outro de nossos entrevistados, era muito forte a imagem passada sobre a posição do homem, o seu poder diante da figura da mulher, cabendo a ele todas as decisões da casa. Tudo tem que passar pelo seu aval, caso contrário, transforma-se em motivo para brigas, discussões:

As decisão fica com o marido. Ela fala comigo, e eu resolvo. Aí não tem briga. Se ela trata, resolve só, vai sê briga. O marido é quem deve resolvê, porque o marido, o marido é o (pausa) Vocês foro tirado da costela da gente. Como é que vocês qué sê melhó que a gente, heim? (ENTREVISTADO 10).

O que apreendemos então como movimento mais amplo das alusões e imagens sobre a mulher, girava em torno das que as situava apenas nas atividades restritas ao espaço doméstico: cozinhar, passar, lavar etc, a educação dos filhos e organizadora do lar, atividades já atreladas aos seus papéis de mulher e mãe. A esta são atribuídas desde cedo, essas funções exclusivas de nutriz, de responsável pelas tarefas domésticas, apesar da imagem prevalecente de “sexo frágil” e de respaldo para o homem e equilíbrio do lar. Neste conjunto de valores e símbolos é ao homem que fica reservado o enfrentamento com o mundo fora de casa.

Ao mesmo tempo em que os discursos dos homens, e de muitas mulheres também, colocavam a “superioridade” do pai/marido no espaço do grupo familiar e reforçavam a função da mãe/mulher, da sua passividade perante eles, os mesmos admitiam uma certa “dependência” das mulheres, até mesmo, como poderíamos acrescentar, uma complementação de papéis:

O mais importante pra mantê uma família, pra organizá uma família, é tê a mãe em casa. Quem organiza uma família é a mãe. Um marido não organiza uma família, porque, vamo dizê assim: tem 10 filho, aí deixa o marido sozinho com aqueles filho, vão virá bagunça em casa. Porque ele não vévi em casa. Ele vai vivê trabalhando pra arranjá um “bucado” pra casa, né?

Quem mais que tem que tê a responsabilidade tem que sê a mãe. Eu digo isso porque eu fiquei, quando eu deixei ela, eu fiquei com aqueles filho todinho dentro de casa. Fiquei com seis filho. Adepois voltaro tudinho pra casa. Só não voltou uma menina, ainda hoje ela mora pó conta ela, vevi pra lá. Nem ela deu prá gente, já viu, né? E os filho ficaro sentindo a falta dela aqui em casa, que eu saia pra trabalhá, chegava em casa tarde. Aí faltava as coisa em casa. Eu ficava sem sabê o que fazê, sozinho pra trabalhá e tê responsabilidade em casa. Não é mole, não né? Eu acho que o mais certo num casal é a mãe sustentá os filho, resolvê as coisa de casa, e o pai é mandá e butá o bucado em casa. Não acha que seja? (ENTREVISTADO 10).

Esses depoimentos nos remeteram novamente a Sarti (1992, p.39), quando descreve as relações internas da família em meios precarizados, dizendo:

A família patriarcal, baseada no princípio da autoridade do homem sobre a mulher e dos mais velhos sobre os mais novos, é parte integrante das representações sobre a família também entre os pobres urbanos, pelo menos em bairros da periferia das grandes cidades.

Ser mulher significa construir sua identidade e definir seu principal papel dentro da família; significa, ao procurar um lugar do mundo, referir-se, antes de mais nada, ao grupo doméstico, e não a qualquer outra instituição social.

Mãe não é só porque pariu, não! Mãe é mãe se ela assume o papel de mãe, a responsabilidade de mãe, de mulé. Sabê entendê os seus filho, sabê compreende, tomá conta de sua casa, educá os filho, dá conta de seu marido, purquê ele vai trabalhá. Então a gente cuida da casa pra quando ele chegá tá tudo pronto, né? É isso que a mulé tem que fazê (ENTREVISTADA 1).

É compreensível, portanto, que os depoimentos das mulheres fossem muito mais centrados no mundo privado do que no público, que falassem mais fluentemente de suas vidas e de seus problemas pessoais do que das relações de trabalho. A “autoridade” do homem sobre a família é notória nas falas de nossos entrevistados, entretanto a obediência a ele só adquire um caráter definitivo quando da junção das tarefas de trazer o sustento dos familiares e dar um bom exemplo de moralidade, de caráter. Essa obediência só é quebrada quando o “cabeça” da casa se envolve com bebida, é violento com a mulher e os filhos. Nessas circunstâncias, ele se desautoriza, perdendo o respeito e a consideração por todos de casa. Vejamos o que diz algumas entrevistadas:

É porque meu marido, ele é mei grosso, sabe! Às vezes ele bebe: aí fica mais alterado do que já é. As criança vê ele falando alto comigo; teve umas veze aí que ele passou da conta... aconteceu dele me (pausa) Mas eu fiquei calada, não disse nada, mas os menino viram ele me (pausa) ele foi nervoso comigo. Depois disso, os menino ficaram desrespeitando ele, o minino mais velho chamou ele de safado, eu fui chamada na escola dele, porque a professora disse que ele tava mudado na aula, porque viu o pai, né? (ENTREVISTADA 14).

Teve um dia que ele bebeu e ficou diferente. Eles ficaro nervosos de mais, com medo dele; até eu fiquei com medo dele. Foi um fuzuê: quis me batê, meu irmão veio aqui em casa. Depois de tudo ele dizia que não sabia de nada, pediu muitas desculpas e por isso os menino ficáro com medo dele. (ENTREVISTADA 16).

O homem tem a palavra certa. Olhe isso assim, e a mulé tem que reconhecê que é aquilo e vai dá certo. Agora, quando o homem é depravado, cachacero, não traz as coisa pra dentro de casa, não sabe o que feis, não tomá conta de casa, aí a mulé assume tudo, purquê o homem perdeu a sua moral, seu respeito, ele perdeu tudo né? (ENTREVISTADO 10).

Mas, muitas vezes, é a própria mulher que contribui para que o problema da bebida aconteça, como a fala desta mesma entrevistada deixou claro:

A gente aqui todo final de semana se junta pra bebê, cada um traz uma comida, eu boto o som no mei da rua, boto bem alto e tome bebida A gente fica até o outro dia. Até os cara barra-pesada vêm aqui bebê com a gente, mas eles não faz confusão, não. Bebe eu, minha cumade daí de frente, minha irmã. Os menino ficam com a gente acordado, brincando aí; é bom demais neguinha! (ENTREVISTADA 16).

Apesar disso, a figura da mulher não era alvo dos ataques e desmoralizações dirigidas aos homens em iguais ocasiões. Mas não é só nessas horas que as mulheres são “cúmplices” de seus companheiros. No dia-a-dia, tem sido comum a mulher enfrentar, fora de casa, outras ocupações para ganhar alguma quantia de dinheiro a mais para, dessa forma, enfrentar as penúrias materiais.

A fala desta entrevistada, comprova a sua lida:

Ô mulé, eu já não agüento mais i trabalhar com esse pobrema na perna. Só Deus sabe o quanto dói, mas eu tenho que trazê o sustento pra casa. Eu só tô agüentando ainda porque meu marido sofre de pobrema da cabeça, tem que tomá uns remédio controlado, se não ele cai. Pó conta disso, ele não pode trabalhá. E agora nós arrumemo um adevogado pra vê se tem como ele arrumá uma aposentadoria. Aí o adevogado disse que ele tem de pagá 4 meis de INSS pra depois desse tempo, podê pidi a aposentadoria. Eu deixo de comprá os meu remédio pra pagá R\$ 48,00 dele. Por isso essa firida na minha perna não fecha. Eu não compro o remédio, vou lavando toda noite com um bucado de mato do sertão, aí vai aliviando (ENTREVISTADA 15).

E continuou:

Eu faço tudo nessa casa, eu dô as ordens nos filho, porque ele, coitado sei não. Tudo sou eu que ajeito. Agora mermo, tô juntando uns papelão e latinha pra vendê e ganhá um dinheirinho. Com esse dinheirinho, às veze eu compro o gás que falta, um pão pra comê de noite. Cada quilo desses papelão e latinha sai 0,20 centavo. É pouco, mas de pouquinho e pouquinho, agente vai ganhando, né!? (ENTREVISTADA 15).

A situação enfrentada por essa mulher não é isolada. Na comunidade, encontramos outros tantos casos. No entanto, o que se destaca em suas próprias evocações é ainda seu papel de simples “ajudante” no sustento da casa, como se fosse mero coadjuvante, assumindo responsabilidade menor. Restrita às tarefas domésticas, como se viu nessas falas:

O papel da mulher é de rainha do lá mermo. Cuidá dos filho, da casa, da comida, tudo, né? (ENTREVISTADA 6).

A mulher dévi fazer suas obrigação em casa e se diverti também, se diverti, certo?! (ENTREVISTADA 8).

Esse comportamento vai de encontro às afirmações de Scocuglia (2000, p.71), ao demonstrar a autora que:

O trabalho feminino no lar e fora dele aparece várias vezes nos depoimentos definidos, sobretudo, como uma “ajuda” ao marido, assim, subordinado e meramente complementar à manutenção da casa. O modelo tradicional de divisão sexual do trabalho é reforçado, se conservando sua força na definição do papel da mulher na sociedade.

Algumas entrevistadas consideram essencial a presença e o comando nas atividades da casa e educação dos filhos, mas deixa claro a importância de ter seu trabalho, seu sustento fora de casa:

Eu gosto de tê meu próprio trabalho [...] Não gosto de dependê de homem, gosto de tê meu dinheiro, gosto de sê sustentada pó mim mesma (ENTREVISTADA 11)

Bem que eu queria tá trabalhando, mulé. É tão bom ganhá o dinheirinho. Quando eu tô trabalhando, o dinheiro é pra mim e meus filho. E eu faço muitas dívida, e Dinho ainda me dá algum dinheiro. Eu gasto o meu e ainda pego o dele (ENTREVISTADA 16).

Embora predominam ainda as imagens “secundarizadas” da mulher, o que se tem observado é que esse esquema de organização e funcionamento de papéis vem sendo

modificado em alguns aspectos, sobretudo nas últimas décadas do século XX, principalmente no que se refere ao desempenho das funções paternas e maternas, em decorrência de alguns fatores como: a entrada da mulher no mercado de trabalho, o controle familiar procriativo (pílula). Hoje em dia, em alguns espaços domésticos, o homem já desempenha algumas funções ditas “femininas”. Não é exclusividade apenas da mulher a execução trabalhos na cozinha, cuidados com as crianças, participação de reuniões na escola, entre outras atividades.

Algumas entrevistas mencionam essa nova realidade:

Eles deveriam ajudar nas tarefas de casa, não só a mulher que deve passar, lavar, fazer comidas, cuidar das crianças; isso não! Pra mim, deveria ser tudo igual. A mulher trabalha e faz a mesma função do homem; deveria o homem ter a mesma função da mulher (ENTREVISTADA 11).

Eu não tenho coisas de valô pra passá pra eles. Agora ensiná a sê correto, né?! Não deixá um filho tá no mei do mundo o dia todinho. Sei lá pode até tá bebendo com outra pessoa. Às veze, eu saio de casa dez hora da noite (pausa) que esse meu minino de 14 ano vai pra festa. Aí eu quis buscá ele de uma hora da madrugada, eu fui buscá ele lá em cima. Eu vou buscá, que a responsabilidade é essa. Ninguém sabe o que ele pode tá fazendo no mei da rua, com o povo, não é?! Se deixá, vira bagunça. Pode até tá planejando alguma coisa que num presta, se influenciando pela cabeça de algum desordeiro, maconheiro, esses cara que vévi de fazê bagunça por aí. A responsabilidade não é pru cara dizê: eu tenho um filho e deixá ai por conta, à toa, não! É criá, dizé pra ele como é a vida, o mundo. Esse é meu papel, de pai (ENTREVISTADO 10).

Esses depoimentos convergem para invalidar a mesma suposição que já vínhamos testando: a de que o estado de precarização e pobreza em que viviam esses moradores interferiria no desqualificar o papel da família como núcleo estruturante e norteador de valores. Foi quase consensual a opinião alusiva ao papel de importância e responsabilidade da família por manter em mãos as rédeas na orientação dos princípios morais considerando serem estes fundamentais para assegurar pelo menos a respeitabilidade e reconhecimento já tão ameaçados, em virtude de se situarem em condições tão desvantajosas na vida. Vê-se assim que a família não perdeu o “lugar” que sempre desfrutou, e dentro dela o homem mantém a centralidade.

De fato, tentando modificar os papéis no espaço doméstico, nossas entrevistadas

nos mostraram que a realidade persiste no modelo vigente e “aceito” em nossa sociedade. No dia-a-dia, constatamos ainda a reprodução pela mulher do papel de importância do homem como situado no topo da hierarquia familiar, e só ele é responsável pela manutenção da ordem no espaço da casa.

4.3 A sociabilidade e a solidariedade com os vizinhos

No tocante às relações de vizinhança, as falas atestaram ser de grande importância o bom com todos os vizinhos, a manutenção de uma boa amizade, a solidariedade. Percebemos, através das evocações dos entrevistados que no momento de uma situação como: doença, morte, falta de comida, etc, a ajuda dos vizinhos era instantânea, mesmo muitos encontrando-se também em situação difícil. A solidariedade entre as pessoas que vivem na comunidade Padre Hildon Bandeira é bastante significativa, o que foi percebido por nós não só nas falas, como também em alguns momentos em que observávamos o dia-a-dia dessa população. Vejamos o que disseram alguns entrevistados:

A vida aqui é compartilhada, uns ajuda outros. Quem tem um carrinho, ajuda a levá quem tá doente (ENTREVISTADA 13).

Eu me dô bem com todos os vizinho. Não tenho um intrigado na minha vida, não. Eu ajudo uns aí. Assim, eu digo: “Fulano, vem cá”; aí ele: “oi!”. “Sobe aqui, bota essa escada aí, ajeita essa telha, que eu não posso subi. Ele sobe, ajeita tudo. Eu digo: Vamo tomá uma ali, vamó toma uma ceveja?. Boto uma ceveja pra nós tomá e ele fica mermo. É isso, eu já tenho feito várias veze com uns três vizinho aqui, a gente bebe, dô um R\$ 1,00 de pão, ou compro ovos, e vai (ENTREVISTADO 10).

Meus vizinho são muito bom, graças a Deus! Até aqui, eu não tenho discussão com ninguém, não tenho maldade com ninguém, mas também não vivo socada na casa deles (ENTREVISTADA 2).

Eu se dô bem com todos meu vizinho, mas eu não gosto de vivê na casa de ninguém. Eu gosto de vivê na minha casa, eu quero minha casa cheia de gente; eles vêm tudo, vem muito na minha casa, mas pra eu vivê na casa deles, não (ENTREVISTADA 1).

Por essas falas, podemos constatar também que o fato de conviver bem com todos

da vizinhança não significa ser necessário viver todo o tempo na casa deles. Para se ter um bom relacionamento entre estes era dispensável esse contato direto, sempre que necessário. No momento do “aperto”, assim costumavam descrever as situações mais difíceis, eles estavam presentes e ajudavam com o pouco que tinham. Outros depoimentos nos mostraram isso:

Eu acho importante tê amizade com os vizinho, né? No caso, eu e minha vizinha aí da frente, a gente se respeita muito. Eu preciso dela, ela precisa de mim. Eles daí de frente me ajudaro muito na doença da minha mãe. A gente se ajuda, cada um dá um pouco, né? (ENTREVISTADA 16).

Ah! Eu não gosto de ficá na casa de ninguém, não, pra evitá fofocas e coisa que ninguém fez, eu não. Se eles precisá de mim, pode contá comigo, porque, se eu precisá deles, também os procuro. (ENTREVISTADA 9).

Hoje, não, ontem, eu fui trabalhá pra minha vizinha daí do lado decendo pro rio. Ela ficou doente, era minha foga, aí eu fui prá ela, né? Outra veiz que eu precisá, ela vai, né? (ENTREVISTADA 12).

A solidariedade entre essas pessoas é algo constante, e a demonstração de um bom relacionamento com os vizinhos se reflete nos bate-papos na calçada, nos encontros na Associação, na hora de ir pegar o pão e o leite, do Programa da Prefeitura, a que já nos referimos anteriormente, nos finais da tarde, na troca de alguma comida, etc. Mas muitos fizeram questão de enfatizar que cada um viviam em suas casas, sem visitas muito freqüentes. Contudo todos foram unânimes em reforçar a importância atribuída à solidariedade em momentos de dificuldades, nos quais se ajudavam mutuamente:

Eu só me apego aqui com Vaninha e D. Maria. Ave Maria! Elas são tudo pra mim aqui. As veze, a gente não tem um cumprido aqui prá tomá, quando um dos minino tá com febre, gripado. Aí eu chego lá, mermo também elas não tendo. Coitada, é igual a gente aqui, falta tudo, mas arruma uma planta, faiz um chá, né? Aí dá à pessoa que tá precisando ajuda, né? (ENTREVISTADA 16).

Já para outros, manter amizade com os vizinhos não era visto como coisa boa, por isso, o melhor a ser feito era manter-se “isolado”, sem muita aproximação com os mesmos, pois nunca se sabia a procedência de quem morava ali, se era uma pessoa de bem, um marginal; enfim, não se devia confiar nos vizinhos, restando como melhor opção, manter-se

afastado deles:

Eu não tenho muita amizade com os vizinho, não. Eu sou muito fechada, sabe? Eu gosto mais de convivê na minha casa. Vizinho assim, se fô pra assim se precisá de mim, se eu tivé, eu ajudo, mas também se eu não tivé, também digo não. Não gosto de vizinho na minha casa, nem gosto de tá na casa de vizinho, nem gosto de meus filho tá na casa deles, nem gosto de filho de vizinho tá na minha casa. Eu não gosto não. Agora eu conheço todo mundo, sabe? Não gosto porque, uma que eu já não tenho tempo, quando eu chego, já é quase de noite, tenho que cuidá de meus filho, os meu também de repente eu tô fora, tô no trabalho. Vai prá casa dos outro, acontece alguma coisa, como aconteceu aquilo, né? A criança piquinininha, quando aconteceu desse minino daí de frente querê estrupá ela, né? Tava todo mundo dentro de casa, quando aconteceu isso. Eu tava de três dia de atestado e eu tava com minha porta fechada, porque ela só vevi fechada, foi um chorado, o povo tudo gritando. Qué dizê, é falta de educação, de interesse da mãe, né? Porque se ela tivesse com a filha perto dela, não tinha acontecido isso né? Eu acho assim, que num é porque você mora na favela, não é necessidade de você criá os filho na rua a cima, rua abaixo, entendeu? (ENTREVISTADA 5).

Também gosto de todo mundo aqui, mas é eles lá e eu cá, sabe? Só tenho amizade aqui com os parente do meu marido que vévi aqui. Ninguém aqui é amigo de ninguém, não acode ninguém, minha fia. Aqui tem muita gente rim, que só faz o mal (ENTREVISTADA 7).

Ao mesmo tempo que preferem um distanciamento dos vizinhos, algumas entrevistadas sofrem por assim proceder, sendo agredidas verbalmente com palavras preconceituosas, sendo destratadas:

Uma amizade é importante, né? Agora, como eu disse, um lá e a gente cá, sabe? Eu sou assim. Muitas veze eu já ouvi até piada “Nega besta, nega besta; não tem nada, se tivesse alguma coisa imagina se fosse rica?” Eu digo se eu fosse rica, eu seria do mesmo jeito. Não prá mim, mas eu acho pra ele, sabe? Teve até uns amigo dele, porque ele toma umas e outras, sabe? Aí disseram -“Tua mulé é muito antipática, mulé besta, mitida, não fala com ninguém”. Aí eles disse: “É po isso que a tua mulé é fechada daquele jeito. Meu marido disse: “É até bom mesmo, porque fazê amizade com certos tipos de gente. Porque essa mulher daqui faiz bagunça, faiz zuada, tem delas que até fuma maconha na rua, na frente dos filhos, vévi com brigas, sabe? Discussão. Aí, ele mesmo, meu marido criticou a minha maneira de sê; depois disse que valia a pena eu ser assim. Aí eu comecei a ri. Deixe que quisé falá, pensá, pense o que quiser de mim. Eu sou o que sou e pronto quem quisé me aceite como eu sou (ENTREVISTADA 9).

Por esses depoimentos, podemos perceber que manter amizade com os vizinhos num meio tão precarizado de vida, onde residem pessoas de todas as categorias, deve ser feito com muita cautela. A solidariedade entre estes se faz notória, no entanto a maioria sinalizou a importância de cada um viver na sua casa, de forma mais reservada, evitando até, em relação

a alguns vizinhos o convívio mais freqüente. Como há uma diferença de estratificação, além do nível de educação também entre os moradores, práticas de evitação vêm se tornando usuais o que tem sido motivo de reações agressivas por parte de quem se sente por elas atingidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos como a família enquanto instituição tem passado por modificações ao longo do tempo, alterações estas que vêm suscitando indagações acerca dos motivos que as têm impulsionado, procurando apreender seus efeitos sobre sua estabilidade e continuidade. As formas como as famílias vêm evoluindo e se modificando, e também as concepções do seu significado social, têm sido historicamente diversificadas, daí continuar essa temática a ocupar o espaço que ainda ocupa nos estudos das mais diversas áreas como: Antropologia, Sociologia, Psicologia Social, entre outras. Talvez por isso, seja bem mais difícil de se estudá-la, porque é algo que nos é muito próximo. Vários autores que citamos ao longo desse trabalho nos deram importantes subsídios para podermos analisá-la sob os mais diferentes olhares, na busca de tentar compreender a sua dinâmica, sobretudo nas últimas décadas, fase em que essa instituição passa pelas mais diversificadas mudanças.

Em nosso trabalho de investigação bibliográfica, procuramos à luz de vários estudiosos do assunto embasamento teórico para conhecermos um pouco mais o caminho dessa instituição, suas modificações, adaptações e conceitos. O mergulhar nesses autores, levou-nos a várias reflexões sobre o universo cultural desta, mais precisamente as implicações das mudanças, o contexto socioeconômico, como fatores que contribuíram e contribuem para as modificações na sua estrutura.

Nosso estudo voltou-se especialmente para as famílias das camadas populares, que vivem em profunda desigualdade em sua base econômica, procurando averiguar os rebates dessa condição social sobre sua estrutura, os reordenamentos por que vinham passando em sua própria forma de organização. A partir dessa preocupação empreendemos nosso processo investigativo, após uma passagem por autores que vem se dedicando a esta questão e o que encontramos dito pelos próprios sujeitos foi que, apesar da precarização

socioeconômica a que estavam expostos, esta situação não “arranhou”, como se supôs, a sua estrutura. A família continua instituição referente na produção não só das condições materiais; mas também norteadora dos valores morais e das sociabilidades, o que nos levou a invalidar uma de nossas suposições, em que afirmávamos que as condições de extrema pobreza e precariedade a que estão expostos os moradores de áreas pobres têm contribuído para modificar e desestruturar os laços afetivos, o próprio significado que a família representa para estes.

Mesmo sendo de pouca expressão numérica, encontramos ainda famílias tendo como forma de organização ligações consensuais bem como aquelas formadas tendo a mulher como provedora exclusiva da casa. O que predominou em nossos contatos foram exatamente, aquelas uniões ditas “tradicionais”, tendo o homem à frente da unidade familiar, mesmo muitas vezes não sendo mais o provedor, mas “simbolicamente” continuando a ocupar essa função. O desejo de preservar esta estrutura familiar nos pareceu quase que como uma expressão de “resistência” as violências de toda sorte que enfrentam em seus cotidianos.

Quanto à suposição referente à reordenação dos papéis entre membros da família, foi comprovado, entre as famílias que entrevistamos, que em geral isso já vem ocorrendo de forma expressiva e com tendência a se reforçar dados as sinalizações de agravamento das condições socioeconômicas. A mulher já tenta participar ativamente do orçamento familiar, bem como os filhos que estando em idade de trabalhar tentam, de uma forma ou de outra, entrar no circuito das “virações” como forma de assegurar, sua participação, por mínima que seja, no parco orçamento familiar.

Nossa última suposição concernente ao esgarçamento dos vínculos de solidariedade que a situação de precariedade viria também comprometer, não encontrou respaldo na realidade estudada, como vimos. As amizades, as práticas de ajuda mútua quando da ocorrência de algum problema, de solidariedade nas vicissitudes, estas são mantidas e

consideradas de extrema importância, mas com um forte acento na questão da necessidade de ter que estabelecer certa “regulação” quanto à frequência e intensidade com que deveriam ser mantidas essas relações. Chamou-nos a atenção esta “reserva” ou “chamada” feita pela maior parte de nossos entrevistados no limite posto na forma de convivência, como se embutido nesta precaução estivesse dito: “Amizade é bom, tudo bem, quando alguém precisa estamos aí, não faltamos em ajudar, mas cada um no seu lugar”. O cuidado do não se viver na casa das pessoas, nem as pessoas indo com frequência nas suas, traduziu o desejo do preservar um sentimento de privacidade explícito que nos foi transmitido em toda sua inteireza.

A idéia meio idílica de a vizinhança ser quase a extensão da própria casa pode até ter ressonância em outros espaços, mas, neste que tivemos oportunidade de conhecer ao longo de nossa trajetória de pesquisa, não encontrou na realidade a mesma resposta.

A pertinência das suposições levantadas só veio nos revelar a riqueza e complexidade da realidade estudada. O trabalhar a questão da família em espaços precarizados, espaços ainda pouco visitados como cenário nesse tipo de discussão, acenou para a possibilidade de se prosseguir neste eixo investigativo, contribuindo assim para um campo de estudo que ainda tem muito a ser explorado e entendido. Aqui reside o sentido de todo processo de investigação: não só pelo que nos foi revelado, mas sobretudo pelos horizontes que nos acenou a conhecer e buscar.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Lugares e Redes: as mediações da cultura urbana. In: NIEMEYER, A. M.; GODOI, Emília P. (orgs.). *Além dos territórios*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p.41-63.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Maria da Conceição L. de. *Em busca da igualdade: um estudo de casais de camadas médias urbanas no Recife*. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ARAÚJO, Kátia Medeiros de. *Família e espaço público: organização doméstica e conflito na reprodução de grupos pertencentes às camadas médias recifenses*. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC. p. 225-279.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p. 7-33.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v.4. São Paulo: Cia das Letras. 1998.

BILAC, Elisabete Dória. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991, p.71-94.

_____. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995. p.29-37.

_____. Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara. *Inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995. p.43-61.

BONDUKI, Nabil Georges (org.). *Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997. p.18-37.

BRANDÃO, Iracema. Revisitando a família num contexto de pobreza. *Revista CRH*. n. 1, p. 89-128.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p.155-176. mar. 1997.

_____. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do*

poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984. 300p.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. Família: a crise de um modelo hegemônico. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n.46. dez., 1994.

CÂNDIDO, Antônio. The Brazilian Family. In: SMITH, T. Lynn (ed.). *Brazil portrait of a half continent*. Nova Yorque: Marchart General, 1951. p.291-311.

CARLOS, Ana Fani A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1992. 98p.

CARVALHO FILHO, Benedito José de. *Marcas de família: travessia no tempo*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará 2000, p.23-53.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995, p.61-71.

_____. Família: cotidiano e luta pela sobrevivência. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez, 1995, p.61-72.

CASTEL, Robert. A nova questão social. In: WANDERLEY, Mariangêla B. (org.) *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. p.495-591.

_____. As armadilhas da exclusão. In: BELFORE, Wanderley et al (orgs.). *Desigualdades e a questão social*. São Paulo: Educ, 1997.

CASTELLS, Manuel. Globalização, superexploração e exclusão social: a perspectiva das crianças. In: _____. *Fim de Milênio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.155-190.

CAVALCANTI, Joana D'arc de Souza. *Os programas de intervenção estatal: desafios da descentralização e da gestão participativa em João Pessoa (1988-1998)*. 2001. [s.n]. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

COSTA, Maria Luiza B. de M. P. da. Família de pobre/família de rico/família de jovem/família de velho. 1983. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

D'INCAO, Maria Conceição; ROY, Gerard. *Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRADI, Reginaldo (Orgs). *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS, 1994.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.13-35.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 11-59.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p.53-88, p. 209-228.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1969.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOLDANI, Ana Maria. A 'crise familiar' no Brasil hoje. *Travessia. Revista do Migrante*. São Paulo, v. 4, n. 9, p. 14-21, jan. 1991.

_____. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*. A Família em Destaque. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n.91, Nov. 1994. Ed. Cortez. p.7-21.

GUILLEBAUD, Jean-Claude. *A tirania do prazer*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 218-250; 309-333 e 362-434. 434p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *O mito das estratégias de sobrevivência: um estudo sobre o trabalhador e sua família*. Fortaleza, Edições UFC, 1982. p. 37-78.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*; contagem da população, 1996.

_____. *Censo Demográfico*, 1991.

KOWARICH, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed.34, 2000.

_____. *Investigação urbana e sociedade: comentários sobre Nuestra América*. São Paulo: FFLCH-USP, 1992.

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração: a família; santuário ou instituição sitiada?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra., 1991.

LAVIERE, J. R.; LAVIERE, M. B. F. *A evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa-1960/1986*. UFPB-MCS-NDHIR, 1987.

LEITE, Marcelo. Ter família é bem melhor do que casar. *Folha de São Paulo*, 20 set., Especial A, p.7.

LUNA, Dulce. Gênero e conjugalidade: um estudo antropológico sobre os novos arranjos da atualidade. 1999. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MELO, Ronidalva de Andrade. A pobreza como locus preferencial da violência. In: CAVALCANTI, Helenilda; BURITY, Joanildo. *Polifonia da miséria: uma construção de novos olhares*. Recife: Massangana, 2002. 412 p. p. 151-161.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento; pesquisa qualitativa em saúde*. 4.ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.19-254.

MOREIRA, Antonia Silva Paredes (org.). *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: Ed. UFPb., 2001. p. 55-121.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. A exclusão social na França e no Brasil: situações (aparentemente) invertidas, resultado (quase) similares? In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRADI, Reginaldo. *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994. p. 289-325.

_____. Hipóteses sobre a nova exclusão social. *Revista CRH*, Salvador, n.21, jul./dez. 1994.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos existem? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, ano 12, n.33, fev. 1997.

PARAÍBA, FIPLAN. *Populações de baixa renda: origem e aspirações*. João Pessoa, 1983.

PAULINO, Mauro Francisco; HERNANDES, Alessandro Janoni. Brasileiro casa aos 22 anos e tem 3 filhos. *Folha de São Paulo*, 20 set. 1998. Especial A, p.2.

PRADO, Danda. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros passos).

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.185-212.

PRÉTECEILLE, Edmond. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS, Orlando Alves dos (orgs.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p.65-89.

PEIXOTO, Clarice Ehlers e CICCHELLI, Vincenzo (orgs.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

QUIROGA NETO, Ana Maria; SALLES, Bernard; SEPÚLVEDA, Teresita Matos. *Integração social na cidade*. Programa URB-AL. Encontro Bienal, 2. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Comissão das Comunidades Européias. Documento de Base. Rio de Janeiro, jan. 2001. (Mimeo.)

ROCHA, Sônia. Renda e pobreza nas metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS, Orlando Alves dos (orgs.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p.121-145.

RODRIGUES, Janete Lins. *Crescimento de uma capital*. João Pessoa: Casa de José Américo, 1981.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995. p. 73-87.

_____. Mudança e transição em famílias de camadas médias. *Travessia. Revista do Migrante*. São Paulo, v. 4, n. 9., pp.32-33, jan. 1991.

SAMARA, Eni de Mesquita. Estratégias matrimoniais no Brasil do século XIX. *Sociedade*

& *Cultura*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 8, n. 15, p. 91-105. set. 1987/fev. 1988.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa?. In: SAWAIA, Bader (org.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.7-13.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. *A família como referência moral no mundo dos pobres: onde fica a lei?*. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, XX, 1996, Salvador. Mesa-Redonda (06): "Lei e moralidade entre grupos populares...[s.n.] 1996. p.1-19.

_____. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995, p.39-49.

_____. O valor da família para os pobres. In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara T. *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995, p.131-150.

_____. Família patriarcal entre os pobres urbanos?. *Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 82, ago. 1992.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy C. *Cidade, habitus e cotidiano familiar*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2000. 262 p.

SCHAPER-HUGHES, Nancy. Reciprocity and Dependency: the double ethic of Bom Jesus. In: SCHAPER-HUGHES, Nancy. *Death Without Weeping: the violence of everyday life in Brazil*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, California, 1993, p.98-113.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. *Vida urbana e gestão da pobreza*, São Paulo: Cortez, 1998.

SUDENE. *Projeto Especial Cidades de Porte Médio: aglomerado urbano de João Pessoa*. [s.l.], 1984.

TELLES, Vera. Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia. In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio Leite; PRADI, Reginaldo. *O Brasil no rastro da crise*. São Paulo: ANPOCS, 1994. p. 225-243.

TOLEDO, José Roberto de. Família tradicional cede espaço. *Folha de São Paulo*, 20 Set., 1998, Especial A, p.3.

_____. Pobreza e cidadania: precariedade e condições de vida. In: SOUZA, Martins; RAMALHO, Heloisa Helena T. de; RICARDO, José (orgs.). *Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho*. São Paulo: HUCITEC: CEDI/NETS, 1994. p. 85-111.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.27-74.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991. p. 81-112.

VERÁS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão Social – um problema brasileiro de 500 anos notas preliminares). In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p.27-50.

_____. *Trocando Olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade*. São Paulo: Studio Nobel; EDUC, 2000. p.61-93.

VELHO, Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VIANA, F. J. Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. v.2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

_____. *Populações meridionais do Brasil*. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

VICTORIA, Ceres. Agora, me fala da tua família: uma abordagem etnográfica à estrutura familiar e à composição da unidade doméstica no Brasil e na Inglaterra. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22, [1998...], [Porto Alegre]. *Arquivo: 98GT0531...: UFRS/PPGAS/DA*.

VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995, p.89-96.

WANDERLEY, Mariangela Belfore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Rio de Janeiro: Vozes, Petrópolis, 1999. p.16-26.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____.; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. 372 p.

ZAMBERLAM, Cristina de Oliveira. *Os novos paradigmas da família contemporânea: uma perspectiva interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001. 176 p.

ANEXOS

ANEXO A
ROTEIRO DE APOIO USADO NAS ENTREVISTAS

ROTEIRO DE APOIO USADO NAS ENTREVISTAS

ENTREVISTA, Nº _____ DATA: _____

I - DADOS PESSOAIS:

1-NOME (ELA):

IDADE (ELA):

2-NOME (ELE):

IDADE (ELE):

3-TEMPO QUE MORA NA ÁREA:

4-NATURALIDADE:

5-GRAU DE INSTRUÇÃO:

6- TIPO DE UNIÃO:

CASADO (A)- CIVIL:

RELIGIOSO:

CIVIL E RELIGIOSO:

UNIÃO CONSENSUAL:

OUTRO (ESPECIFICAR):

7- NÚMERO DE FILHOS:

8-COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA (NÚMERO DE PESSOAS E GRAU DE PARENTESCO):

9-É A SUA 1ª UNIÃO?

10- QUAIS OS MOTIVOS QUE PROVOCARAM AS SEPARAÇÕES?

11- VOCÊ TEVE FILHOS DESSAS UNIÕES?

12-O QUE VOCÊ APONTARIA COMO MAIS DIFÍCIL NO RELACIONAMENTO ENTRE O HOMEM E A MULHER?

II – FAMÍLIA/TRABALHO:

12- O SENHOR (A) TRABALHA?

13- HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ NESTE TRABALHO?

14- HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ DESEMPREGADO?

15- VOCÊS JUNTOS RECEBEM MAIS OU MENOS QUANTO?

16- E OS OUTROS QUE MORAM NA CASA TRABALHAM?

17- QUEM É RESPONSÁVEL PELO SUSTENTO DA FAMÍLIA? VOCÊ CONCORDA QUE SEJA ASSIM?

18- QUEM ORGANIZA AS ATIVIDADES DA CASA?

19- OS HOMENS FAZEM ALGUMA COISA? ELES COLOCAM ALGUMA DIFICULDADE?

20- VOCÊ ACHA CERTO QUE O HOMEM PARTICIPE DOS SERVIÇOS EM CASA?

21- E DA EDUCAÇÃO DOS FILHOS, QUEM SE OCUPA? ACHA QUE DESSA FORMA ESTÁ CERTO?

22- COMO VOCÊ FAZ QUANDO AS CRIANÇAS LHE DESOBEDECEM?

23- O (A) SEU (SUA) MARIDO (ESPOSA) LHE APOIA NAS DECISÕES QUE TOMA SOBRE A ORIENTAÇÃO COM OS FILHOS, DAS COISAS EM CASA?

24- QUAL FORMA VOCÊ ACHA MAIS CORRETA PARA CORRIGIR QUANDO OS FILHOS COMETEM ALGUM ERRO? ESSA FORMA DE CORRIGIR É DE COMUM ACORDO ENTRE VOCÊ E SEU (SUA) MARIDO (ESPOSA)?

25- OS FILHOS AJUDAM NAS TAREFAS DA CASA?

III – FAMÍLIA/SOCIABILIDADES:

26- TEM AMIZADE COM OS VIZINHOS? FREQUENTA A CASA DELES?

27- VOCÊ ACHA IMPORTANTE MANTER ESSA RELAÇÃO? POR QUÊ?

IV – EVOCAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA:

28- O QUE SIGNIFICA A FAMÍLIA PARA VOCÊ?

29- A FAMÍLIA É IMPORTANTE? POR QUÊ?

30- COMPARANDO O CASAMENTO HOJE, É A MESMA COISA DO CASAMENTO DO TEMPO DE SEUS PAIS? POR QUÊ?

31- O QUE É MAIS IMPORTANTE PARA MANTER UMA FAMÍLIA? POR QUÊ?

32- QUANDO VOCÊ TEM ALGUM PROBLEMA COM O (A) SEU (SUA) MARIDO (ESPOSA), COMO RESOLVE?

33- ACHA QUE DESSA FORMA ESTÁ CORRETA?

34- SEU (SUA) MARIDO (ESPOSA) EM GERAL INTERFERE NO QUE VOCÊ FAZ, OU VOCÊ FAZ AS COISAS MAIS LIVREMENTE?